

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

HELVÉCIO DE JESUS JÚNIOR

**As Origens da Guerra do Paraguai: Uma análise das Causas da
Guerra à luz da Teoria Realista das Relações Internacionais.**

Vitória
Março de 2015

HELVÉCIO DE JESUS JÚNIOR

**As Origens da Guerra do Paraguai: Uma análise das Causas da
Guerra à luz da Teoria Realista das Relações Internacionais.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Julio César Bentivoglio.

Vitória
Março de 2015

HELVÉCIO DE JESUS JÚNIOR

As Origens da Guerra do Paraguai: Uma análise das Causas da Guerra à luz da Teoria Realista das Relações Internacionais.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em ____ de _____ 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Prof. Dr. Julio César Bentivoglio.

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Orientador

Prof^a. Dr^a Adriana Pereira Campos

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof^a. Dr^a Maria Cristina Dadalto

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo

Universidade Vila Velha (UVV)

Prof. Dr. Braz Batista Vas

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Dados Internacionais de Catalogação e Publicação (CIP)

Jesus Júnior, Helvécio.

**As Origens da Guerra do Paraguai: Uma análise das Causas da Guerra à
luz da Teoria Realista das Relações Internacionais.**

**Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo.
Programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas**

Temos apenas um único objetivo na guerra: a batalha. A solução sangrenta da crise, o esforço para a destruição das forças armadas inimigas, tudo isto é filho primogênito da guerra. [...] Filantropos podem imaginar que existe um método engenhoso de desarmar e vencer o inimigo sem grande derramamento de sangue e que essa é a tendência adequada da Arte da Guerra... Esse é um erro comum que deve ser extirpado. (CLAUSEWITZ, *Da Guerra*)

AGRADECIMENTOS

Tenho sempre diante de olhos vossa bondade, e caminho na vossa verdade. (Salmo 25, 3)

Essa tese é resultado de aulas, livros, arquivos, documentos e de um processo de orientação que me levou à pesquisa e iniciar um trabalho hercúleo, mas de muita satisfação em buscar as fontes e em descobrir fatos até chegar à conclusão. Preencher uma lacuna na historiografia incluindo uma análise teórica à luz do realismo político sobre as causas da Guerra do Paraguai foi meu maior incentivo. Me trouxe muita alegria trabalhar nessa tese para produzir uma obra que contribuísse para a compreensão do maior conflito armado que o Brasil já se envolveu em seu território.

Agradeço a Deus por minha vida, meu trabalho e meus estudos.

Agradeço aos meus pais, Anorinda Andrade e Helvécio de Jesus, por minha educação e pelo amor que me deram. Sempre os honrarei. Agradeço a minha esposa, Ellian, por ter a paciência e o amor de entender os fins de semana que dediquei à tese.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Júlio Bentivoglio por me ensinar o ofício de historiador e por me incentivar sempre nesse trabalho e por compartilhar comigo seu conhecimento.

Agradeço a todos os professores do PPGHIS-UFES, especialmente a Prof^a. Adriana Pereira Campos, Prof.^a Maria Cristina Dadalto, Prof. Marcos Lopes e aos meus colegas discentes no doutorado.

Agradeço ao Prof. Francisco Doratioto pelas conversas, pelo apoio e auxílio na pesquisa. Agradeço, por fim, aos colegas professores da Universidade Vila Velha pelo incentivo, especialmente no curso que leciono com tanto carinho, Relações Internacionais, que me propiciou esse encontro com a História!

RESUMO

Esse estudo tem o objetivo de investigar as origens da Guerra do Paraguai (1864-1870) conectando suas principais causas com o realismo político, teoria das Relações Internacionais voltada ao estudo das causas da guerra. As variáveis do realismo político ajudam a compreender o fenômeno da guerra e organizam o empreendimento intelectual em níveis de análise e em conceitos. Para tal finalidade, busquei apresentar um estudo sobre a importância do contexto político sobre os significados de conceitos como a “balança de poder”; “natureza humana”; “balança de ameaças” e “geopolítica” e suas conexões com as causas da Guerra do Paraguai. O pensamento político-estratégico dos principais líderes também foi exposto para entender o que pensavam sobre o poder nacional e a guerra em si. Do mesmo modo, o ambiente diplomático e a evolução das tensões regionais foram descritas com o auxílio de documentos e cartas do período que ajudaram a compreender o caminho percorrido por brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios em direção à tragédia da guerra.

Palavras Chave: História. Relações Internacionais. Realismo Político. Guerra do Paraguai.



ABSTRACT

This study aims to investigate the origins of the Paraguayan War (1864-1870) connecting the main causes with political realism, an International Relations theory devoted to the study of the causes of war. The variables of political realism help to understand the phenomenon of war and organize the intellectual enterprise in levels of analysis and concepts. For this purpose, I sought to present a study on the importance of the political context of the meanings of concepts such as "balance of power"; "Human nature"; "Balance of threats" and "geopolitics" and its connections with the Paraguayan War causes. The political and strategic thinking of the main leaders was also exposed to understand what they thought of the national power and the war itself. Similarly, the diplomatic environment and the evolution of regional tensions were described with the aid of documents and letters of the period helped to understand the path taken by Brazilian, Argentinean, Paraguayan and Uruguayan toward the tragedy of war.

Keywords: History. International Relations. Political Realism. Paraguayan War.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Bacia do Rio da Prata e o <i>Gran Paraguay</i> [1810]	120
Mapa 2 - El Gran Paraguay	121
Mapa 3 - Bacia do Rio da Prata	164
Mapa 4 - Áreas disputadas entre Argentina e Paraguai	168
Mapa 5 - Região de Disputa entre Brasil e Paraguai	170
Mapa 6 - Região de Disputa entre o Brasil e o Paraguai	171
Mapa 7 - A Ofensiva Paraguaia	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fontes Documentais	72
Tabela 2 - Efetivos Militares	150
Figura 1 - Padrão de Competição da Balança de Poder	176

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – O REALISMO POLÍTICO E A ANÁLISE DA GUERRA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	19
1.1 O Realismo Político enquanto Teoria das Relações Internacionais	19
1.2 A Análise sobre o Poder: essência e elementos do poder nacional	35
1.3 O Equilíbrio de Poder	39
1.4 A Geopolítica	44
1.5 As Percepções de Ameaças	47
1.6 O Conceito de Securitização	54
CAPÍTULO II – O CONTEXTO, A HISTORIOGRAFIA E A GUERRA DO PARAGUAI	58
2.1 O Contexto e os Conceitos	58
2.2 A Guerra Historiográfica	70
2.3 Delimitação Temporal e Biografias	73
CAPÍTULO III – OS PENSADORES ESTRATÉGICOS DA GUERRA DO PARAGUAI	82
3.1 Duque de Caxias e o Pensamento Estratégico	85
3.2 Bartolomé Mitre, o Aliado Instável	94
3.3 Francisco Solano López: O Principal nome da Guerra e as Origens de seu Pensamento	100
CAPÍTULO IV – AS ORIGENS DA GUERRA DO PARAGUAI À LUZ DO REALISMO POLÍTICO	111
4.1 Os Antecedentes do Conflito: O <i>Front</i> Diplomático	111
4.2 Os Níveis de Análise e as Causas da Guerra do Paraguai	127
4.2.1 Primeiro Nível de Análise: Personalidade de Solano López	129
4.2.2 Segundo Nível de Análise: O Estado Paraguaio	132
4.2.3 Terceiro Nível de Análise: A Balança de Poder Regional	136
4.3 A Escalada das Tensões: Percepções de Ameaças	140
4.3.1 Poder Agregado	141

4.3.2 Capacidades Ofensivas	147
4.3.3 Intenções Agressivas	152
4.4 A Importância da Geopolítica	161
4.5 A Ofensiva, a Defensiva e o Estopim da Guerra	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	194

INTRODUÇÃO

A guerra é um fenômeno inescapável da história humana. As variadas formas de organização políticas usaram de algum meio coercitivo para atingir objetivos territoriais ou para fazer valer uma ideia ao longo de suas formações. A guerra, na sua concepção negativa conforme defendem os kantianos por sua irracionalidade, ou na sua forma positiva como argumentam os hegelianos é uma realidade crucial da história.

Após o surgimento do Estado-Nação a guerra passou a ser parte integrante do aparato Estatal com seu uso exclusivo e meio legítimo de coerção. A expansão e formação de novos Estados sempre estiveram direta ou indiretamente ligadas ao fenômeno da guerra. Na história do Brasil não houve uma guerra de larga escala definidora de uma independência nacional, somente conflitos regionais. A primeira grande guerra internacional na qual o Brasil se envolveu foi a Guerra do Paraguai entre 1864 e 1870.

O objetivo geral desse trabalho é compreender, de forma ampliada e com o auxílio da teoria realista das Relações Internacionais, as origens da Guerra do Paraguai. Para concluir tal objetivo usarei bibliografias de autores dos países envolvidos, brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios além de estrangeiros que pesquisaram sobre a guerra provenientes de outras nações. Do mesmo modo consultei documentos importantes que demonstram as tensões políticas na véspera do conflito.

Cabe aqui uma ressalva em relação ao conceito de “origem”. Para descrever causas ou origens creio que é primordial uma boa descrição. Tal como Paul Veyne (1998, p.19) recorda, “a história é descrição [...] a história é, em essência, conhecimento por meio de documentos, desse modo, a narração histórica situa-se além dos documentos”. Para que as origens sejam reveladas é importante “ressuscitar um passado, um esquecimento e encontrar os homens através dos traços que eles deixaram” (CERTEAU, 1982, p.46). O historiador “busca compreender as tramas” na concepção de Veyne (1998, p.82).

A Guerra do Paraguai é repleta de tramas que buscarei desvendar nesse trabalho com “a clareza da explicação histórica que emana da narração suficientemente documentada” (VEYNE, 1998, p.84). Não se trata de uma compreensão linear das origens da guerra. Afinal, a História “interessa-se por acontecimentos individualizados, mas não é sua própria individualidade que interessa, ela procura compreendê-los, isto é, procurar neles uma espécie de generalidade” (VEYNE, 1998, p.56). Nesse aspecto Veyne recorda o conceito de causas profundas.

Uma causa pode ser chamada profunda se ela é mais difícil de ser percebida, se ela aparece apenas no fim de um esforço de explicação, a profundidade está na ordem do conhecimento. [...] o número de causas possíveis é infinito, pela simples razão que a compreensão causal sublunar, melhor dizendo, a história, é descrição, e que a quantidade de descrição possível de um mesmo acontecimento é indefinida (VEYNE, 1998, p.137, 207).

Há, portanto, limites na compreensão da causalidade de um fenômeno histórico. As causas profundas dependem de uma explicação do acontecido. Pretendo expor “causas profundas” da Guerra do Paraguai, no sentido de intersubjetividade entre os atores em um contexto específico. Conceitos do realismo político como ‘caráter nacional’ e ‘objetivos eternos’ da política externa serão descritos com a finalidade de desvendar o específico no pensamento daqueles que iniciaram o conflito, as sensibilidades comuns.

Tucídides, estudado por François Hartog (2013, p.63) acreditava nessa procura por generalidade ou especificidade que recorrem ao longo da história. Na sua exposição das causas da Guerra do Peloponeso encontram-se regularidades do comportamento humano que são repetidas ao longo da história.

Tucídides, ao escolher ‘deixar por escrito’, desde seu começo, uma guerra que ele sabia que deveria ser a ‘maior de todas’, apresenta sua narrativa como um *ketma* (possessão) para sempre. Em vez de um instrumento de previsão do futuro, ela pretende ser ferramenta de decifração dos presentes por vir; com efeito; tendo em conta o que são os homens (*to anthropinon*), outras crises, análogas, não deixarão de ser desencadeadas no futuro.

É certo que “o tempo é uma construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e o experimentado como passado” (KOSELLECK, 2011, p.09). No entanto, no rastro de Tucídides e de Koselleck, há uma continuidade como o fenômeno da guerra que pode ser narrada.

Onde a história só informa sobre a possibilidade de repetição dos eventos, é lá que ela deve demonstrar possuir condições estruturais capazes de desencadear algo como um evento análogo. Tucídides e Maquiavel [...] puderam contar, falando em termos modernos, com tais condições estruturais.

O objetivo desse trabalho de apresentar os conceitos teóricos do realismo político usados para explicar a origem do fenômeno da guerra se enquadra nessa necessidade de tematizar o tempo histórico reconhecendo repetições e recorrências desses conceitos ao longo dos tempos.

Os três níveis de análise sobre as origens das guerras contidas no realismo político, o indivíduo, a estrutura dos Estados e a estrutura internacional tentam compreender as repetições humanas que causam as guerras. Em sintonia com a análise de José Carlos Reis (2003, p.184).

O historiador constrói em sua narrativa uma intriga, que é uma síntese do heterogêneo, que integra eventos múltiplos e dispersos numa história total, completa e complexa. [...] o tempo histórico, como organização da vida passada, representaria um terceiro tempo, um mediador [entre o individual e o coletivo].

De fato, teorias como o realismo político podem “sugerir novas questões aos historiadores que indaguem sobre o seu período ou novas respostas às perguntas já bastante conhecidas” (BURKE, 2002, p.229). Onde buscar as origens da Guerra do Paraguai é uma pergunta sugerida dentro de um referencial teórico realista. Buscar-se-á nos três níveis de análise, no conceito de balança de poder, anarquia internacional, dilema de segurança e balança de ameaças a serem apresentados adiante nessa obra.

O uso dos conceitos do realismo político para elucidar tais origens da guerra fornece perguntas que podem desvendar continuidades nos termos de Tucídides

ou causas profundas na terminologia de Paul Veyne. Há similaridades interessantes entre o padrão do conflito do Peloponeso descrito por Tucídides e a Guerra do Paraguai. Ambas foram caracterizadas por uma disputa hegemônica regional com fortes desconfianças entre os principais atores políticos com um histórico de rivalidade.

A Guerra do Paraguai representa para o Brasil o maior conflito internacional no qual o país teve parte e também o maior no continente sul-americano. A tragédia em termos de vidas humanas perdidas em razão da longa duração do conflito e da recusa do presidente paraguaio em render-se elevou ainda mais o morticínio. O endividamento de todas as nações beligerantes também foi um legado virulento para o período pós-guerra.

Contudo, no sentido político da vitória estratégica o Brasil obteve um resultado importante: a formação real de uma identidade nacional brasileira. A guerra contribuiu para a formação de um sentimento de pertencer a uma nação. Uniu povos de regiões distantes do país em torno de um objetivo comum, um primeiro vulto, de fato, de adesão patriótica que fomentou o fortalecimento das instituições das forças armadas brasileiras. A presença de um inimigo externo comum fortaleceu esse sentimento de identidade nacional.

A monarquia, após o conflito, entra em declínio. A dívida externa e a base da economia escravocrata também entravam em seus últimos anos. As contradições podiam ser vistas nos efetivos militares recrutados entre os escravos, que formavam boa parte da infantaria brasileira em troca da liberdade. As diferenças entre os sistemas político brasileiro e paraguaio podem ser inseridas dentro de fatores estruturais que propiciaram um ambiente conflituoso.

Dentro dos objetivos específicos, no primeiro capítulo dessa obra, de cunho teórico, abordarei os autores do realismo político para abarcar os fatores geopolíticos, a balança de poder regional e as percepções de ameaças entre os atores principais da Guerra do Paraguai para alcançar a elevação das tensões que levaram a uma confrontação tão violenta e longa. A contribuição do realismo político é importante na medida em que se preocupa com a explicação do fenômeno político da guerra.

Em seguida, no segundo capítulo, darei prosseguimento a discussão teórica, mas no campo da Teoria da História para apresentar o debate sobre a importância do contexto político e suas vicissitudes históricas. Ainda nesse tema descreverei o debate historiográfico acerca da Guerra do Paraguai analisando as principais correntes historiográficas que prevalece até o presente.

No terceiro capítulo da obra, apresentarei a contribuição dos principais atores políticos regionais da guerra e exporei as ideias e doutrinas estratégicas presentes no pensamento do Duque de Caxias, no lado brasileiro, o principal estrategista da guerra; Bartolomé Mitre o presidente intelectual argentino que também formou valiosos pensamentos no campo estratégico e Francisco Solano López, o principal nome da guerra que com suas peculiaridades, inseguranças e interesses pessoais ajudam a explicar a escalada das hostilidades.

Por fim, no último capítulo apresentarei uma descrição dos principais eventos que incentivaram à emergência de uma guerra entre as nações do Prata ligando-as com os conceitos teóricos expostos no capítulo sobre o realismo político. Em primeiro lugar, as missões diplomáticas na região do Prata que antecederam a guerra e, posteriormente, uma exposição dos níveis de análise para compreensão das possíveis causas da Guerra do Paraguai: as características e idiossincrasias de Francisco Solano López, as diferentes estruturas políticas dos países envolvidos na guerra e o ambiente regional anárquico e sua balança de poder platina precária e repleta de disputas territoriais.

Os conceitos geopolíticos também serão destacados no sentido de entender a doutrina estratégica prevalecente naquele momento e o peso que cada ator regional colocava sobre a Região do Prata para suas políticas exteriores e de defesa. O controle de rios navegáveis, as divergências centrais acerca da navegação, as disputas dos territórios herdados das antigas metrópoles portuguesa e espanhola e as zonas de influência gerando conflito.

Do mesmo modo, a percepção de ameaças será exposta dentro da chave de análise realista com o objetivo de visualizar a doutrina estratégica que norteava os gabinetes argentino, brasileiro, uruguaio e paraguaio no limiar do conflito. A conduta mais ofensiva ou defensiva e a interpretação dos discursos políticos são fundamentais para uma compreensão ampliada das causas dessa guerra.

Apresentarei uma organização dentro das variáveis expostas por Stephen Walt (1987) em seu estudo sobre percepção de ameaças, formação de alianças militares e causas das guerras onde as relações entre os contendores será exposta dentro de uma avaliação das rivalidades geopolíticas; dos elementos do poder nacional; das capacidades militares forjadas para impor dano e dissuadir e, principalmente, no cálculo racional que os tomadores de decisão fizeram sobre as ameaças percebidas e como a escalada das tensões evoluíram.

Em uma guerra internacional de larga escala com várias nações medindo forças é preciso buscar as causas em fatores domésticos e externos; uma visão estrutural sobre o equilíbrio de poder regional, mas também uma contextualização histórica que inclua características das personalidades e do pensamento político-estratégico do período. Em suma, as causas da guerra analisadas à luz das variáveis do realismo político contribuirão para um estudo mais vasto sobre as origens da Guerra do Paraguai.

CAPÍTULO I

O REALISMO POLÍTICO E A ANÁLISE DA GUERRA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1.1 O Realismo Político enquanto Teoria das Relações Internacionais

O objetivo desse capítulo é traçar um panorama do realismo político enquanto teoria das Relações Internacionais analisando os precursores históricos e filosóficos bem como os conceitos mais importantes da teoria. Os conceitos aqui descritos serão retomados no último capítulo onde há uma conexão entre as origens da Guerra do Paraguai e as explicações realistas. Em um primeiro momento apresentarei as origens do pensamento realista e, posteriormente, descreverei os conceitos específicos relacionados às causas da guerra. Sendo o realismo político uma teoria que surge com a necessidade de explicar o fenômeno da guerra, considero fulcral apresentá-la.

A proposta de descrição do realismo político aqui realizada tem por objetivo, portanto, não fazer um estudo aprofundado e crítico dos autores clássicos do realismo, Tucídides, Maquiavel e Hobbes, mas sim compreender os conceitos que os realistas resgatam desses autores e suas interpretações acerca desses conceitos aplicados no âmbito das Relações Internacionais. Em outras palavras, buscarei demonstrar o que o realismo político extrai desses autores clássicos no campo dos conceitos.

O estudo das Relações Internacionais enquanto disciplina autônoma surge de uma necessidade exposta pelo historiador britânico Edward Carr em seu clássico *Vinte Anos de Crise* publicado em 1939. A tragédia causada pelas guerras não fora explicada em sua totalidade pelas disciplinas correntes como a Economia, Direito Internacional e Ciência Política. Após a Primeira Guerra Mundial a primeira cadeira acadêmica de estudo das Relações Internacionais é estabelecida na Escócia, onde o próprio Carr lecionou (CARR, 2002).

A disciplina, portanto, nasce com a preocupação específica de estudar o fenômeno da guerra. Contudo, Edward Carr notou um equívoco naqueles que ele chamou de utópicos, ou seja, os que pretendiam estudar a guerra para tentar evitá-la por

acreditarem na cooperação intrínseca da natureza humana e na força dos princípios cosmopolitas que poderiam extirpar a guerra da política internacional e fomentar normas de cooperação entre os Estados.

De forma oposta, Carr afirmava que a guerra deveria ser estudada enquanto fenômeno da busca por poder inerente aos indivíduos e coletividades não para preveni-la, uma vez que isso seria impossível, mas sim para compreendê-la e traçar políticas de equilíbrio de poder para dissuadir a ameaça da guerra. Carr recorda três princípios inspirados em Maquiavel que deveriam servir de diretrizes para o estudo da política internacional em uma chave realista:

A história é uma sequência de causa e efeito que não pode ser analisada através da imaginação como os utópicos imaginam. [...] A teoria não cria (como presumem os utópicos) a prática, mas sim a prática que cria a teoria. [...] E a política não é, como pretendem os utópicos, uma função da ética, mas sim a ética uma função da política (CARR, 2002. p.85).

O realismo político enquanto tradição teórica, em resumo, possui ao menos três características. Em primeiro lugar os realistas acreditam que a busca por poder com raízes na natureza humana é a característica básica do sistema internacional. Ou seja, os Estados, assim como os indivíduos sempre se preocuparão em adquirir, manter ou expandir poder.

Em segundo lugar, os realistas advogam que o Estado é o principal ator do sistema internacional. Outros atores como organizações internacionais e indivíduos tem um poder limitado, pois o Estado-Nação, desde os Tratados de Vestifália de 1648 monopolizam os mecanismos coercitivos. Por fim, os realistas defendem a presença da anarquia no sistema internacional como uma realidade inescapável que compele as unidades políticas a agirem de um modo determinado. Não há leis internacionais que possam impor um *modus vivendi* baseado em regras aos Estados.

Resultando dessa interpretação é possível adicionar mais um elemento característico do realismo nas relações internacionais, uma visão pessimista sobre a realidade. John Mearsheimer (2003), um teórico realista, ressalta que existe na história da política internacional uma constante: a repetição das guerras e a

impossibilidade de superá-las em sistemas anárquicos. Mas por que razão os Estados não poderiam escapar a essa realidade virulenta?

A resposta a essa pergunta pode ser encontrada no conceito de dilema de segurança presente na análise de um dos primeiros clássicos atribuídos à tradição realista. A obra *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides (século V a.C.). Um conceito elementar para a compreensão das origens das guerras é explicado por Tucídides como causa geral da Guerra entre atenienses e espartanos. “O que tornou a guerra inevitável foi o crescimento do poder ateniense e o temor que isso causou em Esparta”. (TUCÍDIDES, 1972. p.42).

No cerne dessa análise está um conceito primordial para os realistas. O “dilema de segurança”¹. Trata-se de um fenômeno que opera em um sistema anárquico ligado às percepções de ameaças. As movimentações na área de segurança de uma nação A podem ser interpretadas como ofensivas, mesmo que sejam defensivas como no caso ateniense no século V a.C. Ocorre que em um sistema anárquico os atores políticos nunca terão total certeza das intenções alheias e isso gera uma desconfiança. John Herz (1950) definiu esse dilema como uma situação inescapável, pois na anarquia do sistema internacional as unidades atuam de acordo com o princípio da “auto-ajuda” (*self help*). Em outras palavras, cada unidade é responsável por sua sobrevivência e não pode confiar totalmente nos outros para a manutenção de sua segurança.

O dilema de segurança, portanto, possui duas características básicas: em primeiro lugar, toma como certa a desconfiança como característica indelével da natureza humana por meio do receio que os indivíduos têm diante da possibilidade de serem enganados; e em segundo lugar, a característica estrutural do sistema anárquico que impede os Estados de confiar plenamente nos demais em razão de ausência de normas e regras que definam procedimentos e punições para aqueles que as violam.

¹ Outra alegoria demonstrando o problema da falta de confiança entre os indivíduos é a “caça ao veado” de Rousseau onde o dilema de cooperação é posto entre a possibilidade de cooperação de um grupo para caçar um veado e todos comerem mais ou então, no ímpeto egoísta, cada um caçará uma lebre. O receio e desconfiança residem na incerteza de quanto o outro comerá a mais.

A desconfiança gerada é tida como causa da chamada corrida armamentista. Este é, pois, o dilema de segurança que caracteriza um sistema internacional cuja estrutura é anárquica, ou seja, baseada no poder, mas desprovida de autoridade na forma de instituições capazes de formularem regras de conduta, a par de mecanismos coercitivos fundados no consenso global ou no acordo à volta das próprias instituições e das leis a promulgar e a fazer cumprir (DOUGHERTY, 2003, p.81).

Esse conceito milenar usado para explicar a causa da Guerra do Peloponeso foi um passo incipiente que lançou bases conceituais para os futuros teorizadores das Relações Internacionais. Certamente os realistas identificam nesse conceito um tema obrigatório para a análise de qualquer guerra, pois dele absorvemos variáveis ligadas à natureza humana, luta por poder, percepção de ameaças, estrutura da organização política dos Estados e a própria estrutura internacional anárquica.

Tucídides recordava que sua análise sobre a guerra entre Atenas e Esparta serviria para analisar os demais conflitos na história vindoura. Isso decorre da crença realista de Tucídides de que o sistema anárquico não se converteria em hierárquico e de que a natureza humana é dúbia, ora cooperativa, ora conflituosa.

Será suficiente para mim, entretanto, se as minhas palavras forem julgadas úteis por aqueles que desejam entender os eventos que aconteceram no passado e que (com a natureza humana sendo o que é) irão, de uma forma ou de outra, se repetir no futuro. Meu trabalho não é um escrito destinado ao gosto do público imediato, mas sim uma possessão para todos os tempos (TUCÍDIDES, 1972. p.21).

No famoso discurso de Péricles no funeral dos atenienses, descrito por Tucídides, há também outra clara noção sobre a irrupção de conflitos em face da diferença de regimes políticos considerados irreconciliáveis. A constituição democrática de Atenas e a oligarquia de Esparta guardavam desconfianças mútuas. A estrutura política dos Estados contribui para uma política externa mais agressiva. No século XVI, Maquiavel, outro precursor do realismo político teorizará sobre o conceito de “Razão do Estado” e sobre a concepção realista sobre a ética.

Tal como o conceito de Dilema de Segurança em Tucídides, o conceito de Razão de Estado não aparece explicitamente, tampouco o modelo de relações políticas era apropriado para se afirmar que, de fato, representava uma Razão de Estado,

em sua plenitude. Somente com o Estado-Nação territorial é que tal afirmação faria sentido. Contudo, é possível localizar as origens intelectuais do conceito nas prescrições políticas de Maquiavel aos príncipes recém-chegados ao poder.

Em primeiro lugar, por Razão de Estado entende-se uma autonomia da política em relação às demais esferas de atuação humana, como a ética e religião. O príncipe, ao conduzir os negócios de Estado, é o próprio Estado, transfigura-se. Deste modo, a ética do príncipe é a Razão de Estado e seus valores individuais informados pela religião, por exemplo, deveriam ser filtrados e controlados por essa Razão de Estado imperativa.

O historiador britânico e precursor do realismo político nas Relações Internacionais, Edward Carr, em seu livro *Vinte Anos de Crise*, descreve o método realista de análise histórica inspirado em Maquiavel:

A história é uma sequência de causa e efeito que não pode ser analisada através da imaginação como os utópicos imaginam.[...] A teoria não cria (como presumem os utópicos) a prática, mas sim a prática que cria a teoria. [...] E a política não é, como pretendem os utópicos, uma função da ética, mas sim a ética uma função da política (CARR, 2002. p.85).

Nota-se, por conseguinte, uma afirmação moral que é própria do pensamento realista com origem nos ensinamentos políticos de Maquiavel. Em uma escala de princípios morais, o realismo inaugura a moral da sobrevivência, justificando medidas interpretadas em chaves analíticas contrárias ao realismo político, como imorais.

Os conselhos políticos de Maquiavel aos novos príncipes perscrutam um mundo novo, perigoso, onde a ética da prudência incentiva uma hierarquia de valores morais onde sobreviver, manter o poder e a soberania do Estado são ações essenciais. Dizia Maquiavel:

Qualquer novo governante que julgue necessário proteger-se contra inimigos, fazer amigos, conquistar pela força e pela fraude, tornar-se amado e temido pelo povo e seguido e respeitado pelas tropas contratadas, para destruir aqueles que poderiam prejudicá-lo, para introduzir novas maneiras nas velhas tradições, para ser severo e gentil, magnânimo e liberal, suprimir uma milícia desleal e criar uma nova, e manter a

amizade dos reis e dos príncipes de modo que estes estejam satisfeitos em ajudá-lo e hesitem prejudicá-lo.²

Desta forma, percebe-se a preocupação com a manutenção do poder depois de adquirido com árdua força onde a fortuna e a *virtú* eram necessidades reais. A vida e morte do príncipe dependiam de sua habilidade em traduzir a Razão de Estado no entender de Maquiavel.

A Itália do Renascimento era um lugar perigoso, e o governante que quisesse preservar e estender seu *Stato*, e lidar com outros *Statos* semelhantes ao redor, tinha de ser orientado não por padrões de certo e errado, mas pelo cálculo frio do que fosse prático. Esse cálculo era chamado de *ragione di stato*, Razão de Estado (WATSON, 1992. p.230).

É preciso compreender, portanto, que no estudo da história, Maquiavel exalta a esfera política como definidora dos padrões morais. Certamente, é possível notar isso em seu alerta contra o idealismo religioso de Savonarola, mas também pelo pragmatismo do poder papal, que além de religioso era político e militar no século XVI.

Maquiavel defende o assassinato de Remo por seu irmão Rômulo argumentando que o poder indivisível era necessário naquele momento. [...] Mas Maquiavel não defendia a tirania. Somente fundadores de uma república ou um principado bem governado, como Rômulo, merecem elogios. Aqueles, como César, que instituiu uma tirania, deveria ser condenado. Nessa e em outras passagens Maquiavel invoca padrões morais de uma forma que torna inconsistente chamá-lo de imoral (BROWN & NARDIN, 2002. p. 246).³

Em outras palavras, Maquiavel considera uma moral, submissa a um pragmatismo político e a grandes realizações atingidas por meios nem sempre regidos por uma moral idiossincrática informada por valores cristãos da piedade e da justiça, por exemplo. A Razão de Estado, legado inspirado em Maquiavel, tornou-se princípio do realismo político nas Relações Internacionais e doutrina ativa nos gabinetes políticos por séculos.

² Maquiavel. O Príncipe. Cap. IX.

³ Todas as traduções do Inglês e do Espanhol foram realizadas pelo autor.

A relação entre a ética, padrões de justiça e a conduta agressiva também é tema de terceiro grande precursor filosófico do realismo político, Thomas Hobbes, que no século XVII escreveu sua obra, *Leviatã* (1651) sobre a natureza humana e a teoria do Estado. Hobbes não foi um pensador de Relações Internacionais, diretamente, contudo, sua análise sobre o estado de anarquia acabou se tornando uma excelente descrição sobre o ambiente internacional.

O contexto no qual Hobbes se inseria, a Inglaterra do século XVII, tal como a Itália renascentista de Maquiavel, era um período conturbado e perigoso. A Guerra Civil Inglesa iniciada em 1642 influenciou o pensamento hobbesiano e suas conclusões sobre a virulência do estado de natureza. O estado de insegurança, o medo da morte violenta e a escassez de recursos para Hobbes fortalecem a ideia da agressividade no comportamento dos indivíduos.

A anarquia é o conceito principal da contribuição hobbesiana para o estudo das causas da guerra e para as Relações Internacionais enquanto campo de estudo⁴. O estado de natureza anárquico seria representado por uma situação na qual, segundo Hobbes.

Todo homem tem o direito de fazer qualquer coisa; mesmo contra o corpo de outro homem. E, portanto, contanto que esse direito natural de cada homem persiste, não pode haver segurança para nenhum homem, mesmo que ele tenha força, durante seu período de vida, que a natureza permite o homem viver. [...] é um preceito racional que todo homem busca a paz, [...] a primeira lei natural, buscar a paz e segui-la. A segunda, a soma do direito da natureza, que é, por todos os meios nos defender (HOBBES, 2000. p.113).

O estado de anarquia condiciona à ética da sobrevivência. A lei natural ressaltada por Hobbes, a busca e preservação da paz é condicionada à segunda lei, manter a segurança. Nota-se, deste modo, que a necessidade de poder para manter a segurança e a possibilidade constante de guerra geram um ambiente onde os padrões de justiça são relativizados. Hobbes define a anarquia desta forma.

A guerra de todos contra todos, isso também é uma consequência, que nada pode ser injusto. As noções de certo ou

⁴ Importante destacar aqui que o conceito de anarquia no estudo das Relações Internacionais significa ausência de ordem superior e não uma ideologia política anti-Estado. Ou seja, no cenário internacional anárquico não há hierarquia de autoridade, há somente relações de poder.

errado, justiça e injustiça não tem lugar nesse estado. Onde não há poder comum, não há lei, onde não há lei, não há justiça (HOBBS, 2000. p.110).

No capítulo sobre a natureza humana Hobbes expõe as principais causas da guerra na ausência de um Estado (Leviatã) absorvendo todo poder em suas mãos. O Estado, um aglutinador de indivíduos, seria absoluto, pois no contrato hobbesiano, a liberdade dos indivíduos de agirem de modo agressivo portando armas, seria eliminada. Em troca o Estado garantiria a vida dos indivíduos, minorando os efeitos da anarquia.

Na natureza humana encontramos as três principais causas da guerra, primeiro, a competição; segundo, insegurança; terceiro, a glória. A primeira faz o homem invadir por ganho; a segunda, para obter segurança; e a terceira, por reputação. [...], portanto é manifesto que, durante a vida do homem sem um poder comum para mantê-los com receio, ele estão naquela condição que é chamada de guerra, a guerra de todos contra todos (HOBBS, 2000. p. 108).

A submissão dos indivíduos a um Leviatã seria a única saída possível diante desse estado grotesco de animalidade virulenta presente na anarquia. Na impossibilidade de confiar nos seres humanos em razão da sempre possível trapaça, o pacto social, gerando uma sociedade artificial, é a opção apresentada por Hobbes como solução. O novo Estado seria o detentor do monopólio do uso legítimo dos meios coercitivos.

Verifica-se, por conseguinte, que a análise sobre o perigo da anarquia em Hobbes com origens na luta por poder está fortemente alicerçada em uma tradição realista. Hobbes traduziu para o inglês a obra de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso e é possível concluir que tenha extraído ideias sobre o dilema de segurança e as causas da guerra do historiador ateniense.

Também é igualmente interessante notar que os pensadores dessa tríade filosófica nas origens do realismo político apresentam teses que embasam os pressupostos dessa teoria. Tucídides descreve o problema da natureza humana dúbia, gerando falta de confiança, as diferenças de ordem política na organização política dos Estados e a anarquia do sistema internacional grego como causas da guerra.

Em Tucídides encontra-se claramente um proto-realismo no que tange a análise da guerra e da luta por poder. Os indivíduos e estados buscam poder para sobreviver e por medo e a condição onde essa luta por poder acontece livremente é a anarquia internacional. “Em um mundo onde os poderosos fazem o que têm poder de fazer e os fracos aceitam o que têm que aceitar” (TUCÍDIDES, 1972. p.206).

Maquiavel, do mesmo modo, resalta a importância da aquisição, manutenção e demonstração do poder para o príncipe. Recorda, igualmente, a necessidade de reconhecer a segurança do Estado como o princípio ético fundamental em sua doutrina da Razão de Estado. A justiça e as leis são tributárias à segurança estatal e para que essa segurança seja garantida são necessárias boas armas.

Ao argumentar que os fins justificam os meios, entende-se, em chave de análise realista inspirada em Maquiavel, que as finalidades são as mais excelsas, ou seja, a manutenção da primazia do Estado e sua segurança. O que se convencionou chamar posteriormente de “ética da sobrevivência”. Sobreviver em um ambiente anárquico, em última instância, é o objetivo fulcral de qualquer Estado.

Por fim, Hobbes defende um pacto artificial como última solução diante de um estado de miséria, violência e guerra. Em outras palavras, Hobbes, enquanto precursor do realismo político, é o teórico da anarquia. Caso a política internacional não fosse caracterizada pela anarquia, não haveria necessidade de estudar seus efeitos, tampouco haveria necessidade de uma disciplina de Relações Internacionais.

A condição de anarquia na política internacional a propensão aos conflitos é explicada por Hobbes e trazida para o campo internacional por analogia doméstica. Sendo a anarquia uma realidade imutável no cenário das relações internacionais, os Estados são livres para agirem na luta por poder. Na percepção realista de inspiração hobbesiana, as instituições e organizações internacionais não tem poder para garantir a cooperação interestatal. A desconfiança e o medo da trapaça sempre estarão presentes de forma latente. Afinal, as raízes da guerra estão na natureza dos indivíduos para Hobbes, pois “o homem é caracterizado por um desejo perpetuo e irresistível de poder que só cessa no momento da morte” (HOBBS, 2000, p.81).

Considerando a anarquia internacional como realidade sistêmica os realistas advogam que o objetivo primário das unidades políticas, notadamente os Estados, é sobreviver. O princípio da auto-ajuda, isto é, cada Estado é responsável por sua sobrevivência através da manutenção da soberania. O mecanismo das alianças militares pode ajudar, mas também pode levar os Estados a conflitos indesejáveis em razão dos encargos dessa aliança.

A compreensão do realismo acerca da realidade internacional, como dito anteriormente, é pessimista. A anarquia gerando o dilema de segurança, a possibilidade perene da guerra e a busca por poder como característica da natureza humana os permitem dizer que somente o poder limita o poder nas Relações Internacionais. O elemento jurídico, como o direito internacional e os tratados é secundário e dependem da vontade dos atores mais poderosos para obter uma eficácia mínima.

No interregno que medeia os precursores históricos do realismo político e a sistematização da teoria após a Segunda Guerra Mundial é possível verificar a forte influência dos pressupostos realistas no pensamento de líderes como Otto von Bismarck e Metternich no século XIX após Napoleão ter deixado em destroços o equilíbrio de poder europeu depois de 1815.

A lógica política do Concerto Europeu foi a teoria da balança de poder, ou seja, um arranjo entre as grandes potências com finalidade anti-hegemônica que permitia pequenas guerras de ajustes territoriais e mantinha uma autovigilância para evitar a formação de um novo poder hegemônico como a França de Napoleão em seu espírito expansionista. O diplomata realista norte-americano Henry Kissinger, estudioso do Concerto Europeu, comenta.

Napoleão havia destruído a balança de poder da Europa. A reação conservadora esboçada em 1815 e desenvolvida após essa data foi organizada por Metternich e Talleyrand e estava baseada no princípio da regressão à legitimidade monárquica. Esta reação restabeleceu a ideia clássica da balança de poder e recolocou-a na lista de prioridades dos dirigentes políticos europeus (KISSINGER apud DOUGHERTY, 2003. p. 261).

O historiador George O. Kent (1982. p.115-116), em seu clássico sobre Bismarck recorda a adesão do “Chanceler de Ferro” aos princípios do realismo político.

A notoriedade de Bismarck esteve sempre baseada nas suas realizações na diplomacia. [...] contribuiu para a unificação da Alemanha. Como grande potência unificada no centro do Continente, a Alemanha modificou a balança de poder da Europa. [...] O sucesso de Bismarck em política externa se baseava em três fatores. Ele tinha uma visão realista do cenário internacional e dos interesses e relações das potências envolvidas. Ele tinha em mente seus objetivos finais e sempre considerava diversos métodos para alcançá-los. A diplomacia possuía regras aceitas, uma área limitada (Europa), um número de jogadores fixo (as cinco grandes potências), e objetivos mais ou menos limitados. Sob essas condições Bismarck atuou brilhantemente.

Aliado ao Concerto Europeu os ingleses, do mesmo modo, após 1815 adotaram uma abordagem realista controlando o poder naval e estrangulando os potenciais rivais no continente que aspirassem a um domínio geopolítico. A *Pax Britannica* buscava, primordialmente, manter a fragmentação dos poderes continentais e usava de sua posição de fiel da balança de poder para ameaçar fazer uso de seu poderio militar dissuadindo tentativa de perverter o equilíbrio de poder regional.

Apesar das origens intelectuais do realismo serem antiquíssimas só é possível apresentar a teoria realista nas Relações Internacionais de forma sistematizada a partir do século XX. Notadamente, após a Primeira Guerra Mundial quando as preocupações normativas acerca da análise do fenômeno da guerra retornaram a pauta dos acadêmicos.

Entre os precursores desse esforço em sistematizar a teoria realista encontramos Edward Carr analisando o período entre as guerras mundiais (1919-1939). Para Carr o problema da análise sobre a política internacional era a influência do pensamento liberal inspirado em Kant chamados de idealistas ou utópicos. Para esses importava mais pensar no “dever ser” da política internacional à revelia da análise do equilíbrio de poder entre as nações.

Na tese de Carr há uma demonstração crítica sobre a confiança na natureza humana cooperativa e nas instituições internacionais que buscavam promover a paz, como a Liga das Nações. Carr ressaltava que não havia uma “harmonia de interesses” conforme os liberais utópicos defendiam, pois os Estados possuem interesses nacionais, muitas vezes conflitantes.

A obra de Carr foi importante para promover esse primeiro debate teórico sobre o problema da guerra, a luta por poder, os efeitos da anarquia e os limites da cooperação entre os Estados. Contudo, o livro de Carr não forneceu uma compilação geral dos princípios realistas e a análise do poder. Somente após a Segunda Guerra Mundial houve condições propícias para o domínio do realismo na área das Relações Internacionais quando os liberais utópicos saíram de cena.

Foi Hans Morgenthau, um exilado alemão fugindo da guerra na Europa, que organizou o realismo político em um livro clássico, *A Política Entre as Nações* de 1948. A reflexão crítica sobre o pensamento idealista (liberal utópico) estava superada e os horrores de duas guerras mundiais não evitadas por apenas boas intenções e normas internacionais deram o espaço necessário para o realismo promover suas explicações teóricas sobre a luta por poder entre as nações e o fenômeno da guerra.

Não se tratava mais de buscar evitar as guerras, mas sim de compreendê-las dentro de um espectro de competição por poder em um ambiente de anarquia internacional. Morgenthau estabeleceu seis princípios básicos para analisar as Relações Internacionais. Esses princípios diferenciam a tradição realista das demais.

No primeiro princípio Morgenthau argumenta que a política, como a sociedade de forma geral, é governada por leis objetivas com raízes na natureza humana. Ou seja, uma lei, repetição de eventos e objetividade, entendida aqui como a imutabilidade dos fenômenos políticos. Por conseguinte, a análise sobre a realidade política precisa recorrer ao caráter imutável da natureza humana para compreender a continuidade desses fenômenos políticos (MORGENTHAU, 1993. p. 4).

No segundo princípio Morgenthau argumenta que os “interesses são definidos em termos de poder” (MORGETNTHAU, 1993. p.5). A política é caracterizada por uma racionalidade que faz os tomadores de decisão pensar em termos de custos e benefícios. Segundo Morgenthau pensar em termos de poder protege o estadista de falácias que podem ocultar reais interesses de poder como os motivos pessoais e preferências ideológicas.

Nós assumimos que os tomadores de decisão pensam e agem em termos de interesses definidos em termos de poder e a evidência histórica embasa essa afirmação. [...] o conceito de interesses definidos em termos de poder impõe uma disciplina ao observador, infunde ordem racional no assunto político e torna a política entendida teoricamente. Do lado do ator, o conceito providencia disciplina racional e cria uma incrível continuidade na política externa que faz a política externa norte-americana, russa ou britânica parecer um inteligível e racional contínuo consistente, independente dos diferentes motivos, preferências e qualidades morais e intelectuais dos sucessivos tomadores de decisão (MORGENTHAU, 1993. p. 5).

O terceiro princípio, continuação lógica do segundo, defende que a busca por poder é uma categoria universal. Contudo, o conceito de poder pode variar de acordo com circunstâncias de tempo e espaço. Em outras palavras, a luta por poder entre as nações é uma realidade, mas deve ser compreendida dentro de seu contexto histórico específico que condicionará o lugar no qual esse poder será exercido (MORGENTHAU, 1993).

O quarto princípio de Morgenthau inicia a análise sobre o papel da moral na política internacional. Os realistas não sugerem que princípios morais são irrelevantes em um ambiente anárquico, mas que, na verdade, estão submetidos à ação política. Trata-se de uma “ética da prudência” que guia a ação do Estado onde os princípios morais devem estar em sintonia com os interesses nacionais e a segurança. Há, portanto, um filtro de poder nas aspirações morais no que tange à política externa (MORGENTHAU, 1993).

No quinto princípio Morgenthau faz um alerta. Os princípios morais não devem ser entendidos como universais, mas como particulares. É perigoso quando uma nação se autoproclama como líder moral da humanidade, pois poderá usar meios coercitivos para provar tal superioridade moral. É justamente a análise de poder no realismo que previne os estadistas de acreditarem em uma moral universal.

Há muitos exemplos históricos de aspirações morais de uma nação em particular entendida por seus líderes como universal.

Há um mundo de diferença entre a crença que todas as nações estão sob o julgamento de Deus, inescrutável para a mente humana e a blasfema convicção de que Deus está sempre do lado de uma parte e que sua vontade sempre será aceita por Deus. [...] é exatamente o conceito de interesses definidos em

termos de poder que nos salva tanto dos excessos morais quanto da ingenuidade política. [...] a moderação política sempre refletirá a moderação de julgamento moral (MORGENTHAU, 1993. p. 13).

Por último, no sexto princípio, Morgenthau destaca a política como esfera autônoma em relação a outras áreas como a religião ou direito. É possível pensar os fenômenos sociais de muitas formas dentro dessas esferas, mas um realista reconhece a política como arena de luta por poder onde as demais esferas estarão submetidas. Isso decorre da realidade anárquica do sistema internacional que sempre condicionará os Estados, segundo Morgenthau, a manter uma ética da responsabilidade (prudência) para garantir a sobrevivência do Estado. O realista, seguindo o espírito da prudência, sempre se pergunta: como essa política afeta o poder da nação?

Raymond Aron segue a mesma linha de interpretação realista da política internacional ao publicar seu clássico *Paz e Guerra entre as Nações* em 1962. Nesse livro, do mesmo modo que Morgenthau, há uma ampla descrição dos fenômenos históricos relacionados à busca por poder por parte das nações. De acordo com Aron as relações internacionais representam uma continuidade que é explicada pela alternância da guerra e da paz.

A avaliação histórica e sociológica de Aron sobre as causas da guerra nos estimulam a retornar ao nível de análise do indivíduo para compreender aspectos da natureza humana relativos ao comportamento agressivo.

A dificuldade em manter a paz está mais relacionada à humanidade do homem do que à sua animalidade. O rato que levou uma surra sujeita-se ao mais forte, e a resultante hierarquia do domínio é estável; o lobo que se rende, oferecendo a garganta ao adversário, é poupado. O homem é o único ser capaz de preferir a revolta à humilhação e a verdade à vida. Por isso a hierarquia dos senhores e dos escravos nunca poderá ser estável (ARON, 2002. p. 466).

A alternância entre guerra e paz é a característica fulcral das relações internacionais. Nesse ponto Aron se aproxima de Clausewitz ao notar o aspecto racional da guerra ao mesmo tempo em que não se afasta de Thomas Hobbes ao

caracterizar a inevitabilidade da guerra diante da presença da anarquia e de elementos irracionais da disputa de poder entre os indivíduos.

Os atores, isto é, os Estados, na concepção de Aron, não possuem uma hierarquia centralizada de normas e valores. Portanto, os Estados, nesse ambiente descentralizado de normas e valores são guiados por interesses próprios. A guerra e a diplomacia se materializam em dois atores, o soldado e o diplomata. A diplomacia e a guerra são dois lados da mesma moeda na medida em que ambos visam defender os interesses nacionais. O diplomata que preserva a possibilidade dos militares atuarem, no caso de necessidade de uso da força e o militar que concede ao exercício do diplomata a possibilidade de evitar a guerra.

O miolo das relações internacionais são as relações que chamamos de interestatais, as que colocam em conflito as unidades como tais. As relações interestatais expressam-se em condutas específicas e mediante elas, conduzidas de personagens que chamarei de *soldado* e *diplomata*. Dois e apenas dois homens atuam plenamente e não como membros quaisquer, mas como representantes das coletividades a que pertencem: o embaixador no exercício de suas funções na unidade política em cujo nome fala; o soldado no campo de batalha da unidade política em cujo nome levará à morte seu semelhante. [...] o embaixador e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, por ser interestatais apresentam traço original que as distingue de todas as outras relações sociais; desenvolvem-se sob a possibilidade da guerra ou, para expressar-se com maior precisão, as relações entre os Estados se compõem, por essência, da alternativa da guerra e da paz (ARON, 2002. p.24).

A obra de Aron tem importância comparada ao que foi Clausewitz para o século XIX para o estudo da guerra nas relações internacionais. Junto com Morgenthau, os escritos de Aron despontam como basilares para a estruturação do realismo político aplicado ao mundo contemporâneo. É importante recordar que o realismo político dominou o campo de estudo da política internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1970, com o ressurgimento de críticas provenientes dos pensadores liberais institucionalistas o realismo precisou reagir enquanto resposta acadêmica. Kenneth Waltz, em 1979, publica seu famoso livro, *Teoria da Política Internacional*, seguindo os pressupostos clássicos do realismo político, mas

adaptando-o em seu foco analítico para uma visão estrutural, menos histórica e mais parcimoniosa, isto é, poucas variáveis explanatórias, mas variáveis fundamentais.

Waltz, certamente, foi influenciado pela revolução behaviorista que estimulava uma segurança científica dos números e modelos formais matemáticos em vez de análise histórica, cultural ou sociológica. Na vertente de Waltz, conhecida como neo-realista ou realista estrutural, há uma inequívoca preocupação em explicar a recorrência da guerra.

A tese do neo-realismo é de exaltar a anarquia internacional como fator explicativo essencial para a repetição da guerra. Há uma estrutura internacional representada pelas unidades (Estados) competindo por poder em um ambiente de recursos escassos para sobreviver no sistema. No fim, eles só podem contar com seus próprios recursos. Mesmo que abduquem de participar da competição dentro desse sistema, serão compelidas pela estrutura anárquica a se comportarem de um modo funcionalmente similar, ou seja, a busca por poder para a sobrevivência.

Há, portanto, uma lógica sistêmica na teoria de Waltz. A estrutura anárquica compele e constrange as unidades e não o oposto. As unidades sofrerão os efeitos da competição, ao imitarem as políticas mais bem sucedidas de aquisição e manutenção de poder e também serão socializadas, quando sentirão os efeitos da estrutura caso não procedam de forma adequada, ou seja, as perspectivas de punição para os não socializados no sistema⁵.

O realismo estrutural de Waltz é original, pois propõe explicar as Relações Internacionais de uma forma sistêmica. De fato, para Waltz o que importa são as grandes potências. Aqueles Estados capazes de alterar a polaridade global. O mundo é anárquico e, desta forma, os Estados não podem exercer autoridade sobre os outros, apenas podem exercer poder.

Uma estrutura para Waltz é definida pela distribuição de capacidades entre as unidades do sistema. Há um equilíbrio de poder automático onde as unidades

⁵ Por exemplo, aquelas nações que escolhem não participar de um equilíbrio de poder regional sofrerão “punições” por não se socializarem no sistema. Em outras palavras, passarão a ser influenciadas por vizinhos mais poderosos e a correr o risco de cobiça de território e recursos por parte de Estados mais fortes.

precisam operar para manter suas posições. Qualquer estrutura na proposição de Waltz tem as seguintes características: um princípio ordenador, a característica de suas unidades e a distribuição de capacidades entre elas (WALTZ, 1979).

A dinâmica de distribuição das capacidades⁶ é que explica a possibilidade de mudança sistêmica, embora para Waltz, seja rara. Podem existir duas polaridades nesse sistema, a multipolaridade ou a bipolaridade. Um modelo unipolar não seria vislumbrado porque seria similar uma hierarquia, ou seja, uma impossibilidade dentro de uma estrutura regida por balança de poder.

O conceito de estrutura assenta no fato de que as unidades, combinadas ou justapostas de forma diferente, se comportam de forma diferente e, ao interagirem, produzem resultados diferentes (WALTZ, 1979. p.81).

1.2 A Análise sobre o Poder: essência e elementos do poder nacional

O conceito de poder no realismo político é um ponto central para toda análise dos fenômenos políticos internacionais, notadamente, a guerra e suas origens. Os realistas, de modo geral, buscam compreender os fatores materiais do poder de uma nação, bem como o poder imaterial, relacionado às ideias e instituições que ligam os indivíduos à política externa nacional.

Em outras palavras, o poder é tanto o somatório das capacidades materiais do Estado em termos políticos, econômicos e militares como também em termos intrínsecos, ou seja, essas capacidades comparadas ao potencial dos demais Estados com os quais disputa poder em um ambiente anárquico. O receio do competidor se tornar mais poderoso é um estímulo à busca por poder.

Para autores realistas como Kenneth Waltz (1979) o poder significa a capacidade dos Estados influenciarem o sistema mais do que são influenciados por ele. Trata-se, evidentemente, de uma visão estrutural do poder enquanto meio de sobrevivência. Para Morgenthau (1993) o poder sempre é relacional, isto é,

⁶ Capacidades no realismo político são explicadas por recursos transformados por tecnologia como, por exemplo, o minério de ferro transformado em aço e depois em armamentos como navios de guerra ou tanques ou como reservas de urânio transformadas em energia atômica quando enriquecidas através de um processo tecnológico.

comparado à realidade dos demais Estados que sempre buscarão poder para manter, expandir ou demonstrar.

Para Aron (2002) a busca por poder tem origens na natureza humana na mesma chave de análise hobbesiana. A constatação das relações internacionais é verificada em uma luta contínua por poder originada em uma ideia, uma sensação de manter a segurança ou na busca pela glória. O problema, segundo Aron, é que “a maximização dos recursos não leva necessariamente à maximização da segurança” (ARON, 2002. p.128).

O poder, no seu sentido mais básico, implica a aptidão de um ator internacional para influenciar outro no sentido deste fazer, ou não fazer, algo desejado pelo primeiro. Waltz (1979) argumenta que o poder, na sua noção mais antiga, é explicado pela disposição de um agente que afeta os outros mais do que é afetado por eles. A ideia primordial para Waltz é que os Estados buscam obter capacidades, recursos transformados em poder aplicável. Essas capacidades são ordenadas em termos de “dimensão da população e território, disponibilidade de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade e competência política” (WALTZ, 1979. p.131).

Em concepção similar dentro do espectro do realismo político argumenta Nicolas Spykman (1942. p.11).

Toda vida civilizada assenta, em última análise, no poder. O poder é a capacidade de condicionar o indivíduo ou a coletividade humana de uma forma desejada através da persuasão, compra, troca ou coerção.

A política internacional é, de fato, dominada pela busca por poder. Em todas as épocas históricas as coletividades entraram em conflitos mortíferos em razão do aumento ou preservação do poder. A capacidade de influenciar determinada estrutura de poder regional, por exemplo, ou influenciar outros Estados, é visto como exemplo clássico de poder. Contudo, os autores realistas apontam pequenas diferenças entre o conceito de poder e influência.

Robert Gilpin, outro expoente do realismo político, advoga que o poder abrange capacidades econômicas, tecnológicas e militares dos Estados, enquanto o prestígio e influência se relacionam às percepções de outros Estados face às

capacidades de um Estado e à sua aptidão e vontade de manifestar o seu poder (GILPIN, 1981).

Para Charles Kindleberger, seguindo a interpretação realista de Gilpin.

O prestígio é o respeito devido ao poder. A influência é a capacidade de afetar as decisões de outrem. A força é a utilização de meios físicos com o propósito de afetar essas decisões. A dominação é definida como a condição em que A afeta um número significativo das decisões de B sem que B afete as de A (KINDLEBERGER, 1970. p.56).

Do mesmo modo, Morgenthau considera útil fazer tais distinções analíticas sobre as características do poder. Morgenthau deixa claro que a política internacional, como toda política, é luta por poder. Os estadistas podem definir seus propósitos por meio de pensamentos religiosos, de segurança, prosperidade ou liberdade, mas tais objetivos são finalidades alcançadas por um meio, e esse meio é o poder.

O poder para Morgenthau, em uma definição simples, “é o controle por parte de um indivíduo da mente e das ações de outro indivíduo” (MORGENTHAU, 1993. p.30). O poder deriva de uma relação psicológica da qual derivam três fontes: a expectativa de benefícios, o medo das desvantagens e o respeito ou amor aos indivíduos ou instituições (MORGENTHAU, 1993).

O poder se diferencia da influência, pois essa nem sempre é similar ao poder nas suas origens. Um secretário de um presidente pode ter influência sobre ele, mas não terá poder sobre ele. Da mesma forma, o poder se diferencia da força, pois o uso militar da força significa abdicar do uso do poder político. a ameaça do uso dessa força está dentro de um cálculo racional de poder, mas o uso em si pode significar o fim dessa racionalidade (MORGENTHAU, 1993).

Os autores realistas concordam que a análise do poder não pode ser feita fora de seu contexto de aplicação. Em outras palavras, depende da questão, do objeto ou propósito para o qual é utilizado. Morgenthau sustenta que o poder é relacional, pois sua análise na política internacional deve ser levada a cabo considerando uma comparação entre os fatores de poder de um Estado com atributos específicos comparados aos mesmos atributos de outro Estado em um contexto específico. A análise do poder é sempre dinâmica.

Especificar e comparar atributos ou capacidades significa considerar o poder na sua dimensão estática e, mais importante do que isso, é o resultado de um processo interativo, seja este o de quem ganha às guerras ou o de quem ganha negociações relativas ao comércio mundial. A forma de mobilizar o poder para alcançar determinado objetivo constitui o âmago da estratégia, cuja essência é a organização das capacidades de forma a maximizar as possibilidades de sucesso. Esta é, pois, a dimensão dinâmica do poder (DOUGHERTY, 2003. p.95).

Em qualquer análise sobre as causas da guerra as definições acerca do poder são importantes. Portanto, qual seria a essência do poder nacional? A par de todos os elementos materiais de poder Morgenthau esclarece que é necessário verificar a conexão entre os indivíduos e sua nação. Quanto mais coesa internamente, mais poderosa será a nação.

Os símbolos nacionais, especialmente aqueles que fazem referência às forças armadas e as relações com outras nações são instrumentos dessa identificação do indivíduo com o poder nacional. A ética e normas morais da sociedade tendem a tornar essa identificação atrativa assegurando recompensas e ameaças de punições (MORGENTHAU, 1993. p.117).

A ligação entre os objetivos da nação em termos de poder e a identificação com sua população, ou seja, o grau de suporte que os indivíduos apoiam a política externa da nação coferirão um grau maior ou menor de nacionalismo à essa política externa. Essa identificação das massas com o rei, ditador ou presidente ajuda a definir a sensibilidade de um Estado em relação àquilo que é caro à sua segurança em termos de território e de ideias.

Em determinados contextos históricos onde essa identificação das massas com a política externa da nação é alta o nacionalismo emerge com facilidade e tende a manter com rigor os valores morais ou ideologias norteadores das ações de um determinado governo. Contudo, o realista verificará de que modo essa ideologia ou valores afetarão o poder nacional e o equilíbrio de poder regional na medida em que elevam as tensões e criam percepções de ameaças nas demais nações.

De fato, o conceito de poder é amplamente debatido nas ciências sociais. No que tange aos objetivos desse estudo, o realismo político pretende estudar o conceito de poder na sua essência na natureza humana e nas unidades políticas. Pretende

também diferenciar o poder dentro de características específicas de um contexto histórico. Mas, no fim, a análise do poder nas relações internacionais tem características peculiares, pois trata-se de um ambiente anárquico que estimula sua busca, manutenção e expansão e como um equilíbrio de poder, ou tentativa de equilíbrio, é realizado.

Raymond Aron (2002. p. 99) apresenta uma conceituação da essência do poder nos indivíduos e nas unidades políticas⁷.

O poder de um indivíduo é a capacidade de fazer, mas antes de tudo, é a capacidade de influir sobre a conduta ou os sentimentos dos outros indivíduos. No campo das relações internacionais, *poder* é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais. Em poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas uma relação entre os homens.

Nas relações internacionais é crucial compreender como as relações de poder entre os Estados estimulam uma espécie de ordem ou estabilidade na tentativa de manter um equilíbrio de poder regional ou global que dependerá, justamente, dessa luta por poder entre as nações porque não há normas ou regras internacionais que constringam os Estados a adquirir mais poder e gerar ameaças em seu entorno. A condição anárquica da política internacional torna necessária a análise dessa luta por poder e das aspirações de um equilíbrio de poder.

1.3 O Equilíbrio de Poder

Decorrente do conceito de poder há uma preocupação no realismo político com a estabilidade do sistema. O equilíbrio de poder é a principal condição para essa estabilidade. Além de prover estabilidade o equilíbrio ou balança de poder tem a função principal de evitar que uma nação torne-se preponderante no sistema, o *hegemon*. Do mesmo modo que o corpo humano busca, naturalmente, estabilizar-se em um equilíbrio fisiológico ou uma sociedade busca padrões de convivência

⁷ Raymond Aron discrimina entre poder (*pouvoir*), exercido dentro das unidades políticas (nível doméstico), e a potência (*puissance*) externa destas últimas (atributos dos atores coletivos que são os Estados). Em português a palavra poder pode ser usadas nos dois sentidos.

estáveis equilibrados o sistema internacional também tem seu equilíbrio, contudo, é caracterizado, segundo os realistas por uma constante luta por poder.

Os estudos sobre o equilíbrio de poder tem origem antiga. David Hume, ao analisar o sistema europeu de estados, argumentava sobre o termo “balança de poder” advinha de outros sistemas como o da Grécia Antiga.

O princípio de preservação do equilíbrio de poderes baseia-se de tal forma no senso comum e na razão que parece impossível que pudesse ter estado completamente ausente na antiguidade (HUME apud DOUGHERTY, 2003, p.53).

Onde havia duas potências rivalizando por poder em um ambiente regional anárquico haveria também uma possível balança de poder. O fato inquestionável sobre a tentativa de equilíbrio em um sistema é que nunca haverá um equilíbrio perfeito entre nações, mesmo quando estas possuem recursos e capacidades similares. Isso decorre do problema da percepção de ameaças que é informado por outras variáveis além do poder agregado de uma unidade política como será visto adiante.⁸

A balança de poder enquanto sistema refere-se a um ambiente internacional multinacional onde todos os atores preservam a sua identidade e soberania por meio de um processo de busca de equilíbrio. É importante notar alguns objetivos clássicos de uma balança de poder que se mantém ao longo da história das Relações Internacionais.

Nas suas teorias clássicas, Gentz e Metternich atribuíram vários objetivos e funções à balança de poder. Esta deveria ser capaz: 1) de evitar o estabelecimento de uma hegemonia universal; 2) de preservar os elementos constitutivos do sistema e o próprio sistema e 3) de garantir a estabilidade e segurança mútua do sistema internacional (DOUGHERTY, 2003. p. 55).

Para atingir tais objetivos os estados lançam métodos de equilíbrio dentro de um sistema global ou regional anárquico. Por exemplo, a política “dividir para governar” fragmentando os poderes e evitando que algum deles surja enquanto

⁸ A análise sobre a percepção das ameaças enquanto complementação da teoria da balança de poder se encontra no tópico 3.5.

líder proeminente; compensações territoriais; manutenção de “Estados Títeres” ou “tampões” separando rivalidades entre duas potências rivais; a formação de alianças; compensações territoriais e mesmo a guerra para restauração do sistema.

Se a balança de poder funcionasse de maneira perfeita conforme idealizada por muitos líderes nacionais haveria paz e estabilidade no sistema. No entanto, a imperfeição desse equilíbrio que gera guerras entre as nações é resultado da repetição do dilema de segurança, conforme explicado anteriormente. Em outras palavras, na tentativa de buscar poder para equilibrar o sistema o estado A terá uma resposta do estado B que também se preocupará com sua elevação de poder. O resultado desse processo é que muitos estados só se sentirão seguros possuindo uma margem de poder em relação ao seu rival direto, criando um certo desequilíbrio.

De fato, sistemas regionais de equilíbrio de poder podem ser mais estáveis quando existe um “fiel da balança”. Trata-se daquele país com poder suficiente para jogar seu peso para um lado ou outro da balança por meio de alianças ou intervenções que terão um duplo objetivo: manter sua posição dominante nesse sistema e restaurar o equilíbrio regional ameaçado por uma nação insatisfeita com a atual distribuição de poder atual, o *status quo*.

Outro fator que propicia mais ou menos estabilidade a um equilíbrio de poder é a polaridade do sistema. Os autores realistas divergem quanto ao modelo mais estável. Alguns defendem que sistemas bipolares são mais estáveis em decorrência do congelamento de poder resultante desse tipo de ordem. Duas superpotências, com suas respectivas zonas de influência e preponderância sobre os demais, conseguiriam manter essa bipolaridade dentro de seus complexos de alianças.

Outros argumentam que sistemas multipolares são mais estáveis por introduzirem um número maior de participantes com poder suficiente para equilibrar o sistema que será mais flexível. A tendência em um modelo multipolar seria a convivência mais harmoniosa e menos prepotente, pois o número de poderes capazes de resistir é maior.

Raymond Aron sintetiza a natureza da balança de poder e sua lógica de atuação em sistemas multipolares.

Imaginemos um sistema internacional definido pela pluralidade de Estados rivais, sujeitos a recursos, sem serem iguais, não chegam a uma disparidade fundamental. Por exemplo: França, Alemanha, Rússia; Inglaterra; Áustria-Hungria e Itália em 1910. Se esses Estados querem manter o equilíbrio, devem aplicar certas regras que decorrem da rejeição da monarquia universal. Como o inimigo é, por definição, o Estado que ameaça dominar os outros, o vencedor de uma guerra (quem ganhou mais com ela) torna-se imediatamente suspeito aos olhos dos seus antigos aliados. Em outras palavras, alianças e inimizades são essencialmente temporárias, e determinadas pela relação de forças. Em função do mesmo raciocínio, o Estado que amplia suas forças deve esperar a dissidência de alguns aliados, que se passará para o campo contrário a fim de manter o equilíbrio de forças. Sendo previsíveis tais reações defensivas, o Estado de força crescente deverá prudentemente limitar suas ambições, a não ser que aspire à hegemonia ou ao império. Neste último caso, deverá esperar a hostilidade natural que sentem todos os Estados conservadores contra quem perturba o equilíbrio do sistema (ARON, 2002. p. 194).

O equilíbrio de poder, por sua imperfeição intrínseca, é sempre uma possibilidade, uma busca. Os autores realistas analisam os fatos empíricos e para eles o que existe é uma arena de luta por poder caracterizado por essa tentativa de equilíbrio entre as nações. No realismo político não é o direito internacional ou as normas, tratados e boas intenções que gerarão paz ou estabilidade, mas sim o equilíbrio de poder. Trata-se do possível não do desejável⁹.

Portanto, para preservar as independências e existências das unidades políticas do sistema o equilíbrio de poder se faz necessário, mas não porque é desejável e sim porque somente o poder limita o poder na política internacional anárquica. Hans Morgenthau sugere que a balança de poder significa o atual estado da distribuição de poder, bem como uma política utilizada pelas nações visando sua aquisição, manutenção e demonstração de poder (MORGENTHAU, 1993). Já Kenneth Waltz no seu foco estrutural do realismo advoga que a balança de poder é inerente a qualquer sistema. Não é a balança de poder um resultado da política exterior desta ou daquela nação, mas sim da distribuição de poder entre essas unidades dentro do sistema (WALTZ, 1979).

⁹ Aqui é possível citar como exemplo a Realpolitik de Otto Von Bismarck, um termo do século XIX que descrevia objetivos políticos limitados que possuíam chances racionais de sucesso. Bismarck foi um entusiasta do realismo político e da funcionalidade da balança de poder.

Inspirados na preservação do sistema as nações podem, racionalmente, optar por estabelecer alianças militares com vistas à manutenção da distribuição de poder atual ou ainda, mesmo que não busquem tais ações políticas, serão compelidos a agirem no momento em que outras nações emergirem em termos de poder e passarem a representar uma ameaça a seu poder ou mesmo à polaridade do sistema.

Para Morgenthau existem ao menos dois padrões de equilíbrio de poder. São duas formas dentro das quais as unidades políticas disputam poder na política internacional. No padrão da “oposição direta” um Estado pode embarcar em uma política de expansão territorial imperialista que afete à segurança de outro Estado. A nação A resiste às intenções expansionistas da nação B, por exemplo.

Nesse padrão de oposição direta, a balança de poder resulta diretamente do desejo de uma nação de ver suas políticas prevalecerem sobre as políticas dos outros. Enquanto a balança de poder operar bem sucedida nessa situação ela preencherá duas funções. Ela criará um equilíbrio precário entre as respectivas nações, uma estabilidade que estará sempre em perigo de ser derrubada e, portanto, estará sempre em necessidade de ser restaurada (MORGENTHAU, 1993. p.189).

Outro padrão de balança de poder é o de competição. Nesse modelo a mecânica atua da mesma forma do anterior, mas com a adição de uma competição por um território ou zona de influência. O poder de um Estado A necessário para dominar um Estado C é equilibrado pela oposição de um Estado B de poder similar ao de A. Nesse padrão a função adicional é de, além de gerar um equilíbrio precário entre A e B, também salvaguardar a independência de C.

Para a aquisição de tal equilíbrio os Estados buscarão vários métodos. Todos, obviamente relacionados à aquisição de poder. O mais comum é o método de alianças formais e informais visando o incremento de poder e segurança mútua contra um potencial agressor ou corruptor do atual equilíbrio. Ainda assim, dentro de uma dinâmica de disputa de poder o aliado de hoje pode ser o rival de amanhã. Para os realistas os Estados que abdicam de participar dessa dinâmica de competição de poder tornam-se presas atrativas para aquelas nações que aspiram a modificar o *status quo* ao seu favor.

1.4 A Geopolítica

A importância da geografia é outro tema fundamental para o realismo político. Embora os avanços tecnológicos atuais na área de tecnologia de defesa tenham relativizado os espaços isso não colocou a geografia em segundo plano. A razão para isso é bem simples, as ameaças fluem de forma mais rápida entre distâncias menores geograficamente tornando as percepções de ameaças mais severas entre países geograficamente contínuos.

A maior parte das guerras da história humana aconteceu em regiões com valor geopolítico elevado. É conhecida a preocupação de Montesquieu no século XIX, por exemplo, no seu livro XIV do *Espírito das Leis*, concedida à geografia nas transformações da sociedade humana. De fato, aquele determinismo geográfico de Montesquieu será refutado posteriormente, mas sua influência enquanto variável explicativa permanece real.

O conceito de geopolítica liga a geografia à política e sua interdependência. Em outras palavras a geopolítica trata dos aspectos estratégicos da geografia na formulação das políticas exteriores e doutrinas de defesa nacionais. O Coronel Octavio Tosta, estudioso da geopolítica, define o termo da seguinte forma.

Os geopolíticos da escola alemã apresentaram em *Zeitschrift für Geopolitik* o seguinte conceito de Geopolítica: ciência que trata da dependência dos acontecimentos políticos em relação ao solo. Baseia-se nos amplos fundamentos da Geografia, em particular da Geografia Política, a qual é doutrina dos organismos políticos espaciais e de sua estrutura. [...] A Geopolítica visa fornecer os instrumentos para a ação política e ser um guia da ação política. A Geopolítica pretende e deve tornar-se a consciência geográfica do Estado (TOSTA, 1984. p. 24).

O precursor da geopolítica foi Friedrich Ratzel que elaborou em 1828 a concepção do “Estado como ser vivo” inspirado em Platão e Goethe que também consideravam o Estado como um organismo vivo. O solo e o homem estão inseparavelmente vinculados. “O elemento materialmente coerente do Estado é o solo, com o qual o Estado, um grupo de homens, tem uma vinculação espiritual” (TOSTA, 1984. p.10).

Ratzel elaborou suas famosas leis geopolíticas. Entre as principais destacam-se: A necessidade do Estado cresce com a cultura do Estado, ou seja, a cultura de uma época pode privilegiar a dilatação territorial. O crescimento dos Estados também é função de amalgamação e absorção de unidades menores e a busca do domínio de uma bacia hidrográfica e saída para o mar também são naturais (TOSTA, 1984).

O sueco Rudolph Kjellen definiu, igualmente, o Estado como ser vivo. Para compreender o Estado é preciso vê-lo por dentro. Seu centro distribuidor principal, a capital, equivale no corpo humano ao coração e a periferia é relacionada aos membros e é preciso haver uma integração logística eficaz entre eles. Para Kjellen, um Estado só pode ser reconhecido como possuidor de um grande poder real quando satisfizer às três condições: grande espaço, liberdade de movimentos e coesão interna (TOSTA, 1984).

Outros conceitos de geopolítica a exaltaram como “ciência política nacional” ou “ciência do espaço vital” entre os fundadores da escola alemã. Karl Haushofer, que em 1899, elabora suas primeiras conferências na área e em 1916 publica sua obra *O Estado como Forma de Vida* que inclui mais temas aos debates geopolíticos como questões de raça, migrações, camadas sociais, circulação e comércio, além de aspectos de espaço e situação (BACKHEUSER, 1942).

Haushofer criou o instituto de Geopolítica na Alemanha e suas ideias foram apropriadas pelos nazistas, notadamente Rudolf Hess e Adolf Hitler, que exaltaram a geopolítica como uma ciência da política nacional, de fato. Após a Segunda Guerra Mundial, a geopolítica foi “mal vista” em razão do seu uso para justificar a expansão territorial da Alemanha no seu espaço vital (*Lebensraum*).

Por fim, o britânico Halford Mackinder, com suas teses proferidas na Real Academia de Geografia em 1904 argumentando existir uma área pivô da política internacional a qual deu o nome de *heartland* localizada entre a Europa Central e as planícies da Sibéria abarcando a massa territorial chamada Eurásia, uma região extremamente rica em recursos naturais e praticamente impenetrável ao poder naval. Historicamente nações mediram forças para controlar essa região. Alemanha e Rússia, principalmente e a Grã Bretanha na tentativa de evitar que uma dessas nações controlasse sozinha a Eurásia tornando-se hegemônica.

A relação entre geografia e poder – geopolítica – reside na capacidade, atemporal, de um Estado qualquer, de projetar seu poder para controlar ou influenciar um território desejado e considerado de importância estratégica. No mundo geoeconômico, a relação entre a geografia e poder encontra-se na capacidade de transferir, de um ponto para outro, bens, serviços e informação de forma mais eficiente e rápida (DOUGHERTY, 2003. p.202).

A disputa por um território rico em recursos naturais e com posição estratégica privilegiada é um fator constante na história política internacional. Raymond Aron também dedica atenção para os fatores geográficos como o meio e a posição.

O meio, tal como é constituído historicamente pela combinação de recursos fixos e técnicos, fixa limites para o tamanho das coletividades. [...] a posição (*die lage*) é, de fato, um dado essencialmente histórico, porque depende de circunstâncias que obedecem a lei da transformação (tecnologia da movimentação, do transporte, do combate, a circulação efetiva de pessoas e dos bens; a relação de forças entre as unidades políticas de uma mesma região, etc.) a situação física de um país, conforme aparece no mapa, é imutável; mas ela é, no máximo, uma causa dentre outras (ARON, 2002. p. 261).

Nesse caso, há um debate sobre o determinismo geográfico. Aron recusa tal determinismo sem retirar a importância da geopolítica. De fato, muitos fatores alteram a posição ou meio geográfico tais como a tecnologia de transportes e de defesa. Do mesmo modo, Aron critica o uso ideológico da geopolítica, se se entender por esta expressão a justificativa de ambições ou propósitos políticos, com a assistência de um argumento geográfico. Contudo, muitos líderes nacionais usaram as ideias dos teóricos geopolíticos supracitados para legitimar suas ações expansionistas.

Morgenthau (1993) apresenta a geografia, dentro de seus elementos do poder nacional, como a fator mais estável de poder. Um elemento de poder nacional é medido *vis-à-vis* outros elementos de poder nacional dos concorrentes. O fato de o território ser vasto, por exemplo, pode significar poder elevado em termos de recursos, mas também fraqueza quando pouco povoado em suas periferias e extremos fronteiros. Países insulares obtêm vantagens por seu isolamento e tendência de investirem em um poder naval de vanguarda.

Dentro da análise da importância geopolítica há os dados de demografia. Morgenthau descreve como um elemento qualitativo de poder. Não se trata somente do tamanho da população, mas da sua distribuição equânime no espaço territorial.

É, portanto, óbvio, que uma nação não pode ser potência de primeira ordem sem uma população significativamente grande para criar e aplicar os elementos materiais do poder nacional. Por outro lado, tornou-se óbvio somente em tempos recentes que uma grande população pode também exercer influência negativa drástica sobre o poder nacional. Isso ocorre nas chamadas nações subdesenvolvidas, nos quais o crescimento demográfico aumentou rapidamente e o crescimento do provimento de alimentos não acompanhou esse crescimento (MORGENTHAU, 1993. p.141).

O uso político dos argumentos geográficos é, de fato, uma característica histórica que depende de contextos políticos específicos. Regimes mais nacionalistas tendem a defender ideologias geográficas que promovem a expansão ou reconquista de um território visto como nacional. A relação entre geografia e demografia, quando desequilibrada, também significa um problema estratégico. Política, geografia e espaço, sempre foram inseparáveis ao longo da história das Relações Internacionais.

1.5 As Percepções de Ameaças

Dando continuidade na análise sobre a formação das ameaças e como elas são percebidas pelos tomadores de decisão incluo, nesse ponto, a teoria da balança de ameaças (ou equilíbrio de ameaças) de Stephen Walt. Além da geopolítica, esse autor realista inclui variáveis de mensuração objetiva como o poder agregado, econômico e militar, as capacidades ofensivas, relacionado a doutrina estratégica do uso do poder militar e intenções agressivas, localizado no discurso dos líderes nacionais e seu pensamento sobre o uso do poder nacional e relações exteriores.

Dentro da Tradição realista das Relações Internacionais o trabalho *Origins of Alliances* de Walt se enquadraria no “realismo neoclássico” que transgrediu as máximas do realismo estrutural para abrir a “caixa-preta” do Estado e buscar

outras variáveis importantes na identificação de tendências. No papel dos líderes, por exemplo, há a compreensão de que as escolhas em política externa são feitas pelos líderes políticos e elites e, portanto, “suas percepções acerca do poder relativo são importantes não só pela quantidade física de recursos ou forças disponíveis” (ROSE, 1998, p. 147). Em outras palavras, o realismo neoclássico dá conta de como os atores percebem suas capacidades, normas e crenças e como percebem as dos outros atores e como essas percepções são traduzidas para as transformações dentro da política externa.

Dois autores realistas neoclássicos importantes, por exemplo, Willian Wohlforth e Stephen Walt, recordam que “o que importa são as avaliações dos tomadores de decisão sobre o poder”, (WOHLFORTH, 1999, p. 95), pois, em última instância, são os líderes que tomam as decisões baseadas sobre essas percepções. Na formulação de Walt, a base para a formação das alianças em âmbito internacional consiste em uma balança de ameaças em vez de uma balança de poderes. Os Estados juntam-se em alianças para responderem a ameaças das quais nem todas se assentarão no poder do Estado adversário. Deste modo, para Walt, o destaque vai mais para a intenção ou ambição do que simplesmente para o poder em si mesmo como base da ameaça e, portanto, também da resposta preferida pelos Estados que optam pela política de equilíbrio ou pela acomodação de interesses (*bandwagon*).

A teoria da “balança de ameaças” não lida com leis inexoráveis, mas sim com tendências. A opção pela “balança de ameaças” parece apropriada para a análise da dinâmica das rivalidades entre o Império do Brasil, Paraguai, Buenos Aires e Uruguai. As hipóteses verificadas somente com base na tradicional teoria da balança de poder são insuficientes, pois “os Estados buscam um equilíbrio contra as ameaças e não somente o poder sozinho. [...] o grau em que um Estado ameaça outro é produto de seu poder agregado; de sua proximidade geográfica; de suas capacidades ofensivas e de suas intenções agressivas” (WALT, 1987, p. 265).

Esse é um ponto, aliás, onde a teoria da balança de ameaças ganhou notoriedade. Ao tratar do “poder percebido” e não apenas do “poder agregado” a tradicional teoria da balança de poder se refina. Nas palavras de Walt: “Modelos teóricos baseados somente na distribuição de poder e na estrutura das recompensas

possíveis não tomam em consideração o impacto das percepções ou da geografia” (WALT, 1987, p. 10). Robert Jervis também recorda a importância de ir além da teoria da balança de poderes: “A agressividade do Estado será vista, em sua raiz, por fatores como geografia e caráter nacional que mudam lentamente” (JERVIS, 1976, p. 275).

A avaliação da agressividade das intenções desempenha um importante papel no estudo sobre a doutrina estratégica paraguaia, principalmente no período do pós-Carlos López (1862). A constante insatisfação de Solano López com o equilíbrio de poder regional, desfavorável à Assunção, segundo sua interpretação, expressam a importância da avaliação da agressividade das intenções, mais do que o poder somente.

Barry Buzan, por exemplo, no seu estudo sobre securitização,¹⁰ utiliza as variáveis da teoria da balança de ameaças de Walt com outros nomes para ir além da teoria tradicional da balança de poder. A própria definição do termo securitização depende da avaliação das ameaças ou de sua construção política.

A habilidade de um ator securitizador em securitizar os países vizinhos em termos militares depende da amplitude e ferocidade da inimizade histórica, do equilíbrio das capacidades materiais e dos vários sinais de hostilidade (retórica e comportamental) (BUZAN, 2003, p. 86).

Os dilemas de segurança envolvendo o Paraguai e seus vizinhos é representativo para o estudo da agressividade das intenções, histórico de interações agressivas, bem como dos demais pontos destacados por Walt para a análise do grau em que as ameaças são percebidas, geografia, poder agregado e capacidades ofensivas.

A teoria da balança de ameaças subsume a tradicional teoria da balança de poderes. A variável poder permanece importante, mas sua importância é compreendida enquanto componente da ameaça. Walt resume desta forma a lógica causal de sua teoria:

O principal conceito que informa a teoria da balança de poder é o poder, que consiste em componentes como as capacidades

¹⁰ “The discursive process through which a political community treat something as an existential threat to a valued referent object, and to enable a call for urgent and exceptional measures to deal with the threat”. (Buzan, 2003, p. 491)

militares, econômicas e população. O principal conceito que informa a teoria da balança de ameaças é ameaça, que consiste em poder agregado, proximidade geográfica, capacidades ofensivas e intenções agressivas percebidas. A teoria da balança de ameaças é uma explicação mais geral da conduta do Estado, mas não mais complicada (WALT, 1987, p. 264).

A vantagem, Segundo Walt, é que a teoria da balança de ameaças refina a teoria da balança de poderes sem perder a parcimônia. Apesar de abarcar um número maior de fenômenos, a teoria da balança de ameaças não é menos parcimoniosa do que a teoria da balança de poderes. Contudo que as principais ideias que organizam suas variáveis relevantes sejam pouco numerosas tal como o número de ideias principais da teoria menos geral que se propõe a deslocar.

Para melhor entender como os líderes políticos envolvidos na Guerra do Paraguai avaliaram o ambiente estratégico regional para tomar suas decisões, pretendo ir além da tradicional teoria da balança de poderes, uma vez que a teoria da “balança das ameaças” engloba o poder em sua lógica incluindo outros fatores importantes como o poder agregado; proximidade geográfica; poder ofensivo e intenções agressivas:

- Poder Agregado: A idéia aqui é que quanto maior os recursos totais do Estado (por exemplo: capacidades militares, população, solidariedade social, desenvolvimento tecnológico e industrial, etc.), maior a ameaça potencial que esse Estado pode passar aos demais (*coeteris paribus*). No entanto, o poder agregado de um Estado tem a capacidade de tanto punir inimigos quanto de recompensar amigos (WALT, 1987, p. 22).
- Proximidade Geográfica: A hipótese aqui é a de poderes que estão próximos geograficamente infligem maiores ameaças do que aqueles que estão distantes (*coeteris paribus*). A geografia interfere fortemente na doutrina estratégica predominante de um Estado (WALT, 1987, p. 23).
- Capacidades Ofensivas: A ideia aqui é que os Estados com grandes capacidades ofensivas são mais suscetíveis a demonstrar maiores ameaças do que aqueles que adquirem capacidades defensivas (*coeteris paribus*). Nesse ponto, a doutrina estratégica dominante no Estado com capacidades

ofensivas e o sentimento de vulnerabilidade no país ameaçado são importantes para a análise (WALT, 1987, p. 24).

- Intenções Agressivas: Percepções das intenções desempenham um papel vital tanto na escolha das alianças quanto nos padrões de rivalidades (*coeteris paribus*). As fontes de ameaças não residem somente nas capacidades materiais dos Estados, mas também da postura ameaçadora ou não que esse Estado mantém (WALT, 1987, p. 25).

Compreende-se, portanto, a mensuração objetiva de uma percepção de ameaças voltada para a compreensão da irrupção dos conflitos. O alicerce dessa análise repousa sobre as variáveis supracitadas. O Paraguai liderado por López construiu bases reais de ameaças calcadas em cada variável da teoria da balança de ameaças. De modo inicial, López detinha uma visão pejorativa dos brasileiros e uma crença de superioridade do povo paraguaio. Era comum se referir aos brasileiros como “macacos” (WHIGHAM, 2002, p.198).

Os diários jornalísticos paraguaios controlados pela família López repetiam o padrão de percepção de ameaças formado por seu mandatário em relação aos brasileiros ao mesmo tempo em que fortalecia preconceitos e ódio ao país vizinho. No jornal paraguaio *El Centinela* a descrição dos brasileiros era detraente: “são galos raquíticos que são valentes só no galinheiro”. E ainda: “multidão de negros e escravos que se atreveram a profanar o solo sagrado da pátria”¹¹.

Seu pensamento político sobre as relações internacionais no Prata, bem como sua doutrina estratégica ofensiva causarão percepções de ameaças elevadas em D. Pedro II e em Mitre, mandatário argentino. López, aliás, foi direto em sua construção de ameaças ao Império quando redigiu uma carta a ser apresentada por seu representante diplomático, José Berges, ao diplomata residente do Império em Assunção, César Vianna de Lima.

O Governo da República do Paraguai considerará qualquer ocupação do território uruguaio por parte das forças imperiais [...] como um ataque ao equilíbrio de poder das nações platinas, o qual a República do Paraguai garante manter. [...] O governo paraguaio protesta de maneira solene contra tal ato, advertindo

¹¹ El Centinela. Nº 2. Assunção. 1º de agosto de 1867.

a todos a responsabilidade pelas últimas consequências desta presente declaração¹².

As ameaças se referiam à política externa do Império para o Uruguai, que passava por uma Guerra Civil na qual o governo Blanco era aliado de Assunção e rival do Império que apoiava Venâncio Flores, líder colorado amigável aos interesses econômicos brasileiros. López se sentia ofendido por Brasil e Argentina que não achavam necessária sua mediação no conflito.

A resposta de López ao que ele considerava insultos a sua honra veio com a ordem de aprisionamento do vapor brasileiro *Marques de Olinda* em novembro de 1864. Ao dar as ordens do que seria um dos estopins para o conflito ele não hesitava em dizer: “se não tivermos a guerra contra o Brasil agora, nós teremos uma em um momento menos conveniente para nós” (LÓPEZ apud THOMPSON, 1869, p.25).

Após o aprisionamento do navio brasileiro o mandatário paraguaio também promulgou um decreto proibindo a navegação de vapores brasileiros deixando claro o ambiente ameaçador.

Este ato violento, e a patente falta de consideração que esta República merece do governo imperial, chamaram a atenção do governo do abaixo assinado sobre suas ulteriores consequências, sobre a lealdade da política do governo imperial, e sobre o seu respeito à integridade territorial desta República, tão pouco segura já pelas contínuas e clandestinas usurpações de seus territórios [...] Em consequência de provocação tão direta devo declarar a V. Exa. que ficam rotas as relações entre este governo e o de S. M. o Imperador, impedida a navegação das águas da República para a bandeira brasileira¹³.

O líder paraguaio parecia não se importar com as consequências de suas ações. Apesar do Império deixar claro que não tinha ambições de anexar território uruguaio López não só agiu de maneira ofensiva em um ato de guerra aprisionando um navio mercante como também teria usado o pavilhão nacional

¹² José Berges para Vianna de Lima. Assunção. 30 de agosto de 1864. *Archivo Nacional de Asunción*.

¹³ PARAGUAI. Nota do governo paraguaio à legação imperial em Assunção, de 12 de novembro de 1864.

brasileiro retirado da belonave e o colocou no chão de seu escritório servindo como carpete (BARROSO, 1929, pp. 39-47).

No mês de dezembro de 1864 ele se dirigiu as tropas e proferiu um discurso que revelava sua postura agressiva diante da irrupção da guerra.

Soldados, o Império do Brasil, desconsiderando nosso valor, nos provoca para uma guerra. [...] estamos compelidos a agir por nossa honra e dignidade. [...] marchem serenamente ao campo com honra, onde, carregando glórias para seu país e fama para vocês próprios, mostrarão ao mundo o valor do soldado paraguaio¹⁴.

A imprensa brasileira reagia à postura ameaçadora de López tanto com escárnio quanto também mostrando o perigo de seu regime. No jornal *Semana Ilustrada* da capital do Império o editorial trazia comentários sobre o mandatário do Paraguai.

López, vil tiranete, digno filho do selvagem e estúpido López I, continuador da política de embrutecimento e da ignorância deste tirano de execranda memória, assim como este o fora do feroz Francia, ousou lançar seus botes traiçoeiros sobre a nação brasileira, como o salteador à beira da estrada, coberto pelas sombras da noite, arremete a falsa fé contra o viajante descuidado. [...] López, tresloucado ambicioso, que sonha com a dominação do Prata¹⁵.

O ambiente de escalada de tensões foi forjado por López e respondido pelo Império. Conforme prediz a variável “intenções agressivas” da teoria da balança de ameaças, a postura ameaçadora de López é comprovada em seus discursos e, em conjunto com outros fatores que serão expostos no capítulo IV, formarão um caminho que levou à eclosão da Guerra do Paraguai.

¹⁴ Francisco Solano López. Proclamação aos Soldados. Assunção. 15 de dezembro de 1864. *Archivo Nacional de Asunción*.

¹⁵ *Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro. 25 de dezembro de 1864.

1.6 O Conceito de Securitização

Do mesmo modo que a análise da teoria da balança de ameaças, o conceito de securitização contribui para um entendimento mais amplo sobre o setor da segurança internacional e as formas pelas quais os assuntos de Estado são securitizados. O campo da segurança internacional é uma sub-área das Relações Internacionais que estuda a formação das ameaças e as modalidades de conflitos em níveis de análise do indivíduo, do Estado ou sistêmico (regional ou mundial).

Não se trata apenas de compreender o estudo estratégico da guerra, mas também de buscar descobrir o ambiente valorativo que cerca as relações entre os atores e a identidade nacional ou regional que estimula determinadas ações e compreensões de fenômenos políticos. Barry Buzan e Ole Waever, proponentes da Escola de Copenhague de Segurança Internacional se dedicaram a estudar o que eles chamaram de “complexos de segurança regionais”.

Um conjunto de unidades cujos processos de securitização e desecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser analisados racionalmente ou resolvidos separados uns dos outros (BUZAN & WEAVER, 2003. p.491).

A região do Prata com seus principais atores políticos: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai constituía um complexo de segurança regional onde a política de segurança dessas nações tinha que incluir cálculos estratégicos sobre seus vizinhos na região. Todos possuíam disputas territoriais e histórico de interações agressivas como, por exemplo, a Guerra da Cisplatina entre brasileiros e *porteños* em 1825, a primeira intervenção brasileira no Paraguai em 1855 para forçar por meio de demonstração de força a livre navegação dos rios e as intervenções do Império no norte do Uruguai.

A interdependência entre as nações em uma determinada região na área da segurança significa dizer que essas unidades políticas não conseguem definir suas políticas de defesa sem considerar as nações vizinhas e seu cálculo. Outrossim, a política estratégica e os discursos relacionados ao poder militar do Estado serão informados por essa interdependência do complexo de segurança regional.

Para melhor compreender esse conceito é preciso recordar a forma na qual os tomadores de decisão definem o que são ameaças primordiais ao Estado. Buzan e Weaver (2003. p.491) elaboraram o conceito de securitização para esse fim.

Securitização é um processo discursivo pelo qual um entendimento subjetivo é construído dentro de uma comunidade política para tratar algo como ameaça à existência para um objeto de referência valorado e para habilitar medidas urgentes e excepcionais para lidar com tal ameaça.

Nesse ponto é importante notar que o conceito de securitização contribui para uma análise mais coerente e ampliada das origens dos conflitos entre as unidades políticas. Isso decorre do fato da securitização abarcar qualquer setor, além do tradicional militar, mas que justifique ou legitime medidas coercitivas para lidar com a fonte da ameaça. Em outras palavras, a securitização é a politização extremada de um assunto dentro de uma unidade política que transforma um tema, outrora normal, em tema essencial à segurança dessa unidade.

No Paraguai de López percebe-se, claramente, um movimento de securitização da honra e glória pessoais do presidente, pois essas noções se confundiam com a honra e glória nacionais. Como já foi exposto anteriormente, o Paraguai era uma grande fazenda da família López que dominava a atividade econômica, as instituições, as forças armadas, os jornais e até mesmo a Igreja.

López, ao securitizar sua própria glória criou um problema para a escalada de tensões com seus vizinhos com os quais possuía problemas territoriais. O presidente da nação guarani era hipersensível a qualquer recusa ou discordância de suas interpretações políticas. Nos dizeres de James Saeger (2007, p. 30, tradução nossa).

[López] tomava literalmente os comentários sobre a honra. [...] sua busca gananciosa por fama e reconhecimento internacional combinada por sua luta em adquirir mais honra o levou a atos extremos que culminaram com a ruína de sua nação. [...] a elite paraguaia tinha vergonha de suas origens indígenas; eles procuravam na Europa os padrões culturais a seguir.

A conexão entre a concepção de honra securitizada no Paraguai, ou seja, tornada essencial a sobrevivência do sistema político de López e politizada ao extremo, e a percepção de ameaças por parte do Brasil diante do discurso agressivo do líder paraguaio ficou mais clara após a intervenção brasileira no Uruguai no fim de 1864.

López tomou a recusa do Brasil em aceitar a mediação por ele proposta como uma terrível ofensa à honra de sua nação e, nesse caso, a dele própria. López afirmou em um de seus discursos que “não toleraremos o desrespeito do Brasil”. E advertiu ao governo imperial que “[...] minha voz não passará inaudita. [...] o trunfo da nação será alcançado. [...] a causa da nação é sagrada”¹⁶.

Em suma, no nível regional ou sistêmico são analisadas as disputas territoriais, por exemplo, e a importância geopolítica de determinada região; no nível estatal são consideradas as diferentes formas de organização do Estado e a ideologia política prevalecente e a forma como isso se contrapõe às formas vizinhas; no nível dos indivíduos verifica-se a formação política, religiosa e valorativa do tomador de decisão e sua personalidade e ideias em relação à segurança do Estado.

Os padrões de amizade ou inimizade entre as nações são analisados em contextos específicos que são informados por esses três níveis. A novidade é que Buzan e Weaver inauguram o nível regional como um quarto nível. A formação de ameaças em uma região dependerá, basicamente, nesse nível de análise, do nível de maturação da anarquia, ou seja, se a anarquia for madura, os Estados tendem a

¹⁶ Francisco Solano López. Discurso ao povo do Paraguai acerca do conflito com o Brasil. 13 de setembro de 1864. Assunção. *Archivo Nacional de Asunción. Proclamas y Cartas*.

cooperar via instituições regionais e resolverem suas pendências por meios pacíficos¹⁷.

No caso de uma anarquia imatura haverá rivalidade resiliente alicerçada em fatores históricos mal resolvidos como um histórico de conflito entre os atores. Nesse caso o dilema de segurança tende a operar de forma mais agressiva, pois não há meios institucionais ou se existem são fracos e não diminuem a desconfiança entre os atores regionais. A disputa regional entre duas ou mais potências também influencia o padrão anárquico regional.

Dentro de uma estrutura anárquica, a estrutura e caráter essencial de um complexo de segurança regional são definidos por dois tipos de relações, relações de poder e padrões de amizade e inimizade. [...] Assim, um complexo de segurança regional pode ser analisado em termos de polaridade e padrões de amizade e inimizade. [...] o padrão específico de quem teme ou aprecia geralmente não surge do nível sistêmico, mas sim do regional e doméstico em uma mistura de fatores históricos, políticos e condições materiais (BUZAN & WEAVER, 2003. p.47).

O estudo do conceito de securitização e dos complexos de segurança regionais nos quais operam as lógicas de formação de ameaças entre os atores é fulcral para o objetivo de compreender a elevação de tensões e origem das guerras entre os principais atores de uma região.

¹⁷ Ou seja, não há instituições que regulem a ordem das relações entre os Estados na região (anarquia), mas os efeitos dessa anarquia são menores, pois há mecanismos de mediação e cooperação institucionais à disposição das nações. De fato, não era o caso da região do Prata.

CAPÍTULO II

O CONTEXTO E A HISTÓRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

2.1 O Contexto e os Conceitos

O historiador brasileiro José Murilo de Carvalho afirma que a Guerra do Paraguai foi o fator mais importante para a construção da identidade brasileira no século XIX, superando até mesmo a Independência e a Proclamação da República.¹⁸ Eventos de suma importância para a história de uma nação são, freqüentemente, alvos de disputas historiográficas, verdadeiras arenas nas quais as interpretações da história são colocadas de maneiras opostas com a intenção política de atingir uma determinada audiência geralmente buscando fazer prevalecer uma ideologia política. Nas palavras do historiador Carlos Mota a historiografia da Guerra do Paraguai apresenta “um nó histórico-ideológico, que uma vez desatado, permitirá talvez, um arranque para um futuro crítico” (MOTA, 1995, p.12).

A Guerra do Paraguai, por sua magnitude para a história pátria, constitui um dos principais alvos de interpretação com vieses ideológicos acerca de suas origens. Uma descrição seguida de análise sobre as causas da Guerra do Paraguai deve levar em consideração essas disputas em torno das interpretações na História. Para tais objetivos busco, em primeiro lugar situar o debate sobre as fontes historiográficas e o papel das idéias políticas envolvidas em um contexto específico que precisa ser analisado para se compreender os fenômenos ideológicos e políticos em torno da Guerra do Paraguai.

Após ter descrito apresentado o realismo político e sua contribuição para o estudo das causas da guerra, proponho agora discorrer sobre a contribuição de autores que debatem os métodos que orientam abordagens específicas relacionadas com o pensamento político dentro do campo da Teoria da História, notadamente, voltados para o chamado “Contextualismo Lingüístico” e acerca da História das

¹⁸ José Murillo de Carvalho. Brasileiros, uni-vos! Folha de S. Paulo. 2000.

Ideias Políticas procurando relacioná-los com o tema de estudo dessa tese, ou seja, a Guerra do Paraguai, na tentativa de desvendar seu contexto peculiar.

Partirei de uma pergunta inicial: como era o contexto político no período imediatamente anterior à Guerra do Paraguai no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai? E ainda, qual foi o papel das idéias políticas nesse contexto para a formação das alianças que tornaram a guerra uma opção plausível?

R.G. Collingwood, Quentin Skinner, John Pocock e John Dunn são alguns dos principais expoentes da chamada “Escola de Cambridge” que estuda a história do pensamento político com uma chave de interpretação que ficou conhecida como *contextualismo linguístico*. Sobre o papel dessa abordagem teórica, R.G. Collingwood, precursor de Quentin Skinner, destaca que “toda ação historicamente significativa deve ser reconstituída tendo em vista o pensamento do agente que a efetuou” (COLLINGWOOD apud SILVA, 2010,p.308).

Em outras palavras, o historiador tem a tarefa não só descritiva das ações, mas sobretudo, de reconstituir (*re-enact*) o pensamento do passado através de um procedimento crítico no qual exporá seu julgamento próprio. (COLLINGWOOD apud SILVA, 2010). Skinner teve a tarefa de organizar o pensamento dessa escola e responder aos críticos. Em resumo, trata-se de fixar os textos em seu contexto histórico. Em outras palavras Skinner argumenta que:

Nosso conhecimento depende de nossa capacidade de recuperar o que o autor queria dizer como o que foi dito. [...] a ironia é um exemplo de como devemos recuperar os significados do que foi dito para entendermos o significado de um trabalho. [...] Em alguns casos é ma tarefa impossível recuperar o que o autor estava fazendo ao dizer o que foi dito. Mas o ponto que eu tenho insistido é que, a menos que possamos fazer esse ato de recuperação, permaneceríamos distantes de uma dimensão ampla da compreensão. Uma questão é o que o texto significa e outra é o que o autor pretendia dizer.(SKINNER, 2002, PP.111-113. Tradução do autor).

Um texto é afetado por uma gama de fenômenos segundo Skinner como a ironia, a gramática e obviamente a política situada em um contexto específico. Os textos possuem significados intersubjetivos, portanto, que precisam ser resgatados dentro

de seu ambiente. De outro modo, estaríamos a fazer uma história desconectada de seu ambiente ou significados. Em casos fulcrais para a história de uma unidade política como foi a Guerra do Paraguai para o Brasil, percebe-se isso com o uso ideológico da história privilegiando algum foco da história ou criando mitos e heróis.¹⁹

O ambiente que infunde significados sobre os conceitos, estereótipos e rivalidades regionais da época era marcado por desconfianças reificadas em símbolos. O Estado paraguaio fechado e autoritário e um Brasil Império com sua monarquia. A elite comercial de Buenos Aires e os *blancos* e *colorados* uruguaios disputando poder em Montevideu. Havia, de fato, um ambiente de incertezas e inseguranças entre as principais quatro nações alicerçado em suas visões de mundo.

Juan José de Herrera, um diplomata uruguaio que transitou entre o Rio de Janeiro, Assunção e Buenos Aires e que viria a ser ministro das relações exteriores, descreveu esses estereótipos típicos do ambiente regional que antecedia à Guerra do Paraguai. Herrera destaca, por exemplo, uma fala do presidente paraguaio Carlos António López acerca dos brasileiros e argentinos.

De um lado eles tinham os mais incorrigíveis anarquistas [argentinos] que pretendem absorver e dividir o Paraguai e do outro os macacos [brasileiros] sempre traidores e possuidores de duas caras²⁰.

O ambiente de desconfianças recrudescer com a chegada de Solano López ao poder no Paraguai. López filho era mais direto e o tom de ameaças aparecia com maior constância. Em carta para seu representante diplomático em Paris, López se refere ao desentendimento com o Brasil em agosto de 1864, quatro meses antes do início do conflito.

¹⁹ Nota-se a importância do referencial metodológico para o estudo das origens da Guerra do Paraguai uma vez que o contexto político que produziu a história do conflito. Os historiadores da Guerra do Paraguai, notadamente os do final do século XIX e início do século XX, irremediavelmente, estavam conectados a um contexto de convenções lingüísticas que informaram a maneira de enunciação dos fatos. Do mesmo modo, o Contextualismo Lingüístico contribui para a compreensão da “Guerra Historiográfica” na segunda metade do século XX privilegiando um dos lados.

²⁰ José Justo de Herrera para Montevideu em 6 de Março de 1862.

Se for desprestigiada a voz do Paraguai, seguindo o Brasil sua política na área [...] não tardará iniciar as hostilidades. [...] não deverá o Paraguai continuar a suportar o depreciativo e meditado esquecimento que dele fazem [...] com graves danos a sua imagem no exterior²¹.

A carta de López revela esse momento histórico onde as desconfianças estimulavam uma interpretação de significados voltada ao conflito, a construção da imagem do inimigo ou rival. Os paraguaios se ressentindo do seu papel inferior na política internacional e refletindo seus preconceitos e estereótipos. Os brasileiros, do mesmo modo, não dando a devida atenção aos perigos regionais embora reconhecendo que seus vizinhos reproduziam “inconvenientes e preconceitos contra o Brasil”²².

Marcelo Jasmim, sobre o tema do resgate dos significados em seus contextos históricos específicos, comenta a obra de Skinner e Pocock.

Skinner reconhece que há intenções e significados que, por ausência de informação contextual, não podem ser recuperados. No entanto, se as intenções a serem recuperadas pelo historiador são aquelas que, por estarem expressas em um ato de comunicação bem-sucedido forem legíveis publicamente, as chances de estabelecê-las são grandes. Não se trata, portanto, de exercício de empatia ou de busca do que havia oculto na mente de alguém, mas de reconhecer, no conjunto das convenções linguísticas publicamente reconhecíveis de uma determinada época, a intenção que se infere do “lance” promovido por um determinado jogador (JASMIM, 2005, p.31),

Skinner, por exemplo, critica a abordagem “textualista” que busca reler os textos até se chegar ao seu suposto significado real. “O pressuposto deste procedimento é que o texto é autônomo em relação ao contexto de seu surgimento”.(SILVA, 2010, p.304). Ou seja, o Contextualismo Linguístico de Skinner não crê em ideias universais atemporais. Do contrário seriam criadas mitologias e não história. Skinner explora algumas dessas mitologias:

²¹ Francisco Solano López para Cândido Bareiro em 6 de Agosto de 1864.

²² Anais da Câmara dos Deputados. Brasília. 15/07/1861. p.4.

Mitologia da doutrina, quando os autores são enquadrados em uma doutrina do pensamento político; mitologia da coerência, presume que o autor não mudaria de ideia pois criou suas idéias em um sistema intelectual fechado; mitologia da prolepse, o enunciado é entendido com seu significado presente e abdica-se do pesquisar o significado para o autor; mitologia do paroquialismo, o historiador erra ao construir uma falsa identidade entre o que ele pensa e o que o autor estava pensando, desconsiderando culturas muito distintas.(SKINNER, 1969, pp.7-28).

O historiador neozelandês John Pocock, antes de Skinner, também já ressaltava a força do Contextualismo Lingüístico ao revisar a história do pensamento político afirmando que a história é uma história das declarações como “atos de fala” seguindo a esteira de John Searle e sua teoria dos *speech acts*. Ao contrário da história materialista e estruturalista, Pocock considerava a história dos pequenos atores políticos que, por suas idiossincrasias, podem afetar os rumos da história. (POCOCK, 2003). Ele valoriza, portanto, os silêncios, o não-dito, como estratégias ou jogos discursivos que acabam por dar maior acabamento às ideias em jogo e em disputa.

O Contextualismo Linguístico nos adverte que podemos produzir essas mitologias quando deduzimos através de interpretações anacrônicas com as quais “atribuímos a determinado autor idéias e intenções cujos recursos lingüísticos-expressivos eram ainda indisponíveis no contexto histórico do proferimento”. (SILVA, 2010, p.305). Isso não significa em Skinner que as idéias devem ser compreendidas em termos de um “contexto social”, pois Skinner entende a ideia enquanto uma ação lingüística além das explicações exógenas matérias. As idéias não são somente reflexos de suas realidades materiais.²³ Supor, por exemplo, que Solano López foi herói nacional ou tirano, só faz sentido se o contexto político e cultural do Paraguai do século XIX é destacado para dar significado a esses conceitos.

²³ Skinner também destaca que as intenções autorais são captadas publicamente através dos atos de fala (*speech acts*). Não seria necessário, portanto, adentrar na mente do autor para descobrir os significados, mas sim situar o texto desse autor em seu contexto de significados políticos e culturais onde as convenções lingüísticas e sociais ditavam as normas de tratamento para os temas com os quais o texto se ocupava.

De fato, é possível afirmar, na chave de interpretação do contextualismo lingüístico, que “um mesmo contexto social pode ser capaz de abrigar simultaneamente, idéias que expressam os mais variados conteúdos lingüísticos e valorativos, além de autores que manifestam as mais diversas intenções” (SKINNER, 1969, p.47).

Para recuperar as intenções autorais Skinner advoga que:

É normalmente tido como essencial cercar o texto dado com o contexto apropriado de pressuposições e convenções a partir da qual o significado exato intencionado pelo autor pode ser decodificado. Isto acarreta a conclusão crucial de que o conhecimento das pressuposições e convenções deve ser essencial para a compreensão do significado do texto (SKINNER, 1969, p.47).

Os autores que escrevem sobre os fenômenos políticos como a guerra estão ambientados em um contexto de convenções lingüísticas e comunicação que para ser inteligível aos seus pares e a sua audiência ele precisa escrever dentro dessas convenções. De outro modo, sua escrita seria inócua e ininteligível.

Os críticos do pensamento de Skinner sugerem ser impossível separar o sujeito do objeto da pesquisa ou mesmo distingui-los. Uma epistemologia positivista, em resumo. Contudo, essa objeção parece dissonante do pensamento de Skinner e de seu precursor Collingwood, pois ambos consideram a crítica como uma função primaz de um historiador encarregado de resgatar os significados de um contexto político específico.

De fato, Skinner, em sintonia com o filósofo da ciência Thomas Kuhn, argumenta que é um grave erro epistemológico supor a existência de “fatos puros” à disposição do escrutínio do historiador, pois os fatos não falam por si e as percepções que temos desses fatos são, em última análise, interpretações, informadas por nossos valores (*Theory Laden*) (SILVA, 2010, p.312).

Nenhum método é perfeito, mas quando se trata de uma abordagem e método da história para resgatar contextos políticos específicos, bem como ideologias que

marcaram os escritos sobre determinados fenômenos, o Contextualismo Lingüístico se apresenta como uma ferramenta útil e versátil. As idéias políticas que tangenciam as ações dos autores do passado também influenciam os historiadores do presente na tentativa de escrever uma “nova história”. A Guerra do Paraguai foi um dos eventos mais férteis da história nacional para essas “reinterpretações” da história. Isso se comprova nas várias correntes historiográficas em discordância e o uso político da História. O próprio nome do conflito é alvo de divergências²⁴.

Seguindo com as questões de método e abordagens da História é preciso considerar a importância das questões postas pelo historiador para recuperar ou esmiuçar os fenômenos políticos de outrora. Pois é pela questão que se constrói o objeto histórico e se estabelece o recorte original dos fatos e documentos possíveis (PROST, 1999, p.75). Collingwood, por exemplo, afirma que:

Sempre que formula uma questão, o historiador já tem em mente uma ideia preliminar, cuja verificação pode ser tentada a partir do documento que ele será capaz de utilizar [...]. Na ciência, a formulação de questões para as quais não existem meios de fornecer uma resposta é um pecado fundamental. [...] o começo da pesquisa histórica consiste em formular a questão para desencadear a busca de fatos que possam contribuir para fornecer-lhe uma resposta. Daí resulta que todas as histórias são, ao mesmo tempo, uma história da história. Eis porque, em cada época, a história deve ser escrita sob novas perspectivas (COLLINWOOD apud PROST, 1999, pp.76-81).

Naturalmente, a questão da definição das questões e a pesquisa documental são primordiais para uma pesquisa historiográfica. Ao buscar fazer uma “história da história” nas palavras de Collingwood é importante considerar o que é oculto e silencioso e trazê-lo à tona. Em suma, interpretar o fenômeno histórico através de uma nova abordagem teórica e com questões inovadoras.

Abordar questões fulcrais para a compreensão da Guerra do Paraguai relativas ao contexto político de cada um dos atores envolvidos e os documentos pertinentes para entender as razões amplas para a guerra são objetivos considerados nessa

²⁴ Para esse debate historiográfico ver a seção “A Guerra Historiográfica”.

pesquisa. Por razões amplas sugiro todos os níveis analíticos para o estudo de fenômenos da guerra nos seus níveis micro-comportamentais e macro-comportamentais a serem tratados dentro do referencial teórico do realismo político e não somente um contexto específico que creio, empobreceria a análise.²⁵

Além disso, interpretar a história também significa considerar a cultura política de um tempo histórico. O lugar da política na história é tema de consideração de autores como Rene Rémond, Pierre Ronsavallon e Serge Berstein, para citar somente alguns. Ronsavallon argumenta que “o político” na história cedeu lugar ao econômico e à sociologia. A história das idéias políticas abordando às instituições, por exemplo, foi enfraquecida. O político não é um domínio para Ronsavallon, mas sim um lugar onde se articula o social e suas representações (RONSAVALLON, 1995).

Ainda segundo Ronsavallon a história conceitual do político:

É a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país, ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro. [...] seu objeto é assim a identificação dos “nós históricos” em volta das quais as representações políticas e sociais se organizam; as representações políticas se modificam em relação às transformações nas instituições (RONSAVALLON, 1995,p.16).

Ao redor dos conceitos políticos típicos de uma época se ativam as instituições como a democracia ou as ditaduras, por exemplo. A evolução do isolamento paraguaio dentro de um contexto político de percepção de ameaças foi construída com uma visão institucional do povo paraguaio acerca de sua nação na medida em que atores políticos como Francia e os Lopéz fomentaram seu sistema de representação política em vias de colisão com os sistemas políticos brasileiro e

²⁵ René Rémond (1996. p.442) mostra como a teoria da história na França foi modificada pela *Revista Annales* concentrando-se na análise das estruturas econômicas, uma análise global. A política vista como determinação do econômico e o Estado como um mero instrumento de uma classe dominante. Tal como Rémond, busco não me limitar a essa análise estruturalista e avançar para um resgate do político.

argentino antes da guerra. Em outras palavras, regimes políticos, instituições e identidades nacionais diferentes gerando desconfiança e percepção de ameaças.

Pierre Ronsavallon também defende que uma história conceitual do político não deve se limitar ao comentário das grandes obras, mas também deve considerar as interpretações dessas obras. Um método interativo e compreensivo. Interativo, pois estuda o relacionamento de uma cultura política com os fatos e compreensivo, pois re-situa as questões em suas condições de efetiva emergência. (RONSAVALLON, 1995).

Percebe-se claramente que as conclusões de Ronsavallon para uma história conceitual do político convergem com as recomendações do Contextualismo Lingüístico de Skinner e Collingwood. A História não deve interpretar o passado em função do presente, ou mesmo do futuro como poderíamos imaginá-lo bem como deve evitar vícios metodológicos como os tipologismos e a comparação textual acrítica (RONSAVALLON, 1995, p.18). Ocorre, contudo, que interpretar o passado em função do presente é algo bastante comum na reescrita da história da Guerra do Paraguai, versões de detratores e apoiadores colidem a todo momento na historiografia desse conflito.

Nesse aspecto, também se faz necessário entender a força de uma cultura política de um determinado período para se realizar o papel do historiador. Por cultura política Serge Berstein entende:

Uma espécie de código [...] difundido em uma sociedade. A importância do papel das representações na definição de uma cultura política que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país. [...] uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa (BERSTEIN, 1998, pp.350-351).

De fato, essa cultura política e o contexto onde as convenções e significados circulavam na década de 1860 estimulava um discurso de “perigo” e “inimizade”. Como foi descrito anteriormente, a desconfiança regional era uma característica comum entre os principais governos envolvidos na Guerra do Paraguai. A

estrutura fechada do Estado paraguaio estimulava essa visão, segundo o historiador especializado em América Latina, William Beezely (1969, p.345), “o governo paraguaio exercia autoridade civil e militar e também controlava a esfera legislativa e judiciária”. O governo brasileiro também negligenciou o conhecimento estratégico do Paraguai. Até mesmo José Maria da Silva Paranhos, um dos melhores diplomatas do Império, caiu nesse equívoco.

Creio que na fronteira do Paraguai é conveniente termos um ou dois estabelecimentos militares, mas duvido que essas colônias, tal qual se acham projetadas e, sobretudo nas condições atuais, prestem utilidade prática; presumo que algumas delas não fazem senão despesa²⁶.

É interessante notar a definição da cultura política de Berstein e suas conexões com o estudo sobre a identidade nacional. Percebe-se, nos casos do Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai que as identidades regionais em formação ainda dependiam desse discurso do inimigo, do estrangeiro, do perigo que vem de fora, daquilo que ameaça o estilo de vida e valores nacionais.

No Paraguai antes da guerra havia uma cultura política exaltando os valores nacionais patrióticos, as instituições e principalmente seu líder nacional através de um “discurso codificado” de uma “visão institucional” que se traduzia na organização política do Estado patriarcal paraguaio. Muito depois da guerra, em meados dos anos 1960 e 1980 essa cultura política recrudescceu por meio dos símbolos nacionais, dos heróis reconstruídos e pelas idéias de “sociedades ideais”.²⁷

Uma tradição política se refere a heranças e continuidades enquanto uma cultura política pode incluir a mudança, pois é dinâmica. De acordo com as circunstâncias uma cultura política pode prevalecer e se tornar hegemônica. No estudo das alianças político-militares uma cultura política contribui para a formação a aproximação de nações como no caso brasileiro e uruguaio, quando o governo

²⁶ Anais do Senado. 1864.

²⁷ Ibid. p. 351.

imperial apoiava os *colorados* contra os *blancos*, aliados de Solano López, por possuírem similaridades na cultura política, notadamente, no que tange ao pensamento econômico.²⁸

As culturas políticas são fenômenos evolutivos segundo Berstein, pois, “correspondem a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo” (BERSTEIN, 1998, p.355). Por conseguinte, uma cultura política, obviamente, se favorece de vetores como as forças armadas, a família, a escola e demais instituições que possam constituir representatividade nacional e influenciar decisões populares.

A ação governamental paraguaia, por exemplo, levada adiante por suas várias agências como a propaganda, símbolos e as forças armadas aprofundaram na população um sentido de comunidade, uma identidade nacional. Ou seja, uma cultura política internalizada resultante de uma mensagem unívoca. Um clima no qual “se mergulha o indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com repetição, acabam por ser interiorizados” (BERSTEIN, 1998, p.357).

A repetição, desde o governo Francia, no Paraguai imediatamente anterior à guerra de 1864, era de um discurso uníssono de perigo, de usurpação e de isolamento do país por parte da grande potência imperialista da época, a Inglaterra e do Brasil, sua sucursal na América do Sul. Essa versão da história vai se reforçar depois da guerra para resgatar a imagem do líder e da cultura política da época durante os anos 1980 para criar uma leitura comum do passado.

É preciso, portanto, superar a “história dos pináculos” (WINOK, 1996, p.273), para usar a terminologia de Michel Winok, que privilegia apenas determinadas fontes relacionadas à “versão oficial” ou patrocinadas por algum poder econômico

²⁸ Adiante será tratado no capítulo IV, onde discorro sobre as causas da guerra do Paraguai, uma descrição dos pontos convergentes entre Brasil, Argentina e Uruguai concernentes a aproximação de suas culturas políticas por parte de suas elites evidenciando seus interesses políticos e econômicos.

vigente. É preciso buscar outras descrições populares para enriquecer a compreensão de um fenômeno político como a guerra onde, muitas vezes, análises no nível micro são essenciais, como o estudo da personalidade dos grandes líderes.

Em muitos casos as idéias tem um papel menor que os mitos, por mais irracionais que esses possam parecer. Quando se estuda o caso de Solano López, por exemplo, é perceptível notar a importância da criação do mito e suas repercussões nos países vizinhos. De fato, no tema da guerra, em muitos casos, as idéias têm sua força, mas os mitos como os “da unidade, do complô e do salvador” (WINOK, 1996, p.273) são largamente usados para fazer a história.

Raoul Girardet (1987) destaca, por exemplo, em *Mitos e Mitologias Políticas* que o mito tem vários sentidos, é poliforme e depende de uma narrativa legendária. O *mito salvador* de Solano López foi uma feitura mítica dentro de um processo de reescrita da história nacional do Paraguai. Ainda que com poliformia o importante, segundo Girardet é que o mito se prolongue no espaço cronológico para ganhar amplitude reificada constantemente por símbolos. Desta forma, “o mito não pode deixar de conservar a marca da personagem em torno do qual ele se constrói, se, engrandecendo-os, tende a assegurar através do tempo a perenidade de seus traços” (GIRARDET, 1987, p.70).

Marc Bloch descreve o historiador como o bicho-papão da lenda, em uma alegoria que situa o historiador como um caçador de seres humanos para desenterrar suas ações e falas em um determinado contexto. Bloch afirma com essa alegoria que o homem para ser o objeto da história no lugar de sociedades inteiras deverá “ser representativo de um grande número de outros homens. [...] exercer uma verdadeira influência sobre a vida dos outros” (BLOCH apud PROST, 2009, p.134). Isto é, a força de um ícone, que será tratado no debate historiográfico da Guerra do Paraguai na próxima seção.

2.2. Sobre as Fontes

A história é feita de fontes e para os fins dessa pesquisa buscarei incluir análises de cartas, documentos, autobiografias e relatos dos principais personagens históricos envolvidos diretamente nas origens e nas batalhas da Guerra do Paraguai. Esses tipos de fontes “constituem meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito, o qual decorre de um movimento de valorização das memórias individuais” (MALATIAN, 2008. p.02).

Em outras palavras, por meio dessas fontes buscarei interpretar como as personagens de maior influência no campo estratégico político contaram suas versões da guerra e de que forma representavam suas ideias, pensamentos e suas relações entre indivíduo e nação. Realizar uma “leitura dos textos em termos dos seus símbolos (...) o texto é abordado a partir do entendimento do contexto” (SÁ et al, 2009. p. 11).

A compreensão ampliada das origens da Guerra do Paraguai só é possível após verificação das fontes documentais e epistolares fundamentais que expressam a visão de mundo e opiniões daqueles que viveram o contexto que propiciou a escalada de tensões entre os países envolvidos na guerra. A análise documental tem a vantagem, por exemplo, de observar o processo de maturação das ideias dos principais nomes da guerra.

O documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é evidentemente insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente quase a totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas (SÁ et AL, 2009. p. 02).

O historiador pode descrever a guerra, suas batalhas, o ápice e o declínio, mas a análise das causas da guerra requer buscar as fontes primárias onde se encontram os relatos daqueles que fazem a guerra em si. A análise documental nesse trabalho será realizada com o intuito específico de buscar essas origens que levaram o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai a entrarem em uma custosa guerra de longa duração contra o Paraguai de Solano López.

É certo que para essa pesquisa tomo como base do conhecimento a ser produzido a complementaridade entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Conforme apresentarei na próxima seção, é possível notar as deficiências dos trabalhos que, à revelia dos documentos históricos principais relativos à Guerra do Paraguai, produziram conclusões contraditórias e enviesadas de acordo com seus contextos políticos. Na tentativa de minorar esses problemas reuni as fontes que contribuem fortemente para a análise das origens do conflito.

Um dos tipos principais dessas fontes são as cartas que podem expor a dimensão humana cotidiana da política dos principais líderes que orientaram suas nações à guerra. Com as cartas pode surgir a possibilidade de saber o que “realmente aconteceu” renovando os ânimos do historiador.

A escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. (...) o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou (GOMES, 2004, p.14).

O registro epistolar é rico em detalhes que trazem à tona opiniões políticas e idiosincrasias que escapam às descrições de muitas fontes secundárias. A escrita de si é uma forma de tecer reflexões do eu incluindo traços característicos da personalidade de líderes políticos e sua forma de pensar a guerra, por exemplo.

A correspondência - assim como os diários íntimos e os textos memorialísticos - contribuiria para a contribuição da personalidade do autor/escritor. As cartas fornecem informações que podem ser utilizadas na elaboração da memória, estimulando o imaginário sobre o mundo dos autores/escritores. [...] o uso da documentação privada pode favorecer a afirmação de uma imagem pública e seus sentimentos que fazem parte de sua sociabilidade, como afetos, ódios e ressentimentos (GOMES, 2004. p. 166-167).

O objetivo de buscar conhecer os traços característicos das personalidades dos líderes nacionais em suas escritas de si é uma ferramenta fulcral para trazer à tona

seus pensamentos que os levaram à guerra. Para a finalidade desse trabalho resumo as principais fontes no quadro abaixo.

Tabela 1 – Fontes Documentais

Tipo de Fonte	Autor	Finalidade Principal
Relatórios	Ministério da Guerra – Brasil. 1864	Descrição da análise estratégica do cenário anterior a Guerra.
Relatórios	Ministério das Relações Exteriores. Brasil. 1863-1864.	Descrição das atividades diplomáticas e análise política da situação das relações entre Brasil e Paraguai.
Atas	Conselho de Estado. Brasil. – 1864 e Anais do Senado e da Câmara dos Deputados	Os debates políticos sobre a elevação das tensões com o Paraguai e a Guerra Civil no Uruguai.
Cartas	Duque de Caxias	Os registros epistolares que apresentam as opiniões estratégicas do maior líder militar brasileiro antes e durante a Guerra do Paraguai.
Cartas	Francisco Solano López.	As principais opiniões do líder paraguaio no que tange aos inimigos da guerra vindoura, bem como seu pensamento estratégico.

Cartas	Bartolomé Mitre	As decisões do líder argentino em relação aos principais temas da balança de poder regional.
--------	-----------------	--

Os documentos e cartas dos grandes líderes e estrategistas serão submetidos à análise, em suma, com a intenção de revelar as origens da Guerra e especificamente no capítulo teórico dessa obra, conectá-los com as explicações do realismo político, concernentes as preocupações estratégicas, geopolíticas e sobre o equilíbrio de poder regional no qual se inseriam os países envolvidos na Guerra do Paraguai.

2.3. A Guerra Historiográfica.

A Guerra do Paraguai não terminou no campo historiográfico, ela permanece nas trincheiras da pesquisa acadêmica com seus inseparáveis ardis no intuito final de convencer uma audiência, procurando manter uma posição hegemônica. Enfim, a História está intimamente ligada ao poder. O poder de escrever a história e o poder de sustentar um determinado público leitor.

Bem recorda o historiador Francisco Falcon que é impossível separar a História, enquanto disciplina do seu irmão siamês: o poder! (FALCON, 2011). As leituras da história, sem dúvida, tem difícil separação entre sujeito e objeto e o conhecimento histórico se convertem no objeto de poder, em uma de suas esferas políticas mais audazes. Nas palavras de Francisco Falcon:

Duas maneiras de ver a questão das relações entre história e poder: há um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história; mas existe um outro olhar que indaga dos outros mecanismos e

artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico. [...] o poder é agente instrumentalizador da própria oficina da história (FALCON, 2011, p.61).

Na perspectiva de Falcon percebe-se que a historiografia deixa mais claro a análise e investigação do poder na história do que a verificação do poder como arma de produção da história, ou seja, instrumentalizando-a para finalidades políticas. Destarte, eventos majoritários da história nacional, como a Guerra do Paraguai, são alvos dessa busca pelo poder histórico de quem detém o domínio dessa mesma história, da versão hegemônica.

Uma tentativa de prevenção para não alimentar uma perspectiva enviesada da história é a atenção aos conceitos usados, pois estes contêm significados diferentes de acordo com o contexto político vigente. De acordo com Antoine Prost: “historizar os conceitos é identificar a temporalidade de que eles fazem parte; trata-se de um modo de aprender a contemporaneidade do não-contemporâneo”.(PROST, 1999, p.130).

Na guerra historiográfica os conceitos são usados como armas quando o interesse do poder político prevalece sobre os métodos da historiografia ou apropriam-se deles. Atualmente existem versões diferentes para as origens do conflito entre a Tríplice Aliança e o Paraguai com diferentes intenções políticas apoiadas por grupos políticos. Como recorda Pierre Bourdieu:

Assim, a ciência que pretenda propor os critérios mais bem fundamentados na realidade deve precaver-se para não esquecer que ela se limita a registrar um estado de luta entre classificações, ou seja, um estado de relação de forças materiais ou simbólicas entre aqueles que estão estreitamente associados a determinado modo de classificação (BOURDIEU apud PROST, 1999, p.130).

Francisco Falcon continua argumentando que os acontecimentos históricos não se auto-explicam. Faz-se necessário, portanto, compreender as pressões em torno da definição desses acontecimentos históricos, e grande parte, servindo a uma ideologia:

De formas distintas, abordam a sociedade, a economia e a cultura, quase sempre em busca de determinações ou fatores não políticos importantes ou essenciais para a compreensão/explicação dos processos políticos. A própria história política vê-se então enriquecida pela inclusão de questões que, além de políticas, são também, antes de mais nada, sociais e ideológicas (FALCON, 2011, p.66).

Percebe-se, em suma, que o político é capaz de “imprimir sua marca e influir no curso da história”(FALCON, 2011, p.80). Se a História é a ciência que estuda as sociedades como recorda Lucien Febvre, o indivíduo deve representar de tal modo essa sociedade de modo a fazer-se nela um espelho, uma espécie de simbiose entre ele e a sociedade.

Os homens, únicos objetos da história [...] de uma história que não se interessa por não sei qual homem abstrato, eterno, imutável em seu ser profundo e perpetuamente idêntico a si mesmo – mas pelos homens considerados sempre nos âmbitos das sociedades de que são membros, pelos homens membros dessas sociedades em uma época bem determinada de seu desenvolvimento (FEBVRE apud PROST, 1999, p.135).

Eis o momento importante para a historiografia de um evento crítico da história nacional. Quando um homem se torna mito, quando se torna um ícone da história, quando possui representatividade para alicerçar uma ideologia de Estado e fomentar a identidade nacional.

O historiador italiano Carlo Ginzburg (1987) analisa a micro-história buscando inferir importância dos indivíduos enquanto agentes históricos e não somente como observadores passivos. O estudo da micro-história²⁹ por meio da escrita epistolar, por exemplo, é uma ferramenta de análise importante para desvendar o indivíduo histórico, o herói ou mito. De algum modo, Francisco Solano López foi

²⁹ No entender de Ginzburg a micro-história trata de resgatar aspectos negligenciados da história em uma abordagem que reduz a escala de observação. Ginzburg estuda Menocchio, um moleiro perseguido pela Inquisição Italiana por suas heresias para compreender um todo relativo ao seu cotidiano histórico.

o indivíduo identificado em todos os países envolvidos como o protagonista dessa luta por definições e conceitos na historiografia.

A Guerra do Paraguai congrega todos os elementos para uma historiografia enviesada, pois seus ícones, heróis e mitos representavam sociedades ou parcelas importantes dessas sociedades como Solano López, Pedro II, Duque de Caxias e Bartolomé Mitre. Sob esse aspecto do embate historiográfico percebe-se o uso de documentos da época como cartas diplomáticas, livros de memórias e livros do final do século XIX com a intenção de privilegiar um dos lados envolvidos no conflito.

Depois da guerra, a historiografia brasileira, por exemplo, reduziu o papel da participação do aliado argentino e exaltou o papel de líderes nacionais na vitória sobre o ditador Solano López, muitas vezes descrito de forma caricata e jocosa. Contudo, a historiografia brasileira da época não se esqueceu de também criticar a atuação de líderes militares brasileiros como Duque de Caxias. Essa versão ufanista foi modificada no final do século XIX quando as vozes dissonantes passaram a criticar a atuação do Exército brasileiro. Tratavam-se de opositores do regime monárquico, os positivistas republicanos que culpavam o Império brasileiro pelo começo da guerra. (DORATIOTO, 2002, p.18).

A historiografia brasileira colocando Solano López como ditador tirano e principal causa do conflito encontra vazão em autores como o General Dionísio Cerqueira em seu *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Trata-se de uma fonte primária, pois reúne os diários de guerra de um ex-soldado brasileiro que atuou no conflito contra os paraguaios. Afirmava por exemplo que Solano López já se preparava para o conflito há tempos e “para a realização de seus projetos de expansão e supremacia na América meridional, aproveitou a invasão como pretextos para um rompimento” (CERQUEIRA, 1980, p.46).

Similar escrita encontramos na obra *Guerra do Paraguai: Resposta ao Senhor Jorge Thompson, autor da “Guerra do Paraguai e os anotadores argentinos”* de 1870 do autor Antônio Sena Madureira que igualmente culpa o ditador paraguaio pelo início das hostilidades. Segundo Sena Madureira Solano López “traíçoeiramente, invadiu uma das nossas mais importantes províncias ,

aprisionou um alto funcionário e outros súditos brasileiros” (MADUREIRA, 1982, p.10).

Da mesma forma o nacionalismo na historiografia foi usado no Paraguai no final do século XX pelos regimes populistas na tentativa de recriar o mito histórico de Solano López como grande herói da pátria, grande estrategista militar e líder antiimperialista, um verdadeiro “Napoleão do Chaco”. Nas palavras de Doratioto, essa versão foi:

Oficializada pelo ditador Rafael Franco (1936-7); Higinio Morinigo (1940-8) a fortaleceu e Alfredo Stroessener (1954-89) a tornou ideologia de Estado, a ponto de prender aqueles que dela divergissem. A falsificação do passado, com a apologia da ditadura lopizta, contribui para construir a opressão do presente, ao dar suposta legitimidade aos regimes desses três governantes (DORATIOTO, 2002, p.19).

Já a interpretação de líder antiimperialista foi largamente usada pelos políticos de esquerda que colocavam as razões para a Guerra nos interesses da Inglaterra na região usando o Brasil como capacho para realizar seus objetivos além de apresentar o Paraguai como paladino da justiça no continente por possuir um exército treinado, indústrias e desenvolvimentos não encontrados em seus vizinhos rivais. Nessa interpretação da história o Brasil e Argentina foram totalmente manipulados pela Inglaterra para combater o Paraguai, país então fechado ao capital estrangeiro segundo essa linha historiográfica.³⁰

Como maior representante, dado a fama de seu livro, destaca-se o historiador argentino León Pomer com *La Guerra del Paraguay: Gran Negócio!* Enfocando numa metodologia estruturalista e nos assuntos econômicos descrevendo os vários empréstimos ingleses contraídos pelos contendores. De acordo com Pomer “o único e verdadeiro beneficiário [da guerra] [sic] é a Inglaterra” (POMER, 1981, p.44).

³⁰ Posteriormente Francisco Doratioto, André Toral, Ricardo Salles entre outros refutarão com facilidade essa versão historiográfica com fontes primárias como documentos das legações diplomáticas inglesas apresentando seus bons ofícios para evitar o conflito.

A tese de Pomer não faz sentido algum diante do fornecimento irrestrito de material bélico inglês ao Paraguai antes da Guerra e da proposta de mediação por parte de Londres para evitar o conflito com o Brasil. O Paraguai, de fato, só foi a Guerra com a ajuda inglesa.

Essa corrente historiográfica também tem um forte adepto no Brasil. Julio José Chiavenatto escreveu em 1979 o livro *Genocídio Americano: A Verdadeira História da Guerra do Paraguai*. O “verdadeiro” no título já expõe um pressuposto de crítica as demais versões e supõe algo inovador. No entanto, o que se vê é uma tese similar a de Pomer. Na visão de Chiavenatto (1979, p.10) a historiografia brasileira no fim do século XIX foi cegada pelo patriotismo pois:

A vilania dos motivos que levara a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa República que já se viu na América Latina. Uma República, a do Paraguai, que se não fosse destruída assassinada junto com seu povo, modificaria por completo a história dos americanos que teriam, muito provavelmente, todos os elementos para se libertarem do jugo de tiranos mistificados de civilizadores como Mitre, de caudilhos criminosos como Venâncio Flores ou de meros joguetes nas mãos do capital internacional como Pedro II.

Nota-se claramente a chave marxista de interpretação presente na teoria de Chiavenatto baseada no materialismo histórico destacando os interesses financeiros ingleses na promoção do conflito. Outro problema a se destacar é o uso de contrafactuais por Chiavenatto. O que torna suas afirmações acerca do Paraguai impossíveis de verificar, ou seja, um jogo de adivinhação do futuro.³¹

Também é igualmente importante recordar que essa versão da história é ensinada nas escolas primárias paraguaias de modo a fortalecer a identidade nacional baseada em mitos e heróis da pátria. A vitimização, de forma curiosa, gera um sentimento de diferença, de pertencimento a uma determinada identidade que

³¹ Contrafactuais, em termos metodológicos, afirmam que se A não tivesse ocorrido B teria existido ou acontecido. Contudo, variáveis intervenientes como Y ou Z poderiam ter surgido nesse ínterim e B poderia não ter ocorrido como se imaginava. Trata-se de uma hipótese impossível de se verificar.

encontra suas mais ancestrais raízes na guerra entre 1864 e 1870 quando, segundo a perspectiva paraguaia, sua nação foi agredida.

E, certamente, não há campo mais fértil para a construção de versões da história nacional do que as causas de uma guerra interestatal da monta que foi o conflito com o Paraguai. Manter sob vigília intensa a “história oficial” é o mesmo que manter a legitimidade do regime, pois a “história oficial” é um elemento de poder nacional imaterial alimentado pelos livros escolares.

O historiador Paulo Miceli em sua obra *O Mito do Herói Nacional*, destaca esse processo de transformação de líderes nacionais em heróis e mitos. Segundo o estudo de Miceli essa transformação geralmente segue interesses ideológicos do Estado quando os cidadãos ou súditos passam a identificar o herói ou mito nacional como intocável e se tornam aptos a pegar em armas para defender a ideologia do Estado (MICELI, 1988).

Uma das primeiras críticas a essa historiografia prevalecente no Paraguai e fomentada pelos regimes ditatoriais, foi o trabalho de Acyr Vaz Guimarães no livro *Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras* publicado em 2000. Seu alvo principal foi o livro de maior sucesso até então sobre o conflito paraguaio, a obra de Chiavenatto do final da década de 1970.

Em determinado momento de seus vários tópicos refutando as teses de Chiavenatto, o autor rebate a ideia da Guerra do Paraguai como meramente um interesse do capital inglês na região usando argentinos e brasileiros como fantoches para destruir a República paraguaia. Em tom irônico Acyr Vaz Guimarães diz: “Gloriosa República [paraguaia], porque viver sob o jugo de três ditadores, um atrás do outro, e por fim destruída pelo último, a pátria paraguaia só pode ter sido e será sempre gloriosa!” (GUIMARÃES, 2000, p.13).

Somente na década de 1990 é possível afirmar que surgiu, de fato, uma corrente neo-revisionista³² da história com métodos historiográficos de pesquisas

³² Usa-se o termo “neo-revisionismo”, pois os primeiros revisionistas da história da Guerra do Paraguai forma justamente aqueles que escreveram contra o imperador Pedro II logo após a Guerra, os positivistas republicanos, e posteriormente os revisionistas de esquerda, inspirados pelo

documentais e crítica das fontes de inspiração ideológica. Os neo-revisionistas descrevem fatores geopolíticos no equilíbrio de poder regional como uma das principais causas para o conflito com o Paraguai na intensa disputa pela rica Bacia do Prata.

Ao contrário do que defende Pomer ou Chiavenatto, os neo-revisionistas não enxergam o Paraguai como potência regional, mas sim como um país predominantemente agrário, de modo que a tese acerca da Inglaterra ameaçada pela ascensão paraguaia carece de comprovações. Autores como Ricardo Salles, Alfredo Mota Guimarães e Francisco Doratioto se destacam nesse novo revisionismo histórico para resgatar fontes e documentos sobre as causas do conflito. Como recorda Ana Paula Squinelo. “esta renovação historiográfica pela qual passou a temática, sobretudo dissociando sua compreensão do simplório eixo causas/consequências e, avançando para uma explicação alçada no próprio contexto platino” (SQUINELO, 2006, p.25).

Além desses há obviamente outras bibliografias que tratam de refutar as teses defendidas pelos regimes militares na segunda metade do século XX. Maria Eduarda Marques, por exemplo, organizou uma coletânea multinacional de grande valor no livro *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*, no qual apresenta as distintas visões sobre as causas da guerra e as diferentes vertentes teóricas presentes nas explicações (MARQUES, 1995).

Por fim, vale recordar o seminal trabalho de Francisco Doratioto, resultado de mais de 10 anos de pesquisas sobre a Guerra do Paraguai em documentos oficiais, principalmente os diplomáticos que retratam os bastidores oficiais do conflito. O livro *Maldita Guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai* é uma referência obrigatória para qualquer análise sobre as causas desse conflito.

Doratioto apresenta, por exemplo, uma carta do diplomata britânico Edward Thorton endereçada ao ditador paraguaio apresentando seus bons ofícios para evitar a guerra. Tal documento refuta a ideia de que a Inglaterra queria o conflito e

marxismo exaltando o papel da Inglaterra como fomentadora do conflito e destacando Solano López como grande líder militar e herói nacional.

que havia o patrocinado contra para evitar a ascensão paraguaia. Além disso, Doratioto, com uma metodologia mais rica, inclui uma análise multidimensional para as causas da guerra o que enriquece a sua pesquisa (DORATIOTO, 2002, p.89).

As razões geopolíticas como o interesse em controlar a navegação na importante Bacia do Prata era um interesse comum de todos os países envolvidos nesse conflito o que acabou tornando inflexível a posição dos líderes brasileiros, argentinos e paraguaios nesse tema. As disputas territoriais também são recordadas por Doratioto como a questão dos limites entre o Mato Grosso e o Paraguai além da disputa na região do Chaco entre Paraguai e Argentina.

É possível concluir que a historiografia sobre a Guerra do Paraguai responde a interesse políticos, pois a História, por si só, é um interesse político quando vista como forma de consolidar, expandir ou demonstrar o poder do Estado. O Uso político da historiografia empobreceu a análise sobre a Guerra do Paraguai em muitos casos criando mitos e desprestigiando documentos oficiais reveladores.

CAPÍTULO III

O PENSAMENTO ESTRATÉGICO E A GUERRA DO PARAGUAI: DUQUE DE CAXIAS, BARTOLOMÉ MITRE E SOLANO LÓPEZ

O objetivo desse capítulo é traçar um perfil do pensamento estratégico de três personalidades fulcrais à Guerra do Paraguai. Francisco Solano López e suas noções de honra, glória e grandeza da nação paraguaia; Duque de Caxias e sua concepção clássica da guerra ortodoxa e Bartolomé Mitre, um intelectual nos assuntos político-militares e o homem que levou a Argentina à guerra ao lado do Brasil em um cenário improvável.

Os estudos estratégicos são um campo específico de estudo que consideram a análise das várias formas pelas quais os atores políticos usam de meios militares para atingirem seus fins. Ou mesmo a ameaça de uso de poder militar para alcançar objetivos. A tradição do campo de estudos encontrou seu auge no século XIX com o livro *Die Krieg* (Da Guerra) de Carl Von Clausewitz, (1853) um verdadeiro tratado da guerra interestatal. Uma verificação inicial da doutrina estratégica dos três nomes supracitados se faz necessária na medida em que López, Caxias e Mitre representavam a maior influência no campo estratégico em seus respectivos países no período imediatamente anterior a irrupção do conflito.

De fato, não se pode tratar das origens da Guerra do Paraguai sem antes revisitar as doutrinas estratégicas fundamentais que norteavam as ações desses líderes. No caso de López, tão cristalino e óbvio, pois será demonstrado que suas ideias estratégicas, no que tange à geopolítica, uso do poder militar e doutrina ofensiva, são elementos definidores de um leque de causas gerais e imediatas da guerra. Quanto a Caxias e Mitre, no campo defensivo, pode-se argumentar igualmente também foram essenciais para formar um corpo intelectual de doutrina estratégica no campo defensivo.

A primeira corrente de trabalhos produzidos sobre a Guerra do Paraguai estão dentro dessa tradição mais próxima aos estudos estratégicos (vide tópico 1.2). Basicamente descreviam batalhas e defendiam posições estratégicas dentro do conflito. Além de um ufanismo pós-vitória no lado brasileiro. Contudo, a guerra é um fenômeno histórico que influencia a cultura, a sociedade e a economia de uma nação ou região e depende de uma compreensão de seu significado civilizacional antes de qualquer coisa.

O campo da história militar tenta discorrer sobre esse assunto reconhecendo que o tema da guerra e da história não tem o mesmo significado para todas as culturas. A História Militar possui, portanto, uma valiosa contribuição ao dedicar sua atenção à um fenômeno de suma importância na história humana, a guerra. Conforme anota Paulo Parente:

As concepções científicas da História assumiram diversas facetas em sua estrutura metodológica, influenciando desta maneira os temas militares. Assim, a História Militar não é um ente próprio dotado de autonomia científica em relação à teoria e a metodologia da História. A História Militar foi construída a partir de pressupostos próprios da ciência histórica, dentro outros pressupostos científicos, da mesma forma que outros temas do saber histórico dotados de um campo de investigação definido (PARENTE, 2009. p. 02).

A guerra não é tratada em uma narrativa linear, uma vez que sua natureza muda de acordo com a cultura prevalecente que lhe dá significado em uma determinada nação. Apesar dos países envolvidos na Guerra do Paraguai compartilharem valores comuns como o racionalismo advindo de uma influência iluminista, o cristianismo e a estrutura das forças armadas, isso não deve ser entendido como uma homogeneização no que tange à doutrina estratégica. Esta sim, continha peculiaridades e diferenças importantes sobre o que os líderes entendiam por “estratégia”.

A importância da História Militar aqui, portanto, é compreendida em sua função complementar à história política. Ou seja, ligando a guerra à política recordando o já famoso aforismo de Clausewitz de que “a guerra é a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1953. p.300). A História Militar ficou, de certo

modo, adormecida após a crítica feita pela Escola dos *Annales* à História Política que também a atingiu de uma forma generalizada ao acusá-la de positivista e fatal. Parece haver agora um ressurgimento da História Militar.

Um exemplo interessante da importância de novas análises dentro da história militar é a contribuição da prosopografia ao buscar ligações entre as biografias coletivas dos indivíduos e de suas carreiras. No caso aqui apresentado, da ligação entre esses personagens e suas instituições por meio de estudos da origem social e familiar, além da experiência administrativa e das participações em círculos intelectuais e políticos. Nesse momento a História Militar se aproxima da História Social (PARENTE, 2009).

Atentar, desta forma, às conexões entre Caxias e à estrutura burocrática do Senado ou mesmo do Ministério da Guerra e suas ideias, a forma como os conflitos e críticas eram tomados dentro de sua linha de pensamento estratégico, as características particulares de seu temperamento e de seus valores influenciando a conduta das tropas na guerra, todos esses são pontos importantes para entender a formação do pensamento estratégico de Caxias e seu desenvolvimento institucional, ou seja, como ele pensava a guerra.

O mesmo é válido para notar diferenças cruciais entre paraguaios, brasileiros e argentinos acerca do poder nacional³³. Fica claro que as ideias e as instituições influenciam os indivíduos também na formação de seu pensamento estratégico. As diferenças institucionais e culturais nesses ajudam a explicar decisões políticas que os levaram ao conflito.

Para dar prosseguimento aos pensadores estratégicos na tentativa de decifrar suas principais ideias é importante recordar os conceitos de Luigi Bonanate (apud BOBBIO, 1998, p. 431) sobre a estratégia e tática, pois ambos serão usados para descrever as interpretações de López, Caxias e Mitre sobre a guerra.

³³ Adoto aqui a concepção realista do poder nacional, ou seja, o poder agregado da nação em termos materiais: quantidade de poderio militar e econômico nacional. E também o poder imaterial: a coesão social da sociedade e o nível de homogeneização que evita grandes dissensões internas. O conceito será explorado no capítulo sobre o Realismo Político.

A estratégia é a programação a longo prazo do uso de instrumentos políticos e militares do uso de instrumentos políticos e militares na condução dos conflitos internacionais, ao passo que a tática seria a aplicação direta e variável, conforme as circunstâncias, dos instrumentos individuais. Do ponto de vista puramente militar, a tática é a arte de utilizar as armas em combate, tirando delas o maior rendimento, enquanto a estratégia se pode conceber como um plano mais vasto e complexo que se apóia num conjunto de princípios de caráter geral e de propósitos diretamente operativos intimamente ligados entre si.

3.1. Duque de Caxias e o Pensamento Estratégico

O Duque Caxias³⁴ não recebeu por acaso o título de patrono do exército brasileiro. Seu currículo de liderança em operações militares no Império foi vasto e, de fato, ele saiu vitorioso de todas as guerras de que participou. O período histórico de ação do Duque foi similar ao mais famoso estrategista militar no mundo ocidental, Clausewitz. É interessante notar algumas similaridades no pensamento dos dois.

Clausewitz é o teórico da guerra interestatal, ao escrever sua *magna opus* em 1853 tinha em mente o efeito da grande guerra napoleônica. Basicamente, houve uma grande mudança, a guerra foi popularizada. Os cidadãos agora lutavam nas fileiras dos grandes exércitos da nação, pois a guerra não mais se restringia a um grupo de fidalgos ou por um dever religioso. A preocupação de Clausewitz era uma teoria geral da guerra. Explicar sua natureza e de que modo a guerra enquanto instrumento d apolítica poderia ser usada de modo mais eficiente. Tanto Caxias quanto Clausewitz tinham plena convicção de que “a guerra tinha uma natureza dual e não era um evento autônomo ou isolado. (...) a violência deveria expressar um propósito político racional. Não deveria tomar o lugar da política ou obliterá-la” (PARET, 1986. p.200).

³⁴ Luiz Alves de Lima e Silva atingiu o título nobiliárquico de Duque durante a Guerra do Paraguai em 1868. Informalmente chamado de Pacificador, pois dissipou revoltas no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Maranhão, Pará, além de São Paulo e Minas Gerais, conseguido, assim, manter a unidade nacional.

Refletindo a natureza da guerra e como Caxias a pensava, um de seus maiores biógrafos, Eugênio Vilhena de Moraes, destaca que para Caxias a guerra era estreitamente ligada ao interesse nacional, uma instituição. Dizia sobre Caxias: “para esse soldado cristão, a guerra não era um fim, era apenas um meio. Não um meio de conseguir riqueza e poderio para a nação, mas um meio de manter e assegurar sua independência” (MORAES, 2003, p. 165).

A guerra para Clausewitz e Caxias era um ato de racionalidade destinado a submeter o inimigo a sua vontade. Não se tratava de um matadouro. Aqui encontramos a diferença entre a guerra teorizada e a guerra real. Aquilo que o teórico prussiano chamava de “elemento de fricção” após o início das hostilidades tudo que é teorizado sobre a guerra pode se perder diante do imprevisível choque de forças. A variável irracional presente nos soldados, o ódio e a animosidade deve estar presente, mas deve ser também controlado pelo “gênio guerreiro” do comandante militar.

Caxias, tal como Clausewitz, também teve que lidar com a influência política sobre a estratégia na guerra. O teórico prussiano ao elaborar sua tríade analítica considerava perigosa a intromissão dos políticos nos rumos estratégicos que deveriam ser, tão somente, relegados aos que possuíam o gênio guerreiro, ou seja, o conhecimento da área estratégica. As funções são bem delimitadas, o estadista determina os objetivos da guerra e o comandante militar as executa.

Caxias viveu essa situação sensível da relação entre os militares e a política. Clausewitz reformou as forças armadas prussianas e atuou como político na reestruturação do Estado Maior das forças armadas (PARET, 1986). Parece sensato dizer que, guardadas as devidas proporções, Caxias representou para a teoria da guerra no Brasil o que Clausewitz representou para à Prússia. Caxias não escreveu um tratado sobre o assunto como Clausewitz, mas aplicou conhecimentos similares e viveu no mesmo período.

No ministério da guerra, e depois acumulando a presidência do Conselho, com a morte do Marquês de Paraná, em 1856, preocupou em aprimorar o Exército, regulamentando promoções, reformando o Corpo de Saúde, construindo novos quartéis de fronteira (...) sua preocupação com o exército era tão

grande que foi acusado por seus adversários de esquecer os outros assuntos do governo (WITTER, 1972).

O Duque estrategista brasileiro também gozava de alta reputação no comando da pátria. Nas palavras do historiador José Murilo de Carvalho há um relato do que o imperador pensava sobre Caxias.

Caxias era figura quase paterna. Conviveu com o imperador ao longo da vida, e lhe serviu como conselheiro em matéria política e militar. O diário imperial muitas vezes registrava: “Veio o Caxias”. [...] era ele garantia suprema de autoridade, da ordem interna, da integridade nacional. Foi a total confiança no general que levou o monarca a praticamente forçar o gabinete liberal de 1866 à nomeá-lo para o comando das tropas brasileiras no Paraguai (CARVALHO, 2007. p.59).

Nesse período anterior a Guerra do Paraguai a luta política envolvia fortemente Caxias, embora esse a desprezasse na maior parte das vezes. O gabinete que governava o país era do partido liberal e não simpatizava com a posição conservadora do marechal. No início do conflito, é importante recordar, Caxias não foi o comandante das tropas brasileiras³⁵. Em 1864, no começo das hostilidades ele acompanhou o imperador como um assessor militar tomando íntimo contato com os problemas vivenciados pelos soldados no Rio Grande do Sul.

Caxias, em uma carta para o Imperador dizia:

Eles estão vendo, com seus olhos, tudo quanto eu aí disse. Não há entusiasmo, se não de foguetes, porque nem mais um voluntário tem aparecido, por causa da visita de S.M.I. Lá falta de tudo, porque viemos com os braços abanando daí, e nem dinheiro para o exército trouxeram, enfim até há falta de munição de guerra de toda espécie, inclusive de cartaxume. Isto custa crer, mas é verdade. E, no entanto, vão marchando estes pobres voluntários, que daí têm vindo, sem saberem nem

³⁵ Somente em 1866 com o General Osório ferido em combate é que o Gabinete liberal aceitou nomear o Marquês de Caxias para comandar as tropas brasileiras.

carregar arma, e até, às vezes sem ter com que a carregar e, no entanto, lá vão sem tom nem som para a guerra³⁶.

Nota-se que no cerne da política estratégica de Caxias era pensar a Guerra do Paraguai como mais uma ação de manutenção da unidade nacional e defesa da honra da pátria. Era assim que pensava. Seu biógrafo, Vilhena de Moraes (2003, p.103) afirma sobre o caráter de Caxias que ele era “aquela mão vigorosa, que brandindo a espada desde os mais verdes anos, ajudara a fundar no novo mundo um grande Império e, durante quarenta anos a conservá-lo unido, peça inteiriça, desde o amazonas até o prata”.

Na doutrina de Caxias, o “pacificador de muitas províncias do Império” nos dizeres de Pinto Campos (1938. p.207) estavam presentes elementos essenciais dos grandes comandantes militares do século XIX. A honra e a glória. São noções ligadas ao caráter nacional que formam o poder imaterial de um país como será visto mais adiante no capítulo sobre o realismo político. Tal como Napoleão queria a glória da França por vias ofensivas, Caxias buscava manter a glória do Brasil defendendo seu território.

Na interpretação de Caxias o Império só seria uma potência se assegurasse com mão de ferro sua honra e glória intactas. O meio mais eficaz para Caxias era, sem dúvida, a demonstração de força militar e seu uso de forma eficiente. Em carta para seu amigo, o grande diplomata do Império nas questões envolvendo a Guerra do Paraguai, Visconde de Rio Branco, ele assevera. “Tenho vontade de quebrar a minha espada quando não me pode servir para desafrontar o meu país de um insulto tão atroz”³⁷.

Nessa carta o então Marques de Caxias tratava do vilipêndio causado pelas exigências do embaixador inglês no Rio de Janeiro em 1862, a chamada Questão

³⁶ Duque de Caxias para S.M.I Pedro II. Porto Alegre. 20 de Dezembro de 1864. In.: Campos (1937, p.207).

³⁷ Duque de Caxias para Visconde de Rio Branco. Rio de Janeiro. 11 de Julho de 1862.

Christie, considerada um ultraje à honra nacional.³⁸ Do mesmo modo, quando Solano López invadiu o território nacional Caxias mostrou-se indignado não só com o ato em si, mas também com o despreparo do governo na antecipação de tal ameaça e na organização do exército.

Um ponto de divergência com a teoria clausewitiana da guerra está nos valores morais que Caxias acreditava que são indissociáveis mesmo em momentos de extrema violência. Para Clausewitz a guerra deve ser feita com o uso total da força, no momento decisivo. O elemento do direito humanitário dentro dos conflitos armados é secundário.³⁹ Caxias defendia que o soldado deveria ser um vexilário do pavilhão nacional. A honra demonstrada pelos militares também era fonte do poder nacional.

Não macula por isso seu nome o labéu da truculência e da crueldade inútil, já que não contava como troféus as vitórias sobre irmãos e, mesmo tratando como inimigos, considerava sagrada uma gota de sangue humano. Representa, pois, o seu nome um dos mais legítimos padrões da glória da nacionalidade (MORAES, 2003. p.16).

Em 1851, Caxias já havia combatido o governante argentino Juan Manuel de Rosas que ambicionava, junto com seu aliado uruguaio Manoel Oribe, restaurar o antigo Vice-Reinado do Prata. A análise de equilíbrio de poder do Império era evitar a todo custo o domínio de Rosas na região e mantê-la fragmentada. Caxias, na ordem do dia para as tropas, define o caráter do soldado brasileiro que seria também repetido depois na Guerra contra Solano López.

Soldados! Não tendes no Estado Oriental outros inimigos senão os soldados do General Oribe, e esses mesmos enquanto iludidos empunharem armas contra os interesses de sua pátria: desarmados ou vencidos, são americanos, são vossos irmãos, e como tais os deveis tratar. A verdadeira bravura do soldado é

³⁸ Essa questão tornou-se um problema diplomático entre a potência hegemônica no período, a Inglaterra e o Brasil porque o embaixador inglês Willian D. Christie exigiu uma retratação do governo brasileiro e o pagamento de uma indenização referente ao afundamento e roubo da carga do navio inglês Prince of Wales na costa do Rio Grande do Sul em 1861.

³⁹ O Direito Internacional Humanitário se refere às normas estabelecidas no âmbito da Cruz Vermelha Internacional no final do século XIX buscando aliviar o sofrimento dos civis e a proteção dos prisioneiros de guerra. As convenções de Genebra ratificaram tais práticas.

nobre, generosa e respeitadora dos princípios da humanidade. A propriedade de quem quer que seja, nacional, estrangeira, amigo ou inimigo, é inviolada e sagrada; e deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do exército imperial, como a sua própria honra. O que por desgraça a violar será considerado indigno de pertencer às fileiras do exército, assassino da honra e reputação nacional, e como tal severa e inexoravelmente punido⁴⁰.

Não é de se estranhar que Gilberto Freyre tenha criado um substantivo para designá-lo, *caxiismo*. Um comportamento relativo ao próprio caráter nacional do brasileiro que Caxias buscava imputar em seus comandados. “Associado à consciência do dever, da responsabilidade e do valor do serviço público” (WEHLING, 2008, p.47). Trata-se de um sentimento aplicado também à política, pois Caxias, que foi líder do partido conservador, presidente da Província do Rio Grande do Sul e Ministro da Guerra, teve a oportunidade de aplicar tais princípios na esfera governamental.

Em forma de resumo é possível destacar algumas características do caráter do “Duque de Ferro”. A capacidade administrativa à frente do Ministério da Guerra por duas vezes e na presidência da província do Rio Grande do Sul. As mudanças realizadas por Caxias no comando do Ministério ajudaram a diminuir os problemas com a organização logística das tropas brasileiras e foi então possível avançar na Guerra do Paraguai. Os problemas organizacionais e de baixa estima eram tão severos que não se podia esperar muito ímpeto guerreiro dos soldados antes da chegada de Caxias.

A capacidade política, conforme ressaltado pelo Visconde de Taunay em suas *Reminiscências* de 1908, por Pinto Campos, seu primeiro grande biógrafo e mesmo por Capistrano de Abreu, mais crítico. Transitava com grande facilidade entre o papel de general e diplomata e analisava as intenções ocultas da política na guerra de forma magistral. Suas relações políticas com Bartolomeu Mitre e com o Imperador demonstram isso ao expor desconfianças.

⁴⁰ Duque de Caxias. Quartel General de Pontas de Cunha. 4 de Setembro de 1851. In.: MORAES, 2003, p.25.

Já foi visto que o Imperador foi alvo das reclamações de Caxias no que concerne às condições do Exército. O Imperador, por sua vez, reclamava do gênio de Caxias e discordou de opções estratégicas de Caxias durante a guerra, como por exemplo, na fuga de Solano López na Batalha de Lomas Valentinas. Contudo, a admiração e o respeito de Pedro II para com Caxias eram elevados em razão dos excelentes serviços prestados à nação. Ele conferiu o título de duque a ele e não aos seus netos e nem mesmo ao conde D'Eu (WHELING, 2008).

É evidente que isso se deve também a lealdade que Caxias guardava. Com sua fama e com seus dotes militares ele poderia ter se rebelado e levado divisões militares consigo. Poder-se-ia tornar um novo Napoleão ou Cromwell, mas preferiu guardar a monarquia, sua segunda religião e jamais abusou do poder que tinha em suas mãos. A admiração que seus soldados tinham por ele é incontestável.

Além dessas, recorda-se o legalismo como característica de seu pensamento, o respeito aos adversários, o conservadorismo, o monarquismo e o patriotismo (WHELING). Caxias era visto como um pilar da monarquia brasileira e nota-se um temor constante de sua parte com a manutenção da ordem e da integridade do território nacional. A ameaça de López representava a maior ameaça de sua carreira militar e Caxias, já idoso, aos 63 anos, liderou as tropas do Império na maior parte da guerra. Foi um novo incentivo para voltar ao campo de batalha.

O momento era difícil, pois o exército aliado encontrava-se desarticulado, já que faltavam tropas prontas para o combate e recursos bélicos adequados, de fato, estavam alquebrados psicologicamente. Ademais, o marquês tinha de por fim as disputas militares e políticas entre seus oficiais, pois na época grande parte deles era partidária, adepta quer do Partido Conservador, quer do Partido Liberal. [...] Caxias, em intensa atividade, reorganizou o Exército, recompondo-o em efetivos e armamentos; treinou sob fogo inimigo, civis alistados; disciplinou a tropa; comprou cavalos e animais de tração e melhorou as condições de higiene dos soldados, reduzindo a mortandade decorrente das doenças (DORATIOTO, 2008. p. 17).

Caxias, de fato, pensou a guerra e deu um significado a ela para os soldados do Império. No decorrer da guerra inovou com a “marcha de flanco” que surpreendeu as tropas paraguaias, usou balões de reconhecimento estratégico, que só tinham

sido usados na Guerra Civil norte-americana (MORAES, 2003). No comando, buscou unificar o quartel general. Os problemas com o General Mitre, aliado argentino na guerra, eram inequívocos⁴¹.

Com uma tríplice aliança Caxias tinha que lidar com esse problema. A desconfiança de Caxias recaía sobre o fato de Mitre desejar um ataque direto da esquadra brasileira à fortaleza de Humaitá, algo muito arriscado. Suspeitava o duque que Mitre queria a destruição da Marinha de Guerra brasileira, a arma hegemônica regional naquele período. Afirmava em ofício ao Ministério da Guerra em 28 de fevereiro de 1866. “O chefe sou eu! Prefiro responder a um conselho de guerra a submeter-me, em território do Brasil, com um exército de brasileiros, ao comando de um general estrangeiro”⁴².

Caxias sabia das dificuldades de contar com os aliados argentinos, pois além do número reduzido o vizinho do sul vivia conflitos internos. Mitre não criou problemas em reter o comando das tropas, pois sabia da urgência de voltar a Argentina para guerrear com seu desafeto Urquiza. Dizia Caxias. “Se Urquiza fizer alguma das suas contra Mitre, de que nos valerá a aliança da Confederação Argentina”⁴³.

Cabe ressaltar, contudo, que Caxias não foi imune às críticas. Foi muito criticado pelos senadores liberais após a derrota na Batalha de Curupaiti em dezembro de 1866. Cabe lembrar que o comando nominal estava com Mitre, que detinha divergências estratégicas com Caxias, mas os políticos brasileiros sabiam que algo devia mudar. Criticavam também o desgaste excessivo das tropas na campanha da “Dezembrada” (Dezembro de 1868) por erros táticos na locomoção das tropas.

Na campanha de Itororó Caxias também foi alvo de críticas porque havia conseguido levar a cabo sua “manobra de flanco” que surpreendeu as trincheiras paraguaias com facilidade e poucas perdas humanas, mas não deu prosseguimento

⁴¹ Vide próxima seção sobre Bartolomé Mitre

⁴² Duque de Caxias. Ofício ao Ministério da Guerra. Porto Alegre. 28 de Fevereiro de 1866.

⁴³ Idem.

a caçada do batalhão fugitivo liderado por López. Para Caxias não se tratava de uma busca pessoal pela cabeça de López, já para o governo brasileiro sim.

Essa atitude de Caxias aborreceu profundamente o imperador e toda a alta esfera política do governo brasileiro. Porém, mesmo como militar experiente, Caxias não soube avaliar com precisão as implicações estratégicas e táticas de sua decisão, especialmente em face de um inimigo ainda ativo, plenamente capaz de se reorganizar e, naquele momento, dependendo dos encaminhamentos políticos em relação à saída dele, ainda forçar negociações com os aliados. Caxias, consciente de sua atitude, não quis entrar para a história como o general que perseguiu um inimigo tido como vencido, mas acabou marcando seu lugar nela como aquele que abandonou a guerra por se cansar dela (BATISTA VAS, 2011, p.07).

Ainda assim, Caxias foi o pensador estratégico principal da maior guerra na qual o Brasil já se envolveu. A interpretação de Caxias sobre a ameaça paraguaia foi essencial no seu papel de Senador do Império para promover um plano estratégico de reação. A grande estratégia brasileira anunciada por Caxias no Senado mostrou aos seus pares que a nação tinha um rumo. O plano de “Três Colunas”⁴⁴ foi a resposta de Caxias à ameaça de López e conduziu as armas do Império nessa guerra de longa duração (NABUCO, 1899. p.277). Caxias, apesar da idade avançada e das críticas, continuou invicto, venceu mais uma guerra.

⁴⁴ Caxias pensava em três colunas do Exército, uma paralela ao Rio Paraguai rumo a Humaitá. Outra saindo de Mato Grosso e São Paulo e uma terceira de retaguarda e pelo flanco direito para proteger as demais.

3.2 Bartolomé Mitre, o aliado instável.

O presidente argentino Bartolomé Mitre foi o mais importante aliado do Império durante a Guerra do Paraguai. Os cálculos estratégicos de Mitre foram fundamentais para a entrada da Argentina no conflito. Em seu período como mandatário de 1862 a 1868 o aliado argentino viveu as tensões da Região do Prata e teve que fazer escolhas políticas importantes. Contudo, antes das lutas externas por estabilidade o presidente argentino experimentou conflitos domésticos de larga escala.

Antes de tudo, é preciso recordar que a política externa do Império para o Prata era regida essencialmente em função do perigo de um expansionismo argentino sob Rosas. Nesse aspecto Mitre, na Argentina, compartilhava o temor brasileiro de uma união nacional do país sob o comando de Rosas. Amado Cervo relata as opções da diplomacia brasileira.

O poder efetivo de Rosas ou sua imagem induziam internamente a política do medo, que bloqueava ou interrompia iniciativas marginais e impedia ainda uma ação direta. No parlamento, onde se discutiam publicamente as questões platinas e a política brasileira, prevalecia até 1847 a corrente tradicional do pensamento neutralista. Junto à corte, os representantes de Montevideú e Buenos Aires, Lamas e Guido, solicitavam insistentemente o governo para políticas contrárias. Hesitava, pois a diplomacia brasileira (CERVO, 2002, p.111).

Como resultado dessa ambiguidade na diplomacia brasileira a aliança entre o governo liberal no Brasil e os liberais argentinos, basicamente a elite portenha, não foi possível. Rosas, inimigo do Império e de Mitre, interpretava essa hesitação como um sinônimo de covardia e avançava em seu domínio.

O Império e Rosas precisavam chegar a um entendimento sobre questões no Prata para evitar a escalada de tensões. Não havia uma palavra ou tratado definitivo entre os dois países sobre a independência do Uruguai, o que poderia possibilitar intervenções constantes nesse país. Tampouco havia um reconhecimento da independência do Paraguai e liberdade de navegação na Bacia do Prata. Em

resumo, todos os elementos fomentadores de conflito entre o Império e Rosas estavam presentes.

É interessante recordar que na época Pedro II havia se aproximado do líder paraguaio Carlos López e chegaram a firmar um tratado de amizade, comércio e navegação além de uma aliança informal anti-Rosas fulcral para os interesses geopolíticos do Império (CERVO e BUENO, 2002). Entretanto, Rosas estava fortalecido. Seu ímpeto nacionalista solapava o liberalismo econômico que beneficiava as potências europeias. Em 1845 Rosas repeliu com sucesso uma intervenção militar franco-inglesa enquanto o Império brasileiro permanecia neutro.

Após essa vitória, Rosas cobriu-se de glória e já não estava disposto a fazer muitas concessões. Sua diplomacia tornou-se mais agressiva contra o Império, contra Mitre e os demais liberais argentinos e seu antigo objetivo de recriar um grande território inspirado no Vice-reinado do Prata readquiriu vida e parece ter acordado de uma vez os países vizinhos acerca de um perigo real expansionista (CERVO e BUENO, 2002).

De fato, essa intervenção estrangeira na Argentina possibilitou uma nova configuração de alianças no Prata. A avaliação da diplomacia brasileira era que Rosas saíra muito fortalecido da vitória sobre os europeus e, com seu ego inflado, partiria para expandir seu território no Uruguai com o auxílio de Oribe, seu aliado ao norte de Buenos Aires. Os ingleses passaram a favorecer Rosas em razão de acordos comerciais favoráveis. Foi nesse momento que a diplomacia familiar de Dom Pedro II foi ativada (CERVO e BUENO, 2002).

Dom Pedro II pediu ajuda ao Rei belga para intervir favoravelmente aos interesses do Brasil junto aos ingleses. O resultado foi positivo, pois o governo inglês declarou neutralidade em caso de intervenção brasileira. O Brasil rompeu laços com Rosas retirando seus diplomatas e indicou Caxias para a província do Rio Grande do Sul. Além disso, o suporte financeiro do Barão de Mauá foi usado para financiar o esforço de guerra no Uruguai contra Oribe. Para finalizar, o Brasil adquire o apoio do Paraguai de Carlos López contra Rosas e Oribe.

Rosas também contribuiu para sua própria derrocada ao criar fortes atritos domésticos decorrentes de suas perseguições políticas. A intervenção brasileira teve a maior parte de seu trabalho poupado, uma vez que um exército formado por insatisfeitos com o domínio de Rosas lutou contra ele liderado por Urquiza. Finalmente, a dupla Rosas e Oribe foi derrotada em 1852, mas a estabilidade argentina não veio. A divisão entre unitaristas e confederados apenas recrudesciu.

Nesse momento surge a figura de Mitre como grande líder de Buenos Aires tendo a simpatia brasileira por sua visão liberal favorável ao comércio similar a do governo brasileiro. Mitre em seu esforço unitarista e com apoio financeiro da elite econômica buenairense conseguiu derrotar Urquiza, seu maior rival confederado. Contudo, a chegada de Mitre ao poder não significou o fim dos conflitos domésticos conforme assinala a historiadora argentina Hilda Sabato.

La imposición de los liberales en la mayoría de las provincias no resistió el embate de las disputas entre SUS propios dirigentes ni la impugnación de los federales marginados del poder – en La notable excepción de Entre Ríos, donde Urquiza siguió ejerciendo su dominio. [...] los rumores circundaban por todo el interior y las tensiones crecían, hasta que, finalmente, se desató la resistencia activa de los federales. Caudillos de diferente nivel movilizaron sus hombres y incursionaron hacia otras provinciales (SABATO, 2012, p.132).

Como se percebe claramente, a vitória de Mitre sobre Urquiza apenas o expulsou para o norte onde esse reestabeleceu forças e fincou domínio na província de Entre Ríos. A diplomacia brasileira tinha que equilibrar sua posição, pois Mitre era um aliado valioso, mas Urquiza era igualmente importante por controlar recursos importantes em uma região fundamental para os interesses geopolíticos brasileiros, isto é, o território de Entre Ríos e Corrientes, separando o Paraguai do Uruguai. Manejavam, portanto, os formuladores da política externa brasileira uma política externa pendular entre Mitre e Urquiza.

O mitrismo, contudo, foi uma novidade importante na argentina e fortaleceu a posição de Buenos Aires como a província líder. Hilda Sabato afirma que

El mitrismo fue mas exitoso em su intento por extender su influencia a otras provincias, mientras que el autonomismo, que

no vacilo em aliarse com grupos del interior, alcanzó sus mayores logros em Buenos Aires, donde obtuvo sucessivos triunfos frente a su rival. Em su gestión como presidente, Mitre debió, por lo tanto, atender también a esse frente local, que le restaba energia para su empresa más ambiciosa, la afirmación Del poder central (SABATO, 2012. p. 141).

Nesse contexto de intermináveis disputas internas para afirmação do poder central de Buenos Aires, Mitre sabia, que com suas fronteiras porosas ao norte, precisaria de um bom arranjo diplomático com o Brasil, Uruguai e Paraguai. De fato, como ressalta o historiador argentino Félix Luna. “el general de que ya no se podía esperar más para la reunificación definitiva de La República, y deseaba concretarla bajo la tutela de su hermana mayor: Buenos Aires” (2004. p. 95).

A Argentina de Mitre era representada por uma Confederação instável. A estrutura política do país era composta por um Congresso onde rivalizavam os políticos do interior federalistas contra os comerciantes buenaienses unitaristas. Não havia ainda uma Corte de Justiça Suprema eficaz e o desafio de Mitre era de conseguir unir esses grupos políticos distantes. De fato, Mitre só podia responder pela província de Buenos Aires, a mais importante do país.

Ao chegar ao poder em 1862, portanto, o futuro aliado do Brasil na Guerra do Paraguai, enfrentou os conflitos domésticos e perigos externos como as ambições de Solano López recém-chegado ao poder e da Guerra Civil no Uruguai onde o Brasil e Argentina tinham interesses vitais opostos aos de López. Mitre se preocupava com a situação no Uruguai, mas teve que se contentar em manter posição subalterna quando Venâncio Flores iniciou a Guerra contra Francisco Berro. Isso decorre dos tratados firmados após a derrota de Rosas quando o Brasil obteve de Urquiza aceitando o Uruguai como protetorado brasileiro.

Se o general Mitre carecia de recursos para manter a estabilidade interna, não era de se esperar que criasse contenda com o Brasil por esse acordo com Urquiza. Era a chamada “diplomacia de patacones” (diplomacia do dinheiro) onde o Brasil garantia o apoio de líderes regionais, na maioria das vezes caudilhos, em troca de ajuda financeira. O cálculo de Mitre foi racional, pois ele compreendia que

somente foi possível se livrar de Rosas com a ajuda econômica e militar do Brasil. Desta forma, ele procurou aproximar-se cada vez mais do Império.

As relações entre o governo liberal brasileiro e Mitre eram próximas. Os interesses eram similares no comércio e a posição hegemônica nas finanças fortalecia a dependência argentina. A chegada de Solano López ao poder e os desentendimentos na questão da livre navegação dos rios levou Mitre a racionalizar a possibilidade de agressão paraguaia e aproximar-se mais de uma aliança formal com o Brasil. Além disso, o interesse em pacificar o Uruguai se coadunava com os objetivos do Império.

As posições estratégicas de Mitre são claramente anti-expansionistas no que tange às intenções de López. Seu compromisso e conformidade de pensamento estratégico com o Império se mostraram claros em uma entrevista solicitada pelo mandatário paraguaio à Mitre em Yataytí Corá na qual Solano López disse: “si me deja solo com los brasileiros, és para mi comida digerida” (SEEBER, 1923. p.121). Mitre respondeu negativamente e reafirmou que nada faria contra o Tratado da Tríplice Aliança firmado com o Brasil e Uruguai em 1º de maio de 1865.

O general argentino foi além e disse a López que a guerra continuaria. López deu a Mitre, em verdade, uma ajuda para resolver certas dúvidas estratégicas. Ao invadir o território argentino a nordeste de Corrientes o presidente guarani aproximou de uma vez por todas dois líderes que, apesar de certas desconfianças, compartilhavam valores liberais para o comércio e instituições políticas.

A questão sobre a invasão do território argentino por parte das tropas paraguaias é curiosa na medida em que revela o elevado senso de autoconfiança que os paraguaios tinham naquele momento. O “espírito guerreiro” superior ficou claro quando López disse a Mitre que venceria os brasileiros se lutasse com eles sozinho. É certo que López não esperava uma guerra longa e uma mobilização nacional brasileira. Seus cálculos estavam equivocados.

Antes de invadir Corrientes López havia pedido autorização de passagem das tropas à Mitre. O pedido foi negado tal como a Argentina havia negado o pedido brasileiro de instalação de uma base de suprimentos em território argentino. O

erro de cálculo de López foi grande, pois ao invadir Corrientes ele aproximou Urquiza, caudilho de Entre Ríos, província ao sul, dos brasileiros e de seu antigo rival portenho, Mitre. López solucionou as dúvidas de alinhamentos militares de brasileiros e argentinos⁴⁵.

Ao saber da notícia da invasão Mitre teve o apoio de muitos políticos buenaireses e disse: “En veintecuatro horas em los cuarteles, em quince dias em campaña, em três meses em Asunción” (LUNA, 2004. p. 111). Nesse ponto, os cálculos estratégicos de Mitre e López coincidiam. Ambos acreditavam em uma guerra rápida que não veio. E o apoio popular à guerra na Argentina não foi amplo, muitas províncias eram contrárias e na medida em que a guerra se tornava um fardo o apoio e os conflitos internos recrudesceram.

Os problemas estratégicos de Mitre para levar seus soldados aos campos hostis eram sérios. Cada província tinha sua milícia armada e nem todos cederam soldados. O historiador norte-americano Thomas Whigham, que dedicou boa parte de sua vida acadêmica para a análise da Guerra do Paraguai, recorda a situação estratégica argentina antes do início das hostilidades.

Such divisiveness interrupted the evolution of national military institutions in Argentina. In theory, patriotic citizen-soldiers should have stepped forward to replace the mercenaries and gaucho draftees. But nothing of the kind happened. The standing army that Mitre created in 1864 counted only 6.000 effectives and a high incidence of desertion took its toll on the ranks (WHIGHAM, 2002. p.172)

Apesar das dificuldades Mitre estava decidido a ir à guerra. López havia invadido o território argentino em abril de 1865 e Buenos Aires respondeu com forte repúdio popular. Mitre lançou o recrutamento obrigatório para “lavar la ofensa a la bandera”⁴⁶.

⁴⁵ As consequências desse erro estratégico de López ao não perceber as intenções de Urquiza voltarão a ser tratadas no capítulo IV.

⁴⁶ Bartolomé Mitre. Discurso a Nación. Buenos Aires. 12 de Abril de 1865. Archivo General de La Nación.

Contudo, o senso patriótico era algo ainda em construção, tal como no Brasil. A importância estratégica de Mitre será essencial em termos logísticos para os maiores efetivos da guerra, o exército brasileiro. O fornecimento de víveres era proveniente da Argentina, e sua maioria. No fim, o cálculo de Mitre estava certo, entre o perigo brasileiro e o perigo paraguaio, a ameaça de López provou ser a mais severa e imediata.

3.3 Francisco Solano López: O principal nome da guerra e as origens de seu pensamento.

Nenhum outro nome é tão citado em referências sobre a Guerra do Paraguai. Francisco Solano López, para o bem ou para o mal, é a personalidade fundamental dentro de uma compreensão da natureza humana gerando conflitos. Contudo, para compreender os traços da personalidade idiossincrática de Solano López é preciso voltar às origens da formação do estado paraguaio e então, entender o contexto político e cultural no qual o marechal López foi criado.

Em primeiro lugar, não é fácil encontrar trabalhos críticos a Francisco Solano López e tampouco a seu pai, Carlos António López. A maioria é composta de trabalhos recentes, pois a historiografia ainda impregnada de um revisionismo marxista no Paraguai, Argentina e Brasil, evitava se aprofundar nas mazelas de caráter de presidente paraguaio por ainda acreditarem na tese de guerra anti-imperialista do Paraguai e na postura heroica de López em resistir a esse imperialismo (SILVA, 2010).

De fato, essa tese já foi refutada como foi exposto no primeiro capítulo dessa tese. Trabalhos como o de Doratioto (2002) e Seager (2007) apresentam documentos que desmontam o argumento de um líder paraguaio defendendo uma nação moderna contra elucubrações maquiavélicas da diplomacia inglesa e seus aliados brasileiros. Nessa seção busco apresentar fontes em relatos e cartas que apontam para uma personalidade agressiva de López e para a formação desse caráter perigoso e ditatorial que foi, sem dúvida, essencial para a irrupção do conflito.

A formação da personalidade do líder paraguaio que levou o país a guerra se confunde com a própria formação do Estado do Paraguai. O culto quase religioso que se faz à imagem do marechal é visto com embaraço por muitos historiadores paraguaios. Criticar as ações de López ainda é um tabu entre eles. O historiador norte-americano James Seager (2007, p. 5) passou anos em Assunção pesquisando a vida de Solano López e relatou esse fato:

Muitos historiadores paraguaios sabem dos fatos vergonhosos da vida dele [Francisco Solano López] que contradizem seu lugar elevado na memória pública. [...] Um esforçado historiador paraguaio me relatou em particular em fevereiro de 2002 que nenhum historiador paraguaio ainda ousou escrever verdadeiramente sobre López. Uma apresentação objetiva de sua vida, sua presidência, ou sua liderança na guerra era um tabu para ele e seus colegas.

Não se pode abarcar uma compreensão ampla do López sem fazer referência a sua tradição familiar e os antecedentes históricos que remontam a formação cultural e política da nação guarani. Esse breve resgate histórico será profícuo na tentativa de desvendar características peculiares do ego e do pensamento político vinculado a um contexto específico.

Quando foi criado em 1517 pelos espanhóis, Assunção era apenas um pequeno assentamento. O local era fortemente povoado pelos índios guaranis e o intercuro sexual entre os espanhóis e os guaranis formará a condição étnica prevalecente até os dias de hoje. Contudo, só houve, de fato, uma organização política incipiente com as missões dos jesuítas no século XVII. Após 1610 as missões católicas buscavam catequizar os índios e forneciam proteção contra incursões provenientes do Brasil em busca de trabalho escravo dos índios (SEAGER, 1981).

O Paraguai colonial era parte do Vice Reino do Prata, com sede em Buenos Aires e a maior parte dos vilarejos era composta por índios guaranis e *creolos* (Mistura entre espanhóis e guaranis). Todos eram fiéis a coroa espanhola e quando a atual capital Assunção cresceu foi criado um *cabildo*, uma espécie de conselho político para debater temas locais como taxas de serviços públicos, distribuição de terras,

polícia e segurança. Acima do *cabildo* só havia o governador indicado pelos espanhóis.

Os *cabildos* paraguaios formaram a elite do país colonial. A primeira controvérsia foi contra os jesuítas, acusados de exploração da maior força de trabalho indígena da América do Sul e monopólio da atividade econômica. Sobre os jesuítas vale destacar.

Eram grandes atores da economia local. Os jesuítas trocavam carne por tabaco e açúcar nas províncias sem dinheiro. Eles cultivavam os mercados mais lucrativos na região, o mercado da erva *caaminí*, um chá de alto valor e muito consumido na região platina. Os mercadores civis rivalizavam e invejavam os empreendimentos jesuítas (SEAGER, 2007. p.17).

A elite civil formada pelos *creolos* herdeiros do *cabildo* representam as origens desse autoritarismo paraguaio do qual Solano López será o ápice. As primeiras revoltas contra os jesuítas providenciaram mudanças. Contudo, a estrutura econômica em si não foi alterada. Permanecia sendo um monopólio da metrópole espanhola. O governador da província, indicado pelo Vice Reinado do Prata, atuava como o grande interventor em vários temas.

Quando, por exemplo, as contendas judiciais se asseveravam o governador, representando o Rei da Espanha, poderia intervir, modificando as decisões. Os *caudilhos*, de certa forma, são sucessores desse autoritarismo no período após as independências nacionais⁴⁷. Foi uma espécie de interregno entre o poder colonial espanhol e a nova elite política autoritária de Francia, Carlos e Solano López.

Ainda na era colonial é possível encontrar, dentro desses cenários de conflitos por poder, as origens dos problemas fronteiriços entre paraguaios, argentinos e brasileiros. Os líderes da província do Paraguai e os jesuítas, por volta de 1700, já haviam peticionado ao Rei uma base para consolidação dos limites entre o

⁴⁷ Aqui é importante lembrar que a família López ia além do conceito tradicional de caudilho sul-americano que aspiravam ao poder local e lutavam para influenciar as instituições e grupos econômicos e sociais como os grandes fazendeiros, a Igreja Católica e as forças armadas. No caso dos López, como será mostrando adiante, tais instituições foram efetivamente tomadas ou neutralizadas dentro do Paraguai.

Paraguai e Argentina. Os conflitos emergiam também dentro da realidade das *missiones* estabelecidas pelos jesuítas que ultrapassavam fronteiras.

As lides com o Brasil também tem origens coloniais. O problema paraguaio com o Brasil no século XVII era a captura de índios guaranis no território paraguaio para o trabalho escravo. A região que os paraguaios consideravam deles foi sendo tomada aos poucos pelos bandeirantes. O norte do Paraguai atual, hoje parte do Mato Grosso, certamente é resultado dessas incursões e posterior tomada de território por parte dos brasileiros (TWINAM, 1999).

No setor econômico os paraguaios haviam desenvolvido uma pecuária. Contudo, essa atividade econômica era menos lucrativa que a pecuária de províncias como Corrientes e Buenos Aires. As condições climáticas e os elevados custos de escoamento da produção tornaram essa atividade econômica menos competitiva. Certamente, a vantagem competitiva paraguaia era a produção da erva mate que era exportada.

Os argentinos podiam controlar a navegação do Rio da Prata e fechar a saída do Rio Paraná estrangulando a atividade econômica paraguaia. Essa rivalidade com a Argentina em busca de autodeterminação paraguaia vai ficar mais severa no período da independência desses países. Em 1810, aproveitando as crises decorrentes da ocupação da França de Napoleão sobre a metrópole espanhola, a elite política argentina se reúne em Buenos Aires para declarar o Vice Reinado do Prata autônomo⁴⁸.

Havia, no entanto, um pequeno detalhe. O Paraguai era um distrito desse Vice Reinado e a elite dirigente local não via com bons olhos ficar sob domínio argentino. Quando consumada, de fato, essa autonomia do agora, Províncias Unidas do Rio da Prata, os argentinos impuseram um *ultimatum* ao Paraguai. Os paraguaios recusaram e, posteriormente, resistiram às tropas argentinas que desejavam forçar uma submissão.

⁴⁸ Embora, seja preciso notar, que essa elite ainda era muito ligada ao Rei exilado Fernando VII. A crise entre argentinos e paraguaios acabou por fomentar, de forma mais contundente, a ideia de independência dos dois países.

É nesse contexto que surge José Gaspar Rodríguez de Francia, o primeiro da tríade de líderes autoritários de um Paraguai independente. Francia foi um ator político decisivo entre 1811 e 1814 para a independência do Paraguai. Sobre o “líder supremo” como veio a ser reconhecido posteriormente.

Era um advogado de meia idade que havia lido os filósofos do Iluminismo. [...] na mitologia paraguaia, Francia devotava sua atividade jurídica em defesa dos menos abastados. [...] Francia odiava os mercadores espanhóis e os proprietários de terra que dominavam a vida política e econômica da província. Era um *creolo* frustrado (WILLIANS, 1979. p.23).

Francia logo se tornou um líder anti-Províncias Unidas do Rio da Prata na medida em que era um dos líderes locais que recusavam a reconhecer a soberania argentina. O governador da província na época da invasão napoleônica da Espanha era Bernardo de Velasco, o qual tinha a lealdade de Francia. Contudo, logo após a invasão da França Velasco buscou refúgio na corte portuguesa e isso fez com que Francia patrocinasse a ideia da independência com mais fervor.

De que modo Francia chegou ao poder? Em 1813 o Paraguai consolidou o processo de sua independência. Havia certo vácuo de poder que foi preenchido por dois líderes políticos: Francia e Fulgêncio Yegros, um militar importante que derrotou os argentinos na tentativa desses de submeter à província paraguaia ao controle de Buenos Aires. A ideia do governo na nova República do Paraguai era uma alternância dos líderes no poder. Mas em 1824 Francia e seus asseclas executaram Yegros (SEAGER, 2007).

Diferente do proto-socialismo da mitologia paraguaia sobre Francia, ele apenas usou dos métodos tradicionais maquiavélicos de eliminação dos demais líderes populares e em 1814 já se autodeclarava “Supremo Ditador da República”.

Em 1816 ele [Francia] tornou seu mandato vitalício. Ele permaneceu no gabinete até sua morte em 1840. Entre 1820 e 1821 ele eliminou seus potenciais rivais prendendo-os ou matando-os. Ele acabou com os privilégios dos espanhóis e da antiga elite política. Aboliu o *cabildo* e a mitada liberdade de debate que existia desapareceu (SAEGER, 2007. p.22).

Francia não admitia oposição. Carlos Antonio López, que sucederia Francia na presidência do país, só sobreviveu porque se retirou da vida pública e permaneceu longe da capital. Os expurgos políticos promovidos pelo “supremo ditador” eram constantes. Outra atitude para aumentar seu poder total foi interpor-se entre o Vaticano e à Igreja no Paraguai. As correspondências papais sempre passavam por suas mãos. Na prática, a Igreja foi nacionalizada por Francia. Da mesma forma, as forças armadas foram controladas.

Doutor Francia tinha um bichinho de estimação: o Exército. [...] disciplinava com severidade suas tropas. [...] Na realidade ele criou uma estratocracia que colocava o elemento militar acima do civil; todo cidadão era obrigado a tirar o chapéu a uma simples sentinela (BURTON, 1997, p.56).

Nota-se que o processo de implantação de um sistema autoritário entre o fim do regime colonial e os primeiros anos da República do Paraguai foi uma obra rápida e empregada com afinco por Francia e Carlos López. Para manter o país em segurança Francia acreditava que era necessário retirá-lo dos assuntos externos mais intrincados evitando também os contatos com o exterior. Acreditava o líder paraguaio na segurança pelo isolamento. Seu receio eram as ameaças argentinas que relutavam em aceitar um Paraguai independente.

A tentativa de dotar o país de mais segurança será contraproducente mais tarde, pois quase tudo relacionado à segurança do Paraguai passou a ser confidencial. O isolamento imposto por Francia gerou apreensões nos países vizinhos. No plano doméstico, a partir de 1830 o governo passou a dominar toda atividade econômica nacional expropriando várias propriedades. Em 1865 o governo já controlava praticamente toda atividade econômica. Francia “compreendia o comércio e as demais atividades econômicas como subservientes ao engrandecimento do Estado” (WHIGHAM, 1991. p.26).

Carlos López diferia de Francia nesse aspecto. A transição após a morte de Francia em 1840 foi mais rápida. A princípio formou-se uma junta militar que não estava autorizada a manter-se no poder indefinidamente, tampouco extirpar o governo civil. O secretário de Francia, Policarpo Patiño, esperava assumir o

poder. Contudo, as atrocidades cometidas por Francia e dirigidas por Policarpo o colocaram na infâmia popular e sem condições de aspirar ao poder.

Após a destituição da junta militar Mariano Roque Alonso, um militar assume o poder, logo Alonso resolve indicar Carlos António López, mais educado que ele, para seu assessor. Carlos López havia entrado na política assim que Francia morreu. Um grupo de notáveis formado por fazendeiros de vários locais do Paraguai e herdeiros do antigo *cabildo* assumiu o novo parlamento paraguaio.

O Parlamento optou por indicar Alonso e Carlos López como *consuls*. Entretanto, na prática, Carlos López ofuscava Alonso por ser mais hábil na política e melhor orador. Alonso saiu de cena de forma pacífica, estava isolado politicamente. Carlos López já em 1841 assumia totalmente o controle da nação. A família López já havia nascido em um país autoritário. Era natural continuar nesse sentido.

Quando o presidente argentino Rosas foi derrotado o Paraguai de Carlos López pode alterar a política de isolamento permitindo importações. Foi uma mudança importante na tentativa de fortalecer a nação guarani. Toda atividade econômica deveria ser subordinada ao projeto de nação forte.

Ele [Carlos López] importou técnicos estrangeiros para assistir o desenvolvimento da infraestrutura da nação. Para mitigar a dependência dos especialistas estrangeiros ele também enviou pupilos para estudar na Europa e aprender as habilidades necessárias para defender e desenvolver o Paraguai (SAEGER, 2002. p.41).

O projeto de nação imaginado por Carlos López não admitia divergências. O parlamento paraguaio logo passou a ser fictício. A instituição mais forte, o Exército, estava sob controle de Carlos López, que colocou seu filho Francisco Solano López, na liderança de cargos importantes e aprimorou o sistema de vigilância interno que reprimia dissidentes.

A legislatura de 1844 aprovou a nova constituição, mas não a elaborou. Carlos López escreveu a constituição de próprio punho. Toda constituição, direitos civis, políticos e religiosos são trabalhos das mãos de Carlos López. O documento

justificava a ditadura de López. [...] O título VI do documento conferia a López a posição de supremo juiz em questões de governo, deixando claro que não existia judiciário independente (CHAVES, 1968. p. 45).

A carta magna de 1844 já estabelecia também a censura prévia da imprensa, embora essa imprensa livre fosse inexistente. A família López preferia ter o seu próprio jornal que serviria a toda nação, *Paraguay Independiente*. No jornal López doutrinava seus comandados, traçava as diretrizes básicas da ideologia nacional, como por exemplo, o ódio ao liberalismo.

O governo López aprimorou as técnicas de controle interno da população. Contudo, Carlos López foi um líder cauteloso. Na década de 1840 ele ordenou um censo no país que identificou uma população de 250 mil habitantes. Menos de 1/11 da população do Império do Brasil. Desde então ele concluiu que deveria evitar uma guerra contra o Império vizinho (WILLIANS, 1979).

Carlos López sabia respeitar os oficiais de seu governo e discernir entre bons conselhos políticos e bajulação. A diplomacia brasileira se aproximou de López mirando um inimigo comum, Rosas na Argentina. A ameaça sobre o Paraguai de Lopez era mais real, pois o território paraguaio era objeto de cobiça de Rosas. O Tratado de Aliança de 1844 assinado entre o Brasil e o Paraguai destacam essa aliança defensiva contra Rosas e também a prudência de Carlos López, que no fim, mostrou estar correto em se aliar ao Brasil para prevenir o avanço da Argentina sobre seu território.

O problema era que seu filho, Francisco Solano López, nunca teve a mesma prudência do pai. Enquanto o pai teve que conquistar o poder político com suas habilidades o filho, ao contrário, permaneceu a maior parte de sua juventude em um rancho da família. Diferente de seu pai, Solano López não precisou convencer ninguém para obter apoio. Ele só sabia dar ordens e nunca trabalhou por longos períodos como seu pai. O estilo da criação de Solano López o emulou para um forte egocentrismo conforme destacam Saeger (2002. p. 45) e Whigham (2002. p.170) e seus artigos de autoglorificação nos jornais controlados por sua família.

O Paraguai havia, se tornado, de fato, uma propriedade da família López. O trabalho de ocupação do exército foi o ponto final desse empreendimento. Solano López já era líder do exército aos vinte anos de idade e era promovido anualmente por seu pai. De fato, "a instituição paraguaia mais importante era o exército" (BARROSO, 2005, p.45) e o controle das tropas era uma questão central para a liderança dos López. A hierarquia, valor fulcral para os militares, foi alijada. Seu pai o havia enviado para sua primeira missão militar no estrangeiro. A batalha contra o exército de Rosas na província de Corrientes em 1845. Lá, teria como aliado, as tropas de Urquiza. Na prática, somente as tropas de Urquiza lutaram.

Sua missão para Corrientes com o exército e sua esporádica leitura da história militar e tática o convenceu, no seu já inflado ego, que ele tinha talento e experiência. O que a escolha do presidente de seu filho comprovou foi que ele confiava na família mais do que nos comandantes de carreira (WILLIAMS, 1979, p.142).

As tropas paraguaias percebiam essa insegurança do jovem López comandando as tropas. Eles queriam ser comandados pelo General Paz, um experiente oficial de carreira do exército paraguaio. Houve motins entre os soldados e, apesar disso, Solano López parecia viver em seu mundo de autocontemplação. Ele não aceitou os conselhos de seu pai para obedecer as diretrizes do General Paz. No jornal, *El Centinela*, obviamente da família, ele escrevia uma autoexaltação.

Marechal López [falando de si mesmo] soube como incarnar em um povo virtuoso valor, obediência e união. [...] Ele soube dar provas de um forte gênio de rápida organização em um forte e disciplinado exército"⁴⁹.

A carência de experiência militar e o gênio de autossuficiência impediam Solano López de aprender com seus erros. Escapavam a ele as virtudes de seu pai, notadamente a paciência e prudência. Suas leituras sobre Napoleão o fizeram

⁴⁹ *El Centinela*, 24 de Julho de 1867.

admirar o líder francês por sua grandeza⁵⁰. Solano López buscava essa grandeza, mas não teria o trabalho de conquistá-la, pois seu pai já tinha feito essa árdua tarefa. Solano López não encarou divergências, apenas mandava em seus subordinados e eles o obedeciam. A busca por grandeza e glória do Paraguai nos moldes da França de Napoleão teria que ser buscada em uma guerra internacional.

Não se tratava apenas de um apelido. López, de fato, se enxergava o equivalente de Napoleão na região do Prata para o estabelecimento de uma nova configuração geopolítica. A admiração veio com o conhecimento das estratégias e táticas usadas pelo líder francês para derrotar e dominar a maior parte da Europa Ocidental. Seu pai, Carlos López, já admirava o modelo de organização francesa e trouxe vários imigrantes para revitalizar as técnicas agrícolas no país, embora a maioria tenha retornado a França por não encontrar condições favoráveis de cultivo e pelo não cumprimento das promessas por parte dos líderes de Assunção (WHIGHAM, 2002).

A educação no campo da militaridade do jovem López teve grande influência das campanhas napoleônicas. Charles Washburn, diplomata norte-americano residente no Paraguai comenta em uma carta essa admiração de López por Napoleão afirmando que seu desejo por glória e na reconfiguração das forças do Prata representavam o mesmo desejo em identificar seus vizinhos com o *Ancien Régime*, atrasados e apresentando a si mesmo como o líder moderno e iluminado⁵¹.

Em dezembro de 1864 Solano López, em missão na Europa para compra de equipamento bélico e acordos diplomáticos, chegou à Paris e se encontrou com o sobrinho de seu ídolo córsico, Napoleão III, que segundo as palavras do próprio

⁵⁰ Eliza Lynch, sua companheira, costumava chamá-lo de o Napoleão do Paraguai em razão da sabida admiração que o líder nacional paraguaio guardava em relação ao gênio guerreiro de Napoleão. Cf. BAPTISTA, Fernando. *Madame Lynch, mujer de mundo e de guerra*. Buenos Aires. ECÉME Editores, 1997.

⁵¹ Charles A. Washburn para Elihu B. Washburn, Buenos Aires. 1 de Jan. 1864. Archivo Nacional.

López “mostrou mais do que somente respeito a ele”⁵². De fato, López buscava se igualar em grandeza à corte francesa. James Saeger (2007, p. 65) relata que “as histórias de Napoleão Bonaparte e sua fama inspiraram Francisco até o fim de sua vida”.

A insegurança de Solano López pode ser expressa em vários episódios de pequenas revoltas contra sua liderança no exército. Ele tinha vários informantes e quando descobria algum motim mandava prender os revoltosos e sumariamente os condenava a morte. O clima de medo era generalizado. Seus subordinados “o respeitavam e o temiam, mas não gostavam dele” (BRAY, 1996, p.102-103).

De fato, isso era refletido nessa insegurança de Solano López. No *Archivo Nacional de Asunción*, onde se encontram algumas de suas cartas e jornais, nota-se claramente que o líder paraguaio desde 1862 editava cada linha das publicações. Em boa parte dos artigos escritos pelo presidente paraguaio verificava-se a necessidade de exaltar sua inteligência e habilidade. No entanto, ele não havia provado isso no campo de batalha. Sua inexperiência não foi um problema para o Paraguai enquanto seu pai governava, pois Solano López era contido. Após a morte de seu pai ele não teria mais limites.

No fim, verificava-se uma busca febril por grandeza e honra e uma glória que deveria ser o destino da nação guarani no entender de Solano López. Não se interessou em estudar seus vizinhos, mas tão somente em consolidar e expandir o poder. Ele queria que o Paraguai fosse visto com uma das nações mais ilustres, uma noção bastante peculiar diante de uma realidade objetiva de uma nação pobre e isolada de apenas trezentos mil habitantes. Mas isso revela as aspirações de Francisco Solano López para ele mesmo e para seu país⁵³.

⁵² Francisco Solano López para Varela. Paris. 6 de janeiro de 1854. *Archivo Nacional de Asunción*.

⁵³ Francisco Solano López para Carlos Antônio López. Paso de La Patria. 28 de junho de 1849. *Archivo Nacional de Asunción*.

CAPÍTULO IV

AS ORIGENS DA GUERRA DO PARAGUAI À LUZ DO REALISMO POLÍTICO

O objetivo desse capítulo é descrever as principais causas da Guerra do Paraguai conectando-as com os conceitos relativos à explicação do fenômeno da guerra dentro da chave de análise do realismo político. Em um primeiro momento, busco apresentar o ambiente diplomático que ajuda a explicar o pano de fundo que elevou as tensões entre as nações envolvidas. Posteriormente, apresentarei os níveis de análise na análise realista e a aplicação dos conceitos específicos ligados à origem do conflito.

4.1 Os Antecedentes do Conflito: O *Front* Diplomático.

A guerra em si é um fenômeno complexo que envolve temas que vão da natureza humana e sua capacidade racional até os meandros da conduta diplomática envoltos em formalidades e percepções de honra e glória que escapam aos ditames do cálculo racional da política e da guerra teorizada. Na possibilidade da guerra há um constante equilíbrio entre o soldado e o diplomata, um atua à sombra do outro. O diplomata na tentativa de evitar o recurso às armas embora contando com seu auxílio velado por meio de sua presença ou ameaça de uso.

As alternativas do uso da força e da diplomacia encontram-se em um equilíbrio estratégico. De fato, tanto a diplomacia quanto a guerra, em sua forma teorizada e racional estariam submetidas à política no que tange ao conceito de interesse nacional. Conforme destaca Raymond Aron (2002, p. 72) em seu estudo clássico sobre a guerra, a diplomacia e o realismo político: “estratégia é o comportamento relacionado com o conjunto das operações militares, e de diplomacia a condução do intercâmbio com outras unidades políticas”.

Nesse sentido a guerra também pode ser fim da política de acordo com Aron, em sua leitura de Clausewitz, pois se trata de um “um ato de violência destinado a obrigar o adversário a realizar nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1953, p.51) o meio é o uso da força, a violência e o fim e a realização da vontade do Estado, muitas vezes representada pela vontade de um soberano. Nesse caso a guerra pode ser o fim da diplomacia e da própria política racional. Contudo, quando permanece dentro do objetivo traçado, a guerra “não é apenas um ato político, mas um instrumento real da política” (CLAUSEWITZ, 1953, p. 71).

A diplomacia e o uso da força, portanto, atuam em simbiose. Durante vários anos na política externa do Império do Brasil essa estreita ligação entre o aparato diplomático e militar foi uma realidade, mesmo quando era fastidiosa a luta por convencimento ou acordo com os vizinhos do Prata. Raymond Aron ao comentar a conexão entre a ação diplomática e o uso do poder militar alerta para a o perigo de acordos ou palavras sem o lastro das armas.

Uma diplomacia que pretende agir sem contar com um exército efetivo, que dispõe de forças armadas incapazes de executar missões exigidas pelos objetivos postulados: estes dois pecados contra a racionalidade tantos podem ser explicados pela psicologia dos governantes e dos povos, quanto por erros intelectuais específicos (ARON, 2002, p. 92).

A menos que os interesses nacionais sejam reduzidos a interesses particulares de um líder déspota, em um sentido amplo, a diplomacia e as armas deveriam responder a política coerente chamada de estratégia pelos realistas. Apesar dos erros estratégicos no campo de preparação militar para a defesa do território nacional no segundo quartel do século XIX a diplomacia imperial se destacou por sua presença constante e assertividade nos assuntos do Prata. Seguiram a máxima de Aron ao comentar o conceito de interesse nacional. “A segurança e a grandeza do Estado devem ser os objetivos do ‘homem diplomático’, qualquer que seja a ideologia invocada” (ARON, 2002, p. 151).

No jogo diplomático do Prata que antecede à Guerra do Paraguai a diplomacia brasileira foi a mais atuante por possuir o maior e mais respeitado corpo diplomático. Não há dúvidas de que o Brasil foi o país que mais expandiu seu

território com o auxílio de seus funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em seus quadros o conceito de *uti possidetis* (como possuiis, assim possuas) ganhou força por seu caráter de reconhecimento no campo do direito internacional e por sua força empírica, ao ratificar uma situação de ocupação de fato.

Em primeiro lugar, tal como o embaixador Synesio Sampaio Goes Filho (2013, p.27) explica, o princípio do *uti possidetis* “determina que cada parte fique com o que possui no terreno”. Hildebrando Accioly o define como “a posse mansa e pacífica independente de qualquer outro título” (ACCYOLI apud GOES FILHO, 2013, p. 30). Há o *uti possidetis de facto* e o *de júrís* que significa a posse de títulos coloniais. Nas negociações com as nações do Prata a diplomacia brasileira foi a que melhor usou o princípio supracitado.

O pioneiro na adoção deste princípio foi Duarte da Ponte Ribeiro, diplomata e cartógrafo brasileiro, em 1837 nas negociações com a Bolívia para o firmamento de um tratado de limites e amizade. O representante brasileiro e boliviano entenderam que o Tratado de Santo Ildefonso de 1777 não mais vigia. Esse tratado foi um acordo entre Espanha e Portugal que praticamente revalida o Tratado de Madrid de 1750 que assegurava o domínio espanhol na região dos Sete Povos das Missões, que representava na época boa parte do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Se vigorasse tal tratado o Brasil perderia importante território. Ocorre, contudo, que, como destaca José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco e ícone da diplomacia imperial: “o tratado de 1777 foi roto anulado pela guerra superveniente em 1801, entre Portugal e Espanha, e assim ficou para sempre, não sendo restaurado” (PARANHOS apud GOES FILHO, 2013, p. 29).

Por se tratar de um acordo entre as colônias a interpretação se os países, agora independentes, deveriam ou não herdar territórios coloniais era tenso. No entanto, era claro e pacífico que a guerra de 1801 entre portugueses e espanhóis havia eliminado o tratado de 1777. Duarte da Ponte Ribeiro em um despacho ao Ministério dos Negócios Estrangeiros confirma “terem caducado os tratados que ligavam as potências coloniais [...] segue-se que toda questão de limites ficará

reduzida ao princípio *uti possidetis*” (PONTE RIBEIRO apud SOUZA. 1952, p. 133).

Para muitos paraguaios, uruguaios e argentinos que se ressentiam diante do gigantismo territorial brasileiro o princípio do *uti possidetis* poderia ser simplesmente uma invenção sutil do governo imperial para aumentar ainda mais seu território. Contudo, o princípio em destaque é “consagrado no direito das gentes [direito internacional] e é base territorial de quase todas as nações” (FRANCO, 2005, p. 128). Apesar de fulcral na estratégia brasileira de definição dos seus limites na região do Prata o *uti possidetis* não era a única via. O embaixador Rubens Ricúpero lembra que os diplomatas brasileiros também incorporavam “o que hoje chamaríamos de *soft power* ou *clever power*⁵⁴, a fim de atingir pacificamente o objetivo de consolidação do patrimônio territorial” (RICUPERO, 2012, p. 35).

A ação diplomática no Prata foi desenvolvida em um contexto peculiar após a maioria do imperador em 1841 e a estabilização do Rio Grande do Sul com a vitória sobre os farrapos. A estabilização dessa província foi essencial para dar prosseguimento no torvelinho diplomático e estratégico das relações entre o Brasil, Uruguai, Paraguai e Buenos Aires. Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, que serviu como diplomata do Império entre 1851 e 1852 nessa região afirmava.

O objetivo do Governo Imperial [...] é pacificar o Rio Grande do Sul, conservar esta Província e manter a independência do Estado Oriental [...] o Governo Imperial deve preferir coadjuvar Rosas, antes do que preferir conservar-se benevolente⁵⁵.

A primeira postura assertiva com a intenção de evitar a expansão do poder de Buenos Aires sob o comando de Rosas sobre o Uruguai foi levada a cabo por

⁵⁴ Poder Brando e Poder Inteligente são conceitos do Professor norte-americano de Relações Internacionais Joseph Nye. Trata-se de um recurso da política externa que vai além do uso do poder militar ao se utilizar de persuasão e convencimento por meio de influência econômica e cultural.

⁵⁵ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relatório. 1851.

Carneiro Leão. O contexto de separatismo no Rio Grande durante a crise dos farrapos e a postura hostil do líder buenairense forçaram o Brasil a mudar de postura e a agir com maior rigor na defesa de seus interesses. Após a pacificação do Rio Grande do Sul em 1846 o Ministro dos Negócios Estrangeiros chegou a conclusão que Rosas agiria contra o Brasil em breve tentando dominar a política doméstica do Uruguai.

O antigo sonho declarado de Rosas de revitalizar o antigo Vice-Reinado do Prata com Buenos Aires sendo sua líder levou a diplomacia brasileira a adotar uma verdadeira dissuasão estratégica, política e militar de Rosas no Prata. O caudilho buenairense ressentia-se com o reconhecimento brasileiro da independência do Paraguai em 1844. Rosas ainda via o Paraguai como parte do território Argentino.

Somente após a eliminação da ameaça do líder portenho Rosas foi possível instaurar uma nova fase diplomática no Prata. O primeiro espaço de projeção do poder brasileiro foi o Uruguai. Esse país, nascido para servir de tampão separando rivalidades geopolíticas entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires vivia uma Guerra Civil desde 1839. Os partidos colorado e nacional, conhecidos internamente como *blancos*, disputavam o comando de Montevideú. Em um primeiro momento, por meio de uma disputa política e, posteriormente, por intermédio das armas.

Os liberais representados pelos colorados identificavam-se com o livre comércio em um momento histórico onde o gabinete comandando o Império do Brasil também seguia a mesma linha de pensamento. Ademais, o Império se beneficiava com a política liberal no comércio com baixas tarifas externas mantidas pelos uruguaios colorados. Os *blancos*, por sua vez, representavam uma perspectiva antiliberal ligada aos grandes estancieros que detinham o governo do país. Seu líder era Fructuoso Rivera, este sofreu uma sublevação com o apoio dos adversários de Rosas na Argentina, os unitários. A revolta liderada por Rivera expulsou Manoel Oribe, líder Blanco, do país.

Quando Oribe precisou fugir para Buenos Aires a situação piorou. As intervenções do Império e de Buenos Aires no conflito doméstico uruguaio eram constantes. O receio brasileiro era duplo: perder a província do Rio Grande do Sul, que em 1836 havia proclamado a República Rio-grandense, em uma possível

união ao Uruguai revoltoso e também sofrer a ingerência da Argentina de Rosas em uma tradicional zona de influência brasileira, o Uruguai.

É nesse contexto que surge a missão diplomática de Carneiro Leão no Prata. O debate interno na capital do Império girava em torno da ação brasileira no Uruguai. O Ministério dos Negócios Estrangeiros formulou uma consulta ao Conselho de Estado intitulada: “Tem o Brasil o direito de Intervir?”. A resposta veio pelas mãos de Carneiro Leão.

É evidente que o Brasil tem o direito de intervir nos termos do Tratado de 1828 que separa a Província da Cisplatina do Império para o efeito de se constituir um Estado independente [...]. Portanto, se desaparecer a independência, o Brasil terá o direito de intervir para sustentá-la, ou mesmo para reincorporar ao Império essa Província (CONSELHO DE ESTADO, 1844, p.201).

De fato, subjacente a essa análise estava o risco do Uruguai ter seu governo retomado por Oribe com apoio do maior rival do Império no momento, a Confederação Argentina. A avaliação diplomática de Carneiro Leão continuava em tom mais elevado. “O Brasil deverá preparar-se para a Guerra!” e concluía seu parecer: “o partido que se antolha menos prejudicial é o de conservar o Estado do Uruguai independente [...] Nossos homens de Estado estremecem com a ideia de fazer Montevidéu parte de Buenos Aires” (CONSELHO DE ESTADO, 1844, p. 201).

Entre 1851 e 1852 a Missão Diplomática do Império no Uruguai levada a cabo por Carneiro Leão conseguiu formar uma aliança defensiva contra Buenos Aires comandada por Rosas. Carneiro Leão uniu ao seu esforço o caudilho de Entre Rios, Diógenes Urquiza, rival estratégico de Rosas. Em resumo, o acordo entre os representantes brasileiro, uruguaios e entrerrienses previa.

Por esse instrumento, em apoio à iniciativa entrerriense, O Brasil se comprometia: 1. A oferecer o emprego da esquadra brasileira (Urquiza não dispunha de barcos para transpor o Rio Uruguai de maneira a marchar sobre Buenos Aires); 2. Fornecer 3.000 infantes, duas baterias de artilharia e um regimento de cavalaria (DORATIOTO, 2013, p. 248).

O Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, dará prosseguimento ao esforço diplomático brasileiro no Prata iniciado por Carneiro Leão com elevada argúcia. Desempenhou o Visconde missões especiais no Rio da Prata entre 1857 e 1870 buscando sempre o galardão nacional aliado a um instinto político preciso para avaliar os perigos da ausência do Estado brasileiro.

Enviar o Visconde para a região tinha um simbolismo muito forte. A comunidade diplomática reconhecia nele como um dos mais promissores. Joaquim Nabuco dizia ser Paranhos “a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado”. E no que tange a política exterior do Império afirmava ser “o mais moderado, constante e inteligente defensor dos interesses da nossa posição” (NABUCO, s.d., p. 187). O historiador José Murillo de Carvalho reconhece Paranhos como o “mais brilhante diplomata do Império” (CARVALHO, 1996, p.15).

Os objetivos brasileiros ligavam, necessariamente, a diplomacia à necessidade estratégica de evitar a dominação por parte de um *hegemon* na região do Prata. Ao mesmo tempo defendia Paranhos em uma de suas cartas manter incólume “a honra e interesses do Império” (PARANHOS, 2008, p.148). A arma diplomática seria a defesa do *uti possidetis* e, obviamente, a Armada brasileira.

Em linhas gerais, consideram-se objetivos primários da diplomacia brasileira na região do Prata terminar a definição das fronteiras nacionais; obter a livre navegação dos rios Paraná, Paraguai e da Prata e defender a independência do Paraguai e do Uruguai. Esse último objetivo, certamente, estava alicerçado em uma lógica de equilíbrio de poder regional com Buenos Aires liderada por Rosas.

A rivalidade central era entre o Império do Brasil e a Argentina e os territórios do Uruguai e do Paraguai estavam inseridos totalmente nessa lógica geopolítica. No pensamento estratégico brasileiro da época prevalecia a ideia de manter o Paraguai e o Uruguai como “Estados Tampões” para garantir uma área de segurança em caso de invasão de Rosas. O Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1852 deixa esse ponto claro destacando que Rosas poderia “vir

sobre nós com forças e recursos maiores, que nunca teve, e envolver-nos em uma luta em que havíamos de derramar muito sangue e despende somas enormes”⁵⁶.

O corpo diplomático brasileiro entendia Rosas como nefário e não havia confiança suficiente para um acordo. A diligente batalha de Rosas em não reconhecer a independência do Paraguai e suas constantes tentativas de dominar a política doméstica no Uruguai colocaram o Brasil como polo de poder rival no Prata. Nesse ponto Paranhos foi um *avant la lettre* com seu pensamento ligado a um realismo político.

Para conter a fera dos pampas, inimiga do progresso e da civilização o *si vis pacem para bellum* há de ser, não só uma máxima militar, senão também uma impreterível garantia de segurança interna e externa de todas as nações civilizadas (PARANHOS, 2008, p.224).

É certo que a base diplomática acreditada ao Visconde de Rio Branco detinha outro trunfo nas relações com o Uruguai. A “diplomacia dos patacões”, nome dado à ajuda financeira e política de empréstimos do governo brasileiro. A aliança política e militar entre Rio de Janeiro, Montevideú e Entre Rios foi orquestrada com o pródomo inequívoco de retirar Rosas do poder na Argentina.

O poder naval brasileiro bloqueou Montevideú por vários meses em 1851 obrigando Manuel Oribe a capitular. As tropas brasileiras e entrerrienses, com a ajuda dos liberais uruguaios, derrotaram Rosas na Batalha de Monte Caseros em 1852. Em 18 de Fevereiro de 1852 as tropas brasileiras marcharam triunfantes carregando o pavilhão nacional nas ruas de Buenos Aires (SEIXAS, 2013, p.252).

Com relação ao Uruguai a diplomacia, os patacões e as armas brasileiras haviam conquistado seu primeiro grande êxito. Eliminaram Rosas e sua mentalidade expansionista da região; impôs sua ordem numa região cuja instabilidade ameaçava o Rio Grande do Sul; consolidou os limites com o Uruguai garantindo também a independência desse país e firmou os direitos de livre navegação no Prata (SEIXAS, 2013).

⁵⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relatório de 1852, p. XIX.

No que concerne especificamente ao Paraguai as origens do uso da diplomacia e da força por parte do Império datam do período posterior à queda de Rosas, o inimigo maior do Império na região. Com Rosas fora de cena o Império pôde concentrar suas forças para resolver pendências territoriais e relativas a liberdade de navegação com o peculiar regime da família López.

As relações entre Rio de Janeiro e Assunção se deterioraram entre 1853 e 1855. As tensões giravam em torno dos limites do território reconhecidos entre os Rios Apa e Branco, parte do atual Mato Grosso do Sul e da livre navegação no Rio Paraguai. Sem a livre navegação o Brasil estaria praticamente abandonando a província do Mato Grosso que, naquela época, necessitava da navegação fluvial para manter comunicação e apoio logístico brasileiro.

A primeira crise entre as duas nações começou quando o ministro imperial Felipe José Pereira Leal foi expulso de Assunção por ordem do mandatário paraguaio Carlos António López. Esse famigerado episódio foi a escusa necessária para o Império enviar uma força tarefa em dezembro de 1854, o que alguns historiadores como Moniz Bandeira (1998, p.83-86) chamam de a “Primeira Guerra do Paraguai”.

O Império enviou à Assunção uma expedição naval com mais de 30 navios de guerra, entre dois a três mil soldados, com o apoio previsto de tropas nas províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, para definir as fronteiras e obter a livre navegação do rio Paraguai, na parte que o rio corta o interior do país que lhe dá nome (TEIXEIRA, 2011, p. 227).

A navegação no rio Paraguai era vital para alcançar o território brasileiro do Mato Grosso. Sem esse caminho fluvial o governo imperial estaria praticamente abandonando parte substancial do território pátrio e estabelecendo um vácuo de poder que poderia estimular ambições expansionistas paraguaias. Nota-se com essa expedição que o Império soube conciliar a atuação diplomática com o uso da força militar para garantir seus interesses regionais.

Mapa 1: Bacia do Rio da Prata e o *Gran Paraguay* [1810]



Fonte: WHITE (1989, p.3).

Conforme se verifica no mapa acima da Bacia do Rio da Prata de 1810 o rio Paraguai corta o território da área sombreada que o governo paraguaio considerava seus domínios. Por esse mapa também se nota que parte do território argentino, na região de Corrientes é tomada como paraguaia e que partes do Mato Grosso também foram extirpados do Império do Brasil. O mapa acima também é útil para compreender a necessidade da navegação no rio Paraguai para atingir o território brasileiro do Mato Grosso, pois esse rio corta o Paraguai bem no centro de seu território. Em outras palavras, com recorda Fabiano Teixeira (2011, p.2).

O rio Paraguai era a única forma viável de contato comercial da província do Mato Grosso com o Império, em geral, e o Rio de Janeiro em particular, devido ao custo insuportável do transporte terrestre.

Solano López tinha uma aspiração geopolítica de aumentar seu território conhecido como *Gran Paraguay*, incluindo também o Uruguai como zona de influência para obter uma saída para o mar. Esse era o entendimento geográfico

paraguaio que ia de encontro às definições brasileiras e argentinas da época⁵⁷. O mapa abaixo é uma projeção geográfica da aspiração geopolítica de Solano López.

Mapa 2 – El Gran Paraguay



Fonte: BRAY (1996, p.45).

As ambições de Solano López tinham alicerce de um poderio militar e coesão nacional fortalecida em uma doutrinação escolar que incentivava a expansão do território. A história paraguaia era contada com a de uma nação pilhada que precisava reconquistar seu território e seu principal adversário era o Brasil e suas expedições desde a época da Colônia onde o, segundo os paraguaios, seu território foi usurpado.

É certo que, apesar de Carlos López ter orientado seu filho a resolver as contendas com o Império do Brasil por meios diplomáticos, a primeira incursão naval e demonstração de força brasileira contra o Paraguai em 1854 deixou uma espécie de sentimento de revanche e desconfiança de López diante de qualquer política exterior vinda do Rio de Janeiro.

A diplomacia brasileira aproveitou o período de supremacia regional diante da ausência de Rosas e depois da demonstração de força contra o Paraguai para

⁵⁷ Mais adiante, no último capítulo, voltarei a tratar da questão das disputas territoriais e da livre navegação como causas do conflito.

definir tratados com todos os atores políticos importantes da região. O Visconde do Rio Branco, em missão no Prata entre 1857 e 1858, tentava solucionar algumas dificuldades impostas pelo governo de Carlos López à navegação de navios brasileiros no Rio Paraguai, apesar dos dois países já possuírem um acordo datado de 1856 que garantia a navegação livre⁵⁸.

O sucesso, mesmo que temporário, da pressão brasileira sobre o Paraguai empreendida por Paranhos, se deveu a contatos estratégicos com o Uruguai e a Confederação Argentina realizados antes da chegada do representante brasileiro em Assunção. Com o auxílio da “diplomacia dos patacões” a diplomacia imperial garantiu o apoio de Urquiza, o líder entrerriense e dos uruguaios em uma demanda comum para a abertura da navegação no rio Paraguai (BANDEIRA, 1985).

Paranhos, quando chegou a Assunção em 1858, havia contado com o auxílio da “diplomacia das canhoneiras” aplicada de forma harmônica com o poder naval brasileiro para impressionar o Carlos López. De sua parte, o presidente paraguaio também buscou impressionar o diplomata brasileiro, embora sem sucesso.

Paranhos notou que todas as disposições do governo paraguaio eram bélicas. Ao passar pela fortaleza de Humaitá, que controlava a navegação do rio, havia um grande exercício militar feito com a evidente finalidade de impressioná-lo. Em Assunção, pouco depois de sua chegada, houve exercício de fogo real da guarnição militar da cidade, outra forma de demonstrar que o Paraguai não se encontrava indefeso (DORATIOTO, 2013, p.286).

O Visconde do Rio Branco não se deixou intimidar e a notícia de que o governo imperial havia mobilizado uma grande força naval no Prata persuadiram Carlos López a não se arriscar em uma aventura provocativa demasiado arriscada. Afinal, Carlos López foi um líder pragmático e prudente que sabia os limites do poder

⁵⁸ O Tratado de 1856 foi assinado entre o representante brasileiro José Maria da Silva Paranhos e o ministro do exterior paraguaio José Berges. O Império se aproveitou da fragilidade paraguaia logo após a intervenção militar brasileira de 1854. Dois anos depois Carlos López começou a criar dificuldades denunciando as condições desse acordo. Cf. BANDEIRA, 1985, p.190.

nacional paraguaio e os custos de uma guerra contra uma nação vastamente superior em termos de população e recursos.

Posteriormente e já com o acordo garantido, Paranhos foi questionado em sessão da Assembleia Geral pelos deputados acerca dos custos que acompanharam sua missão no Prata com o envio dos navios de guerra. Paranhos respondeu que o Tratado de 1858 que garantia a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai.

Não foi ditado pelo uso do canhão; é fruto de muito estudo, e o resultado de uma negociação longa. [...] a força é um meio auxiliar, que não dispensa trabalhos e esforços de inteligência para uma solução amigável. O Paraguai não poderia provocar uma guerra com o Império, pois não está isto nos seus interesses, não pôde desconhecer a desigualdade de recursos que há entre um e outro país (FRANCO, 2005, p.230-233).

Os acordos conquistados por Paranhos representaram uma vitória da diplomacia brasileira, embora temporária, uma vez que Francisco Solano López mudaria os rumos da política exterior paraguaia a partir de 1862. Joaquim Nabuco em seu clássico *Um Estadista do Império* reflete um pensamento da elite imperial da época que ajuda a explicar a visão sobre o Paraguai sob seu novo líder, embora reconhecendo o valor do povo paraguaio. Na interpretação de Nabuco a civilização e a razão estavam do lado brasileiro e “o heroico, o patético, o infinitamente humano que faz a epopeia está do lado paraguaio” (NABUCO, 1899, p.684).

Desde que Carlos López promoveu a abertura externa de seu país, a diplomacia brasileira buscou acordos comerciais, de definição de limites e de navegação com o governo de Assunção. Ocorre, contudo, que com a morte de Carlos López cessou também a serenidade e bons ofícios diplomáticos entre as partes. As reformas e investimentos maciços de Francisco Solano López no poderio militar paraguaio mostravam aos diplomatas brasileiros que uma nova era de assertividade e intransigência havia nascido na Nação Guarani. Conforme Amado Cervo e Clodoaldo Bueno destacam sobre o pensamento do novo governante.

O Paraguai de López ressentia-se historicamente do minguido papel que lhe reservara em assuntos internacionais o subsistema

regional [...] a esse minguado papel correspondia, paradoxalmente, uma vontade nacional de potência, amparada numa economia próspera e em efetivos militares numerosos (CERVO e BUENO, 2002, p.120-121).

A essa nova postura paraguaia nos assuntos externo aliavam-se disputas de territórios entre brasileiros e paraguaios com constantes acusações de parte à parte sobre violações e incursões. Em uma clara tentativa de remodelar a cartografia da Bacia do Prata, Solano López atuou de modo a forjar novas alianças equilibrando poder com o Império. Seu alvo era o Uruguai, zona de influência natural do governo brasileiro. Os diplomatas paraguaios queriam aproveitar as divisões internas uruguaias e se aliaram aos *blancos*, tradicionais rivais do Império. Depois da chegada de Solano López ao poder em 1862 muitos detinham interesses na guerra civil uruguaia. Mitre, o mandatário de Buenos Aires, e Dom Pedro II se aproximaram por uma crença comum no liberalismo também defendido pelos *colorados* e seu líder Venâncio Flores.

Formou-se uma aliança inédita tripartite na região entre Flores, Mitre e Dom Pedro. De outro lado, Solano López e os *blancos*, que detinham o poder em Montevideú, também formaram uma espécie de aliança preventiva. Pensava o presidente paraguaio que o Império e Buenos Aires buscavam dividir o território uruguaio, mas era bastante claro que o que se buscava era manter a zona de influência no Uruguai e sua independência política.

A ascensão de Mitre ao poder na Argentina possibilitou uma aproximação histórica inédita e providencial entre Rio de Janeiro e Buenos Aires em um momento crucial de rivalidade estratégica na região do Prata onde Solano López ressurgia como ameaça ao equilíbrio de poder regional. O fato dos *blancos* uruguaios serem apoiados por Assunção incitou Mitre e Dom Pedro II a tomarem decisões mais concretas, no campo diplomático e militar, para manter o *status quo* regional.

Em abril de 1864 o diplomata brasileiro José Antônio Saraiva foi enviado para dar continuidade ao trabalho de Paranhos.⁵⁹ O Ministério dos Negócios Estrangeiros buscava reparações pelos agravos sofridos pelos súditos do Império no território uruguaio e também, em um nível mais ampliado, fornecer apoio ao seu aliado colorado Flores contra o governo Blanco estabelecido em Montevideú. O Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1863 destacava sobre essa missão.

Esta Missão, confiada ao Sr. Conselheiro José Antônio Saraiva, tem por objetivo conseguir, por meios amigáveis, do governo da República Oriental do Uruguai, a solução de várias reclamações importantes que perante ele temos pendentes e a adoção de medidas e providências que eficazmente protegerão e garantirão no futuro, a vida, a honra e a propriedade dos brasileiros⁶⁰.

A sombra de um conflito pairava sobre a região do Prata e a diplomacia imperial estava se preparando para uma possível intervenção caso se recusassem os uruguaios em aceitar as demandas brasileiras. No mesmo período trabalhava o governo imperial em outra frente. Havia enviado Paranhos para negociar com Mitre uma aliança defensiva contra os *blancos* e em apoio ao general Flores. Não estava consolidado no pensamento diplomático e estratégico brasileiro considerar real a ameaça paraguaia de contra-intervenção no Uruguai caso o Império seguisse com sua política de deposição do regime *blanco* de Aguirre.

Formavam-se dois eixos: Rio de Janeiro-Buenos Aires e Assunção-Montevideú com posições antagônicas concernentes a questões fronteiriças, navegação dos rios, liberdade de comércio e, principalmente, ligados a um dos lados em guerra civil no Uruguai com acordos defensivos em compromisso. Os encargos das alianças firmadas entre brasileiros e argentinos com os colorados e dos paraguaios com os *blancos* os levariam a uma posição de confronto cada vez mais virulenta.

⁵⁹ A atuação diplomática de José Antônio Saraiva ocorreu em um momento de elevação de tensões no Uruguai e de ameaças paraguaias de intervenção nesse país. Ficou conhecida como Missão Saraiva sua tentativa de evitar uma guerra no Estado Oriental.

⁶⁰ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relatório. 1863. p.12.

As negociações eram tensas, pois Aguirre tinha que prestar contas internas à ala mais radical dos *blancos*. Após vários avanços e retrocessos a paciência do Gabinete liberal presidido por Zacarias de Gois e Vasconcelos foi esgotada e, finalmente, Saraiva entregou um *ultimatum* ao governo de Montevidéu em agosto de 1864. Apesar do gesto extremo o governo imperial esperava um recuo dos uruguaios *blancos*. Contudo, a percepção uruguaia acerca do Império brasileiro também era alimentada por ameaças conforme relatam historiadores uruguaios.

El Imperio Portugués, radicado en América durante la oleada napoleónica, postergado por los grandes de Viena, intentó convertirse en el gran Estado de América del Sur. Razones de índole económica, estratégica y política lo impulsaron tras el sueño secular del Plata como límite natural de sus dominios, procurando a la extirpar el peligro contagioso del artiguismo (ELOY et al. 1970, p.21).

O ambiente era de desconfianças mútuas. Em setembro de 1864 Saraiva foi substituído por Paranhos que se dirigiu do Rio de Janeiro para Montevidéu. No intervalo dessa viagem a Marinha de Guerra brasileira, que bloqueava o porto de Montevidéu, assumiu o controle da Missão na pessoa do Almirante Tamandaré, um homem pouco inclinado às tratativas diplomáticas e mais simpático ao uso do poder militar para resolver contendas. Durante dias os habitantes da capital uruguaia temiam um bombardeio da cidade. Esse temor somente cessou quando Paranhos chegou a cidade e conseguiu, por fim, um novo acordo.

Não tardou Paranhos em promover um entendimento na base de três pontos: governo provisório presidido por Flores; eleições futuras; e reconhecimento das reclamações brasileiras. Essa foi a essência da Convenção de Paz de 20 de fevereiro de 1865, que evitou a possível destruição de Montevidéu (GOES FILHO, 2013, p.74).

O governo uruguaio ignorou os alertas brasileiros e as tensões políticas foram agravadas com a posição hostil expressa nesse documento do governo de Montevidéu.

Repetindo-se todos os dias, com caracteres de maior gravidade, os atos atentatórios da marinha imperial do Brasil contra o pavilhão nacional, e até que sejam dadas à República as reparações que exige sua honra ultrajada pelos atos de injustificada hostilidade que, sem preencher os requisitos estabelecidos pelo direito das gentes, tem sido perpetrados em nome do governo do Império, criando uma situação de guerra que torna agravante a permanência no território da República do escudo das armas e da bandeira sob cuja sombra se tem cometido aqueles atentados⁶¹.

O convênio proposto por Paranhos parecia uma boa solução, mas não tardou para o curso dos eventos seguir para caminhos mais belicosos entre os eixos do Rio de Janeiro-Buenos Aires e Assunção-Montevidéu. Nos próximos tópicos apontarei esses caminhos em direção ao conflito que não findaram no campo diplomático. Utilizarei conceitos teóricos do realismo político para investigar as causas da Guerra do Paraguai.

4.2 Níveis de Análise e as Causas da Guerra do Paraguai

Conforme foi destacado no capítulo sobre o realismo político, a guerra sempre foi um fenômeno central nos estudos da história e nas relações internacionais de modo geral. Tucídides, no século V a.C, comentava que a guerra estava ligada diretamente ao receio inerente nas mentes humanas em relação ao desconhecimento acerca das intenções dos outros e os danos que poderiam sofrer. A Guerra do Peloponeso foi uma disputa hegemônica entre Atenas e Esparta que nas palavras de Tucídides aconteceu por conta das percepções de ameaças. “O que tornou a guerra inevitável foi o crescimento do poder ateniense e o receio que isso causou em Esparta” (TUCÍDIDES, 1986, p.36).

⁶¹ URUGUAI. Resolução do governo Oriental, de 3 de setembro de 1864. Apud, GOLIN, 2004, vol II, p.284

Com essa análise Tucídides inaugura o moderno conceito de “dilema de segurança”.⁶² Um fenômeno presente em um ambiente internacional anárquico onde os Estados desconfiam dos outros quando há uma elevação no poder nacional, mesmo que formalmente orientada para a defesa. O “dilema de segurança” gera um “círculo vicioso” de competição e percepções de ameaças.

Em 1959, Kenneth Waltz, eminente professor de política internacional nos EUA, lançou o livro *Man, The State and War* (O Homem, o Estado e a Guerra) que se tornou uma das maiores referências sobre as causas da guerra. Waltz argumentava que as explicações sobre as causas da guerra podiam ser encaixadas como a primeira imagem⁶³, a imagem do indivíduo, a segunda imagem, a imagem do Estado, e a terceira imagem, a anarquia internacional ou simplesmente o sistema internacional causando a guerra por sua ausência de ordem superior aos Estados (WALTZ, 2001).

Filósofos Políticos como Thomas Hobbes e teorizadores das Relações Internacionais como Hans Morgenthau, segundo Waltz, elaboram suas teorias sobre a guerra considerando a primeira imagem, ou seja, com um foco na natureza humana egoísta e competitiva gerando a guerra. Filósofos como Immanuel Kant e Woodrow Wilson advogam que é a natureza do Estado, segunda imagem, que melhor explica o fenômeno da guerra. Por exemplo, se o Estado é uma democracia ou ditadura. Kant argumentava que as Repúblicas favoreceriam o estabelecimento de uma “paz perpétua”. A moderna teoria da paz democrática, por exemplo, defende a ideia democracias não atacam outras democracias.

Por fim, Waltz recorda que filósofos como Jean-Jaques Rousseau e John Herz buscam na terceira imagem as causas da guerra.

⁶² Conceito apresentado no capítulo I. Apenas recordando, é fundamental nos estudos estratégicos e teoria de relações internacionais para analisar as causas da guerra. John Herz, em um artigo publicado em 1950 define o dilema como “uma situação na qual o Estado A investe em sua segurança e o Estado B, sem ter plena certeza das intenções do Estado A, também eleva seu poder para se defender”. (HERZ: 1950)

⁶³ Waltz usa o termo “imagem” para designar o nível de análise.

Dessa forma, o bom selvagem de Rousseau torna-se competitivo e agressivo quando se insere na sociedade, e o dilema de segurança de John Herz só se deve à existência da chamada anarquia internacional. (MESSARI & NOGUEIRA: 2005, p.38)

Para compreender a irrupção do maior conflito da América do Sul é necessário analisar os fenômenos que estiveram presentes em cada uma dessas imagens ou níveis de análise para não correr o risco de simplificar as causas da guerra ou sobrevalorizar uma delas. Além disso, buscar-se-á uma explicação mais ampla dos fatos mais importantes relacionados às percepções de ameaças entre brasileiros, paraguaios, argentinos e uruguaios antes das hostilidades começarem.

4.2.1 Primeiro Nível de Análise: a personalidade de Solano López.

Historiadores como Francisco Doratioto (2002), Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002) e Boris Fausto (2005) recordam que seria difícil imaginar que uma aliança político-militar poderia ser formalizada entre Brasil e Argentina. Isso decorre da doutrina estratégica brasileira na década de 1850 que enxergava a Argentina unida, formando uma grande República, como um perigo a sua posição hegemônica no continente (CERVO, 2002).

Somente com a derrota de Rosas e a chegada de Bartolomeu Mitre ao poder na Argentina em 1862 é que a política exterior do Império passou a considerar uma aliança entre os liberais unitaristas na Argentina comandados por Mitre e os colorados uruguaios representados por Venâncio Flores. No primeiro nível de análise há variáveis importantes para compreender a escalada de tensões no Cone Sul até o início das hostilidades contra os paraguaios em 1864.

As relações do Império com Carlos Antônio López não eram conflituosas ao nível de se evitar um *modus vivendi* entre os dois países. Carlos López buscava abrir o comércio paraguaio, modernizar o país com a ajuda de técnicos estrangeiros e estabelecer acordos com o Brasil. As ideias liberais pareciam agradar o mandatário paraguaio e isso era bem visto pelo Brasil. Os problemas começam com a morte de Carlos López e a ascensão de Solano López, seu filho, ao poder

em 1862. A personalidade de Solano López ajuda a compreender o endurecimento das relações entre o Rio de Janeiro e Assunção. O novo presidente paraguaio tinha ambições de construir um Império sul-americano e logo a diplomacia brasileira percebeu as diferenças em relação à postura mais liberal de seu pai (BETHEL, 2004, p.633)

A política exterior de López passou a buscar seu *Lebensraum* mirando as províncias de Entre Rios e Corrientes na Argentina e o Mato Grosso no Brasil.⁶⁴ O discurso político passou a ser ultranacionalista com demonstrações públicas de hostilidade em relação aos vizinhos, especialmente o Brasil (DORATIOTO, 2002).

O fato de o ditador paraguaio controlar com mão-de-ferro a imprensa e cercear as informações gerava um ambiente propício ao nacionalismo extremado que é justificado por uma exaltação do passado da nação e uma sensação de injustiça em relação à situação presente. A busca de um inimigo externo, portanto, torna-se um pilar essencial para a manutenção das ambições de López e seu projeto de potência (VAN EVERA, 1994, p.260-261).

O historiador James Saeger (2007, p.98), que se dedicou a estudar a biografia do líder paraguaio, também destacava seu ímpeto controlador e centralizador do Estado em suas mãos.

Tal como seu pai e outros caudilhos hispano-americanos, López acreditava que ele personificava a vontade do povo. Ele podia intuir o desejo deles sem consultá-los. [...] ele [López] foi elevado a “suprema majestade da república”.

Do mesmo modo, as interpretações de López acerca da honra e dignidade pessoais se confundiam com a nação inteira. De fato, não era possível separar categoricamente o destino ou a glória da Nação da interpretação pessoal de Solano López acerca desses conceitos. “Sua estratégia nacional, diferente da estratégia militar, era a glorificação pessoal. Ele evidentemente esperava que uma guerra

⁶⁴ E também o “Gran Paraguay”, análogo ao conceito de espaço vital. Vide os mapas 1 e 2.

rápida pudesse trazer honra a ele e a sua nação no campo de batalha” (SAEGER, 2007, p.113).

O importante nessa descrição sobre as causas da Guerra do Paraguai é entender, enquanto primeiro nível de análise nos termos de Waltz, que as motivações e compreensões de López de conceitos como honra pessoal, humilhação, glória, grandeza e destino histórico do Paraguai não eram temas de debates públicos, mas tão somente de uma definição pessoal importa por López aos seus comandados. É bastante claro que isso gerou tensões com os países vizinhos e representou percepções de ameaças. À guisa de exemplificação sobre o potencial dessa representação de ameaças proferida publicamente por López note-se o que ele escreveu no jornal *El Semanario*: “A paz é incompatível com nossa honra, com nossa dignidade e com nossos interesses”.⁶⁵

Doratioto (2002, p. 61) cita a agressividade presente nos discursos que expunha as crenças nacionalistas do ditador paraguaio: “[López] alardeava essa hostilidade e fazia discursos violentos contra a política brasileira em manifestações organizadas pela polícia, nas quais a população era convocada a comparecer.” (DORATIOTO, 2002, p.61) e continuava:

Inexistia um intercâmbio de ideias com o exterior e se desconheciam partidos políticos. O autoritarismo não só anestesiou a sociedade paraguaia, alijada de uma participação mais ativa nos destinos do país, como também cegou o próprio Solano López: sua excessiva autoconfiança levou-o ao voluntarismo, a superestimar o poder nacional paraguaio e a fazer uma análise equivocada da correlação de forças militares e políticas no Prata (DORATIOTO: 2002, p. 71).

Havia um espírito guerreiro paraguaio alimentado por essa crença de superioridade. Percebe-se que não havia uma noção de nação paraguaia sem a figura do líder. "Solano López es caracterizado como el guía irremplazable del pueblo paraguayo, no sólo en la táctica militar, sino también en lo moral y espiritual" (JOHANSSON, 2012, p.11). A imprensa guarani refletia essas ideias e reforçava a imagem de Solano López como imprescindível.

⁶⁵ El Semanario. 26 Nov. de 1864.

Pedir que el Gran libertador abdique la Presidencia de la República, y se proscriba á Europa, es decirle al pueblo que maldiga sus sacrificios, al ejército que sepulte sus laureles y á la Nación que incline sus orgullosa frente. ¿Qué hará el pueblo sin el Mariscal López? ¿Qué haría el Ejército Paraguayo sin el Capitan que lo ha conducido triunfante en las borrascas? ¿Qué haría la Nación sin su ilustre Magistrado? [...] el Paraguay sin el Mariscal López, sería la presa del Brasil [...] Sería un cuerpo sin cabeza, por eso el pueblo ha resuelto correr con su querido Presidente la misma suerte que Dios le depare.⁶⁶

Certamente as explicações no primeiro nível de análise ajudam a compreender as precipitações de López como o momento errado de iniciar o conflito e se equivocar na formação de alianças com os *blancos* uruguaios que, no fim, não os ajudaram efetivamente. No fim, as interpretações acerca das ameaças percebidas e sobre os padrões de inimizade regionais estavam centralizadas no presidente paraguaio.

4.2.2 Segundo Nível de Análise: O Estado Paraguaio

No segundo nível as considerações sobre a configuração política do Estado-Nação explicam o comportamento agressivo na política externa e a recorrência da guerra. Sob o comando de Solano López o Paraguai se tornou, praticamente, uma autocracia caracterizada por um discurso ofensivo aos vizinhos e de culto a personalidade do líder.

No Brasil, embora fosse um Império em termos formais, havia uma corrente positivista pró-República e um Senado com visões políticas liberais e conservadoras que possibilitavam um debate político. A situação e estrutura política do Império eram bastante diferentes do Paraguai, por exemplo, em razão da característica menos homogênea de sua população e pela grandeza de seu território.

⁶⁶ El Centinela, Assunção, 19 de dezembro de 1867, 1-2

Quando se fala em patriotismo está se exaltando um pensamento da elite política do país tomando a invasão estrangeira como uma afronta à honra nacional. Foi uma oportunidade para "o governo invocar o patriotismo dos habitantes do Império" (IZECKSOHN, 2002, p.149). A coesão social mantida pelo amor e pelo medo no Paraguai era diminuta no Brasil imperial, uma construção incipiente, apesar dos esforços do governo em incutir em seus habitantes o valor nacionalista por meio do hino à bandeira e dos símbolos pátrios⁶⁷.

Dentro dessa elite nacional a própria condução da guerra não era objeto de concordância. Era impensável, por exemplo, imaginar em solo paraguaio a liberdade de criticar o governo e suas tentativas de elevar o espírito patriótico na população como fez Benjamin Constant:

Mas não há entusiasmo por mais intenso, patriotismo por mais puro e veemente que não arrefeçam de todo frente à inação, a inépcia de nossos governantes. Os nossos generais, o nosso governo cruzam os braços em frente as graves dificuldades em que se acha o país (CONSTANT apud IZECKSOHN, 2002, p.140).

Com relação à Argentina, também havia diferenças importantes em relação a sua estrutura política comparada à paraguaia. O Congresso argentino representava a estratificação social do país nem sempre amigável ao executivo, mesmo que bastante fragmentado e havia uma imprensa relativamente independente do governo que também o criticava. Mitre, inclusive, foi o criador do famoso diário *La Nación*. A liberdade de imprensa no Brasil e na Argentina incomodava Solano López que enxergava as críticas e zombarias que faziam a ele como sinônimo de anarquia e falta de comando do governo. (LUNA, 2004). Quando os unitaristas venceram o conflito interno na Argentina a vertente mais liberal chegou ao poder em Buenos Aires. O comandante da nação argentina, Mitre, nas palavras de Bueno (2002, p.120) considerava “seu aliado natural o Brasil, cuja ideologia política se alinhava por inteiro”.

⁶⁷ Ver José Murilo de Carvalho, "Bandeira e Hino": O Peso da Tradição", In: A Formação das Almas, pp.109-128.

Nesse contexto de liberais no comando no Brasil e Argentina, os dois sistemas políticos passam a desconsiderar as tradicionais rivalidades geopolíticas e a identificar os sistemas políticos paraguaio e uruguaio, sob o comando do presidente Bernardo Berro desde 1861, um *Blanco*, como os potenciais rivais. Abriu-se o caminho para a Tríplice Aliança. (CERVO: 2002, p.121)

Ainda inserido na análise da estrutura estatal paraguaia estava o fato de o país carecer de um serviço diplomático eficaz, nas palavras de Doratioto:

“Requisito essencial para reduzir as margens de erro ao montar uma estratégia de ação no Prata. (...) também contribuiu para os equívocos o fato de inexistir no Paraguai, em decorrência de seu sistema político totalitário, um processo de decisão em que várias instâncias avaliassem os diferentes aspectos do contexto platino. Isso impediu uma análise mais realista de qual seria a possibilidade de vitória militar paraguaia sobre o Brasil e a relação custo/benefício desse conflito” (DORATIOTO, 2002, p. 70-71).

Em contraste, o Brasil possuía uma diplomacia experiente com presença ativa nas potências europeias. A diplomacia imperial, com a atuação de José Silva Paranhos, posteriormente Barão de Rio Branco, contribuiu para dirimir as diferenças entre argentinos e uruguaios com o Império e isso aproximou os países de uma aliança.

Além disso, com uma diplomacia mais pró-ativa o Império conseguiu ampliar seu apoio político na Europa para intervir militarmente no Uruguai e também para comprovar a agressão Paraguai e a legítima defesa na ação militar brasileira (BUENO, 2003).

A variável “sistema político” no segundo nível de análise indica, portanto, que regimes fechados com características ditatoriais tendem a ser mais agressivos em sua política externa e, em decorrência disso, criar maiores percepções de ameaças nas nações vizinhas. A estrutura política na qual era organizada a nação paraguaia continha vários elementos que corroboram essa tese.

O poder era absoluto. O Supremo Ditador tinha em suas mãos o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. As Forças Armadas foram utilizadas, sendo diretamente comandadas pelo governante paraguaio. Uma de suas características era a

Meritocracia, uma vez que os soldados eram promovidos por mérito, e um Exército fortemente plebeu, algo impensável no Exército Argentino e, principalmente, no Imperial (MONTEIRO, 2010, p.29).

Não havia um sistema de freios e contrapesos e, muito menos, uma fiscalização do poder executivo por parte da imprensa. O sistema político paraguaio foi construído por meio da consolidação do controle da família López. Solano López com sua “força determinou o domínio absoluto do poder político e militar. Ele controlava o exército e o exército monitorava o congresso” (SAEGER, 2007, p.95).

Todas as instituições paraguaias eram severamente vigiadas por um grande sistema de espionagem criado desde a era Francia. Os padres tinham que violar o segredo do confessionário em prol do governo e muitos foram presos por discordarem dessa nacionalização da Igreja. López “acreditava que a tortura era um método eficaz para desmascarar motins e conspirações” (MAÍZ, 1926, p.27). Manter o poder total em suas mãos não era um segredo de López, era uma realidade cotidiana.

Assegurar a presidência era uma formalidade importante, mas López mantinha o controle em todas as demais esferas de poder paraguaio. López escolheu somente seus seguidores leais para o Congresso em 1862. Esses congressistas fantoches o ratificaram como presidente após a morte de seu pai. Desta forma, havia uma aparência de legalidade em um processo que era, de fato, de força bruta (SEAGER, 2007, p. 98).

O controle midiático era total. Com uma imprensa subserviente aos seus interesses López poderia governar sem o receio de oposições domésticas relevantes. “Todos artigos nos jornais eram submetidos à análise de López antes da impressão” (MASTERMAN, 1890, p.115). O historiador brasileiro Roderick Barman recorda em seu estudo sobre Pedro II diferenças importantes entre a estrutura política do Império do Brasil e o Paraguai de López.

O monarca brasileiro governava o país, mas ele não era um monarca absoluto. Ele governava com a cooperação e apoio dos

políticos e representava também interesses socioeconômicos dominantes (BARMAN, 1999, p.206) .

Outro diferencial importante foi destacado por Whigham (2002, p.63).

O Brasil tinha começado a funcionar como uma “nação” de elites, o imperador incluso, que compartilhava uma visão estreita da identidade nacional. Isso proporcionava uma base precária para um nacionalismo, que precisaria de um apelo a todas as classes e regiões.

Certamente o Paraguai, um país muito menor e controlado com mão de ferro por López detinha um nacionalismo muito maior e agressivo uma vez que a crítica ao presidente e a sua política externa era inexistentes. Ao contrário do Brasil, Argentina e Uruguai, nações onde a acomodação política não havia atingido um nível estável e os governos eram criticados pela imprensa e até derrubados política ou militarmente. Já no Paraguai, a militarização excessiva e a escalada de tensões geradas desde Assunção não poderiam ser contidas institucionalmente na política doméstica do Paraguai.

4.2.3 Terceiro Nível de Análise: A Balança de Poder Regional

Nesse nível de análise o sistema internacional, ou regional conforme a dinâmica das interações entre os Estados contribui fortemente para a explicação sobre as causas da Guerra. O principal conceito é a “balança de poder”. Aqui também no sentido regional, pois as interações diplomáticas, militares, políticas e econômicas entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai formavam uma espécie de complexo regional de segurança do Cone Sul no final do século XIX.⁶⁸

⁶⁸ Barry Buzan e Ole Weaver se destacam nos estudos de Segurança Internacional com a chamada Escola de Copenhage. Definem um Complexo de Segurança Regional como “um conjunto de unidades políticas cujos processos políticos de definição de segurança são tão interligados que não podem ser definidos ou solucionados sem considerar os interesses dos demais.” (BUZAN: 2003. p. 491)

Obviamente, isso não significa excluir a presença de interesses e atuações diplomáticas da Inglaterra no Cone Sul e região do Prata. Mas vale ressaltar que um dos objetivos da tese é demonstrar que a Inglaterra teve um papel bastante reduzido tanto na decisão de fazer a guerra por parte dos paraguaios tanto nos rumos posteriores do conflito (CERVO, 2002). Em outras palavras, a balança de poder no Cone Sul operava de forma relativamente autônoma.

James Dougherty (2001, p. 55) recorda que, entre as funções da balança de poder, estão:

- 1) evitar o estabelecimento de uma hegemonia universal ou regional;
- 2) de preservar os elementos constitutivos do sistema e o próprio sistema;
- 3) garantir a estabilidade do sistema;
- 4) confrontar o Estado agressor com alianças que contrabalançam o poder desse agressor.

Hans Morgenthau, expoente da teoria realista das Relações Internacionais, também inclui o padrão de formação de alianças na lógica da balança de poder. De acordo com Morgenthau:

As alianças e contra-alianças, uma perseguindo objetivos imperialistas e a outra defendendo as independências de seus membros das aspirações imperialistas da outra coalizão formam o padrão mais freqüente de sistema de balança de poder” (MORGENTHAU, 1993, p. 204).

No Brasil a interpretação do equilíbrio de poder regional tinha foco na Argentina antes da chegada de Mitre no poder. Uma Argentina unida e com interesses políticos opostos aos do Império representaria um perigo a hegemonia brasileira regional. Algumas questões ainda estavam pendentes com a Argentina no período de Rosas: A garantia da independência do Uruguai; a livre navegação e reconhecimento dos limites sulinos com base no *uti possidetis* da época. (CERVO, 2002, p. 109).

Com a retirada dos franceses e ingleses da Argentina na sua tentativa de impor um governo amigável aos seus interesses, Rosas se sentiu fortalecido. A percepção do Império era que Rosas aproveitaria o momento de sua vitória para expandir seus

domínios. Por essa razão, a diplomacia imperial foi acionada, inclusive com a atuação direta do imperador Pedro II, que, finalmente, formalizou alianças com Carlos López no Paraguai e depois com os governos de Montevideú, Corrientes e Entre Rios. A finalidade dessa aliança era dupla, eliminar o governo *blanco* de Oribe no Uruguai, apoiado por Rosas, e depois eliminar o próprio Rosas, visto como fonte maior de ameaça a hegemonia brasileira. (CERVO & BUENO: 2002, p. 114).

Com a derrota de Rosas em 1852 o Brasil ascende como *hegemon* em uma posição que só voltará a ser ameaçada novamente com a política externa agressiva de Solano López. Como exposto anteriormente, Solano López detinha uma visão política peculiar das relações internacionais no Cone Sul bastante distinta daquela exposta por seu pai. O projeto de poder de López era tornar o Paraguai uma potência regional rivalizando com o Brasil. Morgenthau (1993, p.66) chama os Estados com esse perfil de “revisonistas”, isto é, aqueles que buscam mudar a distribuição de poder atual a seu favor.

Do outro lado, no nível regional o Brasil buscava manter sua posição hegemônica em uma política de *status quo*, ou seja, “uma política que visa manter o poder atual e a manutenção da distribuição de poder como ela é em um determinado momento da história” (MORGENTHAU, 1993, p. 54).

Dentro dessa configuração de alianças e balança de poder no Cone Sul foi possível verificar as intenções de Solano López advindas desse cálculo político. O historiador Amado Cervo (2001, p. 118) corrobora esse posicionamento revisionista do Paraguai de Solano López ao afirmar que:

Francisco Solano López, mais que seu pai, estava determinado a marcar presença efetiva no rumo dos acontecimentos regionais, construindo, em conformidade com o pensamento *blanco* uruguaio, a teoria do “equilíbrio dos Estados”. Significava, na prática, a intenção de preservar os pequenos, Uruguai e Paraguai, das intervenções imperialistas dos grandes, Brasil e Argentina. Significava, em teoria, a possibilidade de se construir um terceiro Estado, de dimensão e potência similar aos dois grandes, reunindo Paraguai, Uruguai, Corrientes e Entre-Rios e, quiçá, as missões rio-grandenses.

Percebe-se claramente a divergência estratégica entre os principais atores regionais acerca da balança de poder. O ambiente anárquico internacional gera a necessidade dos Estados calcularem quanto perdem ou ganham em ações estratégicas relacionadas aos vizinhos, potenciais rivais. O Brasil buscava manter sua posição regional enquanto o Paraguai buscava alterar a sua, mas só poderia fazer isso através da guerra com o Brasil para adquirir mais território, poder e prestígio.

Esse foi o caminho escolhido por Solano López. E cabe ressaltar os erros estratégicos e de percepção cometidos por ambos os lados. A diplomacia brasileira por subvalorizar a ameaça paraguaia, considerando-os obsoletos e fracos, mesmo com as informações disponíveis de elevação do poder militar paraguaio desde a época de Carlos López, que sabia que mais cedo ou mais tarde o Brasil e a Argentina iriam se entender a poderiam ser uma ameaça ao Paraguai. Doratioto (2002, p. 35) cita o Barão de Rio Branco que dizia que “Carlos Lopes nunca teve um vista a guerra ofensiva, preparando-se sempre para a defensiva”.

Isso mudou com Solano López que declaradamente se preparava para uma guerra ofensiva. A diplomacia brasileira falhou repetidas vezes em atentar para o perigo paraguaio: “os relatórios dos agentes diplomáticos brasileiros em Assunção minimizavam a capacidade militar Paraguaia e as intenções agressivas de Solano López” (DORATIOTO, 2002, p. 60). E do mesmo modo os paraguaios subvalorizaram o potencial de mobilização nacional brasileiro para a guerra através de seus relatórios feitos por informantes do governo: “O Brasil não reuniria mais do que 15 mil homens e sua Guarda Nacional, tida como força de reservas ‘não vale nada” (DORATIOTO, 2002, p.70). Por fim, é surpreendente a ausência de análise sobre as capacidades militares paraguaias nos relatórios brasileiros do Ministério da Guerra e dos Negócios Estrangeiros antes de 1864.

4.3 A Escalada das Tensões: Percepções de Ameaças.

As causas da Guerra do Paraguai estão intimamente ligadas às percepções de ameaças formadas em um ambiente regional onde as instituições mediadoras ou promotoras de cooperação eram ausentes. O jogo diplomático entre as principais nações no Prata sempre atuava na antessala da guerra e visando a manter possíveis escaladas das tensões em níveis aceitáveis.

Nesse tópico utilizarei as variáveis explicativas do realismo político para compreender a formação de ameaças entre os contendores da Guerra do Paraguai. Notadamente, as variáveis Poder Agregado; Proximidade Geográfica⁶⁹, Capacidades Ofensivas e Intenções Agressivas explicadas por Stephen Walt (1987) em seu estudo sobre a formação de alianças entre os Estados. Walt estuda a formação das ameaças e a forma pela qual elas são consideradas no cálculo político, desta forma, também é uma análise sobre as causas da guerra.

Walt sugere que não são só elementos de poder nacional podem ocasionar conflitos, mas, principalmente, as percepções de ameaças. Em outras palavras Walt advoga que os Estados aliam-se para equilibrar as ameaças e não somente o poder sozinho. “Embora a distribuição de poder seja muito importante, o nível da ameaça também é afetado por proximidade geográfica, capacidades ofensivas e intenções percebidas” (WALT, 1987, p.5).

Na teoria da balança de ameaças (ou equilíbrio de ameaças) os desequilíbrios de ameaças podem gerar uma aliança contra o Estado mais ameaçador. Por desequilíbrio de ameaças Walt define se trata de uma percepção. E essa percepção de ameaças é função de um cálculo que inclui o poder agregado, a proximidade geográfica, a capacidade ofensiva e a intenção agressiva de um possível oponente (WALT, 1987).

A Guerra do Paraguai é um estudo de caso importante para uma avaliação da formação de ameaças e das alianças decorrentes dessas percepções políticas das ameaças exteriores. As ações políticas e estratégicas, os discursos oficiais e a

⁶⁹ A ser tratado no próximo tópico separadamente como “A Importância da Geopolítica”.

formação das alianças no período que antecedeu o conflito deixam clara a elevação das tensões, analisadas aqui, dentro de cada variável da teoria da balança de ameaças.

4.3.1 Poder Agregado

Em fevereiro de 1855 uma guarnição de marinheiros paraguaios do Forte Itapirú abriu fogo contra o barco norte-americano desarmado *Water Witch* matando um de seus marinheiros. Os paraguaios argumentaram que o barco havia violado a soberania paraguaia no Rio Paraguai. Os tiros sem aviso prévio geraram uma crise diplomática entre o Paraguai e os EUA. O presidente Franklin Pierce chegou a ameaçar enviar uma força naval para retaliação (CHAVES, 1968).

Solano López recuou diante da ameaça e fez um pedido formal de desculpas à família do marinheiro. No entanto, o pedido de desculpas forçado foi visto como uma humilhação. O episódio *Water Witch* convenceu López que sua nação era vulnerável e que deveria se tornar poderosa e dissuadir ações desse tipo. Na interpretação de López tornar a nação mais poderosa só era um objetivo alcançável por meio de vitórias militares.

O poder agregado paraguaio tornar-se-ia uma ameaça considerável aos seus vizinhos em menos de dez anos depois desse imbróglio. Walt (1987) inclui no estudo do poder agregado enquanto formador de ameaças o poder demográfico (tamanho da população); capacidade industrial e militar; e o progresso tecnológico. Em resumo, o potencial que esses fatores combinados podem gerar na percepção de ameaças das nações rivais.

O caso do Paraguai contém uma miríade de progressos nesse campo. Após a vitória da coalizão anti-Rosas na Argentina, que só foi possível com o apoio financeiro e militar brasileiro, uma nova era abriu-se ao Paraguai. Em 1853, com uma nova constituição guardando os princípios liberais de comércio, José Justo Urquiza, o novo presidente da Confederação Argentina, permite à Assunção comerciar livremente com o mundo ao abrir o sistema Paraná-Paraguai de navegação fluvial.

A única entrada para os produtos necessários à sobrevivência econômica do Paraguai provinha desses rios. Os líderes paraguaios, Carlos López e seu filho, Solano López, aproveitaram o momento histórico para elevar o progresso material do país. Em um primeiro momento o comércio internacional foi posto como essencial ao fortalecimento da nação. As receitas provenientes do mercado de erva mate, tabaco, madeira e couro passaram a servir diretamente ao projeto de potência paraguaio.

Havia na década de 1850 uma verdadeira política de prestígio que foi incrementada por Solano López a partir de 1862. Hans Morgenthau (1993, p.84) explica a política de prestígio como um fator pouco reconhecido na política internacional em razão da preocupação majoritária com o poder material. Contudo, o poder material serve aos interesses definidos em uma política de prestígio voltada ao fortalecimento da nação, ou seja, o poder agregado. “Em contraste com a aquisição ou manutenção do poder, o poder militar é raramente um fim em si mesmo. A política de prestígio instrumentaliza o *status quo* ou o imperialismo”.

Em outras palavras, nações em esforços hercúleos de elevação do prestígio nacional precisam alavancar seus objetivos político-estratégicos, sejam eles de manter o poder existente ou o de modificar o *status quo* ao seu favor na região. No caso paraguaio ficará evidente que o segundo objetivo era perseguido. O prestígio paraguaio buscado pelos López era a imagem refletida no espelho que eles desejavam construir. Morgenthau também recorda que a política de prestígio é, tradicionalmente, operacionalizada pelo cerimonial diplomático e pela demonstração de poder militar. Novamente, no caso paraguaio, a atenção foi dada às forças armadas.

O problema geopolítico e estratégico em questão na política de prestígio paraguaia era justamente o potencial ameaçador que ela refletia para os vizinhos. Com Solano López a nação foi efetivamente militarizada. “O filho se preocupava mais com o prestígio da nação e com sua própria reputação que o arguto pai [Carlos López]” (SEAGER, 2007, p.60). A perspicácia de Carlos López o impedia de realizar manobras políticas que provocassem diretamente seus vizinhos

brasileiros e argentinos. No entanto, o tempo que se abria à López era outro e ele não se preocupou com a percepção dos vizinhos acerca do projeto de potencia da nação paraguaia.

Em 1861 outro evento elevaria a sensação de vulnerabilidade paraguaia e faria Solano López incrementar o projeto de potência paraguaio com a intenção de minorar as fraquezas de sua pátria. James Canstatt, um cidadão britânico, foi preso em Assunção e suas razões até hoje não são claras. O governo britânico protestou por meio de seu diplomata residente Edward Thorton pedindo sua liberação. Com a recusa dos paraguaios, Londres autoriza a apreensão do navio paraguaio *Tacuarí* que fundeava em Buenos Aires. Os López foram obrigados a liberar o cidadão britânico para ter seu navio de volta.⁷⁰

Solano López serviu como emissário de seu pai no exterior com o objetivo de assinar contratos para a compra de armamentos e fornecimento de técnicos para a modernização do país.

A modernização da tecnologia militar era a preocupação central de Solano López. Armas modernas poderiam aumentar a segurança de uma nação pequena com vizinhos pouco amistosos. [...] López recrutou marinheiros britânicos para treinar os paraguaios a operar navios de frota fluvial. Ele também contratou engenheiros navais que ensinariam os paraguaios a construir navios modernos (SAEGER, 2007, p.62).

Estima-se que Carlos e Francisco Solano López levaram mais de 250 técnicos estrangeiros ao país. O projeto de fortalecimento do poderio nacional havia sido bem encaminhado desde a abertura da navegação dos rios Paraná e Paraguai em 1853. “Os especialistas e técnicos ajudariam a construir uma ferrovia, um arsenal e orientar a modernização da Marinha e do Exército” (PLÁ, 1984, p. 25).

⁷⁰ Os detalhes estão relatados do Parliament Papers N°71 (Cartas do Parlamento Britânico) de 1861 onde se nota que a Inglaterra não poderia apoiar o Paraguai em um conflito com seus vizinhos. Nota-se justamente o contrário, um relacionamento difícil e conflituoso entre Assunção e Londres nesse momento que antecede a guerra.

Também foi instaurado um regime de alistamento obrigatório e o governo criou um grande centro de treinamento militar em Cerro León “onde cerca de trinta mil homens entre 16 e 50 anos eram alistados”⁷¹. A sensação de vulnerabilidade contribuiu para explicar a elevação do poderio paraguaio levado a cabo pela família López. Com a aproximação dos governos liberais no Rio de Janeiro e em Buenos Aires após Rosas sair de cena essa sensação recrudesciu. Para López “os brasileiros eram inferiores por sua miscigenação [...] os paraguaios desprezavam e temiam o Brasil. [...] Francisco também desconfiava dos portenhos” (BRAY, 1996, p.106).

Com tão forte apego ao galardão pátrio era de se esperar que o momento histórico estimulasse um incremento nas percepções de ameaças. A sensação de vulnerabilidade estratégica paraguaia era notória, ainda que sem ameaças imediatas ao seu território perpetradas por parte do Brasil ou Argentina. Já no início do governo de Solano López o país se encontrava fortemente mobilizado em termos de efetivos militares. Esse fato não deixou de ser um equívoco, uma vez que causou danos à economia nacional não ter mão de obra suficiente. A maior parte da população economicamente ativa do país encontrava-se no serviço militar.

O potencial bélico paraguaio crescia enquanto brasileiros e argentinos se preocupavam com a Guerra Civil no Uruguai. A contratação de técnicos europeus inaugurou uma nova era para os estaleiros paraguaios. A tentativa de López era equilibrar poder com a maior potência naval da região, o Império do Brasil. Em meados de 1864 “ele também havia adquirido navios de guerra no exterior, incluindo o *Pulaski*, *Cavour* e o *Ranger*” (PLÁ, 1984, p.129).

Para concluir seu esforço de mobilização nacional o governo paraguaio galgou chegar ao ápice do nacionalismo com a chegada de López ao poder. Os autores realistas destacam a coesão social como um elemento intangível de poder nacional e no caso do Paraguai não havia dissensões domésticas. Com as instituições políticas, a Igreja e as Forças Armadas dominadas pela família López, o ministro

⁷¹ José Berges para Lorenzo Torres. Assunção. 6 de Março de 1864. *Archivo Nacional de Asunción*.

da guerra e da Marinha era o irmão de Solano, Venâncio López, a homogeneidade ideológica, por animadversão, temor e admiração, garantiam um sistema nacionalista coeso rumo aos objetivos traçados pelo líder pátrio.

Esse aspecto representava uma fraqueza brasileira diante da ameaça paraguaia. De fato, não havia um forte sentimento patriótico brasileiro, tampouco uma coesão social suficiente para uma rápida mobilização. Thomas Whigham (2002, 171), ao estudar a coesão social brasileira no período que antecedeu a guerra, conclui que “os oficiais da Guarda Nacional estavam desconectados à realidade da maioria da população. [...] Havia apenas um fraco sentido de lealdade entre os grupos. A coesão social, que vem de uma identidade compartilhada, só veio depois”.

A situação Argentina era ainda pior, pois o país ainda estava dividido entre Buenos Aires e as províncias do interior. A ideia de nacionalidade argentina praticamente inexistia. Também haveria de ser a Guerra do Paraguai que fortaleceria essa identidade compartilhada em torno de um inimigo comum. O historiador militar argentino Juan Beverina corrobora essa avaliação ao dizer que “tais divisões interromperam a evolução de uma identidade nacional argentina e de um exército nacional” (BEVERINA, 1973, p.99-101).

Havia, portanto, vantagens estratégicas no caminho paraguaio de construção do seu poder agregado em relação aos seus vizinhos e potenciais rivais. Do que se depreende da posição do principal aliado dos López na região, isto é, o governo *Blanco* do Uruguai, entende-se um forte apoio aos anseios expansionistas do líder paraguaio. Nas palavras do idealizador da política externa uruguaia, Juan José de Herrera, nota-se esse irrestrito suporte.

Sem dúvida, estava destinado, para glória sua, fazer que a República do Paraguai ocupe nessas regiões o lugar que lhe corresponde por seu direito, sua força e pela ilustração de sua política previdente e tem já, sem maior demora, um importantíssimo papel a assumir no Rio da Prata⁷².

⁷² Juan José de Herrera para Lapido. 31 de agosto de 1863. In: Luis Alberto de Herrera, op. Cit., v. 2, p.429.

Era inequívoco que o diplomata uruguaio tentava imiscuir-se na política externa paraguaia cooptando o poderio de Assunção na direção de equilibrar poder com os rivais colorados, brasileiros e argentinos. Destarte, o projeto de *Gran Paraguay* redesenhando o mapa da região do Prata contava com o apoio de Montevideú.

Enquanto o Império do Brasil debatia vorazmente o melhor modelo de intervenção no Uruguai contra as invectivas recorrentes aos seus súditos, Solano López avançava com seu programa de modernização e fortalecimento de suas forças armadas. As missões diplomáticas conduzidas por Solano López na Europa obtiveram bons resultados em pouco tempo.

Militarmente, o resultado mais importante da missão de López na Inglaterra foi o início de uma parceria de longo prazo com a firma de John & Alfred Blyth de Limehouse, Londres. A empresa atuava como agente de López na Europa pelos próximos doze anos. Em nome do governo paraguaio a empresa adquiriu equipamentos militares, armas pequenas, pólvora e uniformes. [...] Isso tornou possível para López desafiar seus rivais diretamente e de forma convincente (WHIGHAM, 2002, p.178).

Dentre esses contratos realizados por López estava um com o engenheiro experimentado Willian K. Whytehead⁷³, que serviu à Assunção como consultor dirigindo trabalhos de vários técnicos estrangeiros no Paraguai. Whytehead transformou-se no braço direito de López. “Enquanto engenheiro-chefe, ele coordenou diuturnamente o programa de desenvolvimento econômico e militar do Paraguai em larga escala” (PLÁ, 1978, p.9-19).

Não deixa de ser surpreendente, portanto, que a diplomacia brasileira tenha negligenciado tão grande processo de evolução militar no Paraguai atingindo seu paroxismo em meados de 1864. As críticas à política externa brasileira para a região do Prata chegaram tarde para um alerta. No editorial de um dos mais importantes jornais da capital do Império, o *Diário do Rio de Janeiro*, lê-se:

⁷³ Whytehead foi um engenheiro britânico colocado como chefe de um grande programa de modernização das forças armadas e da infraestrutura do país levado a cabo por Carlos López na década de 1850. Os contratos para trazer mais de 100 técnicos europeus ao Paraguai foram intermediados por Solano López em sua missão na Europa.

A política do Brasil para com os Estados do Prata tem tradição errada, imprevidente e inerte. Abandonou os interesses que importava zelar aos azares e vicissitudes dos acontecimentos; e quem quiser escrever a história da nossa relação com as repúblicas do Sul não terá que registrar um erro somente; mas uma sucessão de erros desde os tempos mais remotos até os nossos dias⁷⁴.

A imprensa destacava uma sucessão de erros estratégicos dos oficiais brasileiros por não terem acompanhado o crescimento da ameaça que Solano López representaria. E, de fato, não foi algo repentino, o poder agregado, incluindo a coesão social mantida por um sistema ditatorial e os elementos tangíveis como novos navios de guerra e novos armamentos para o exército remontam há 1853, ou seja, onze anos antes do estopim da guerra.

4.3.2. Capacidades Ofensivas

O realismo político coloca lugar de destaque naquilo que se convencionou chamar de poder tangível ou poder material. O poder militar, especialmente, é lembrado por Hans Morgenthau como o vetor fundamental de poder da nação. Kenneth Waltz descreve as capacidades como recursos transformados pela tecnologia. Em outras palavras, quanto mais capacidades militares e econômicas possuir um Estado, maior será sua projeção de poder nacional e, em consequência disso, maior também será sua segurança.

As capacidades ofensivas são identificadas com o uso do poderio militar tanto na qualidade ofensiva de armamentos como no discurso ofensivo que dá significado ao possível uso desse poder militar. Stephen Walt (1987, p.24) diferencial o conceito de capacidades ofensivas de poder agregado ao afirmar que o primeiro trata da “habilidade de ameaçar a soberania ou integridade territorial de outro Estado. [...] é afetado por fatores que determinam vantagens relativas para o uso ofensivo em um contexto específico”.

⁷⁴ Diário do Rio de Janeiro. 1º de janeiro de 1865.

O uso de navios de guerra recém adquiridos pelo Paraguai para fechar a navegação dos rios Paraná e Paraguai; a aquisição de rifles e canhões europeus e o recrutamento em massa da população aliados a um discurso ofensivo em relação ao Brasil e Argentina se enquadram no conceito de capacidades ofensivas de Walt, no sentido de postura ameaçadora e no tipo de armamento empregado⁷⁵.

O projeto de modernização das forças armadas iniciado por Carlos López e instrumentalizado por seu filho surtiram efeitos em termos de capacidades ofensivas adquiridas antes de 1864. Três regimentos de artilharia com canhões de 12 polegadas até canhões de 56 polegadas usados na fortaleza de Humaitá. A infantaria paraguaia estava bem armada para os padrões da época com rifles de ferrolho prussianos e carabinas belgas (WHIGHAM, 2002).

O armamento em si não possui um significado próprio. Contudo, a avaliação do poder nacional considera o tamanho das forças armadas e suas armas para determinar o grau de ameaça posta à soberania e integridade territorial de uma nação. Os governos brasileiro e argentino subvalorizaram o potencial ofensivo construído pela família López em menos de uma década. Deveriam ter prospectado que a projeção do novo poder militar paraguaio não seria somente defensivo. O próprio Solano López deixa isso claro em uma de suas cartas para seu ministro do exterior José Berges: “Nosso inimigo é o Brasil”⁷⁶ afirmava ele.

Outra postura claramente ofensiva de López foi a militarização de territórios em disputa. E essa ação já ocorria desde 1848 como mostra um decreto assinado por Solano López quando ainda era Ministro da Guerra. O decreto fundava guarnições militares ao longo da fronteira com o Mato Grosso e nas zonas de disputa com o Brasil no Rio Apa. Cada guarnição tinha cerca de cem soldados. Eram regiões

⁷⁵ O Estaleiro Naval paraguaio com auxílio de engenheiros ingleses construiu navios a vapor modernos armados com canhões de 12, 24 e 32 polegadas. O *Yporá*, *Salto Guáira*, *El Correo*, *Apa* e *Jejuí*. Todos prontos para o combate em 1859 Cf. Whigham, 2002.

⁷⁶ Francisco Solano López para José Berges. Cerro León. 4 de Novembro de 1864. *Archivo Nacional de Asunción*.

inóspitas e para evitar deserções o decreto era explícito: “Do dia de hoje em diante os desertores serão punidos com a morte”⁷⁷.

Dentre os países envolvidos na guerra iniciada no fim de 1864 somente o Paraguai encontrava-se efetivamente preparado para acutilar seus vizinhos. Enquanto os governos do Rio de Janeiro e Buenos Aires tratavam López como um indivíduo histriônico os desenvolvimentos da máquina de guerra paraguaia progrediam rapidamente.

A tabela abaixo adaptada dos levantamentos citados por Whigham (2002); Doratioto (2006) e Potthast (1999) busca elucidar o cenário estratégico das capacidades militares em termos de efetivos nas forças armadas dos principais países envolvidos na Guerra vindoura no ano de início do conflito, 1864.

É importante salientar que esses números representam uma estimativa da realidade antes do início do conflito. O Paraguai já havia instalado um sistema de recrutamento obrigatório e a maior parte da população masculina já estava alistada. James Saeger confirma o impressionante tamanho do exército paraguaio ao comentar: “com um exército já grandioso para uma nação de 450.000 pessoas – perto de 1/5 da população” (SAEGER, 2002, p.107).

O Brasil levaria pelo menos dois anos para conseguir mobilizar tropas em número satisfatório. De acordo com Doratioto, comentando os trabalhos sobre o tamanho dos exércitos envolvidos na Guerra do Paraguai “o tamanho do Exército brasileiro não superava 16 mil soldados” (DORATIOTO, 2006, p.?). O estudo de Chris Leuchars sobre a Tríplice Aliança também destacava que “as forças combinadas do Brasil e Argentina não se aproximavam do efetivo militar paraguaio” (LEUCHARS, 2002, p.155).

⁷⁷ Decreto de Francisco Solano López. Assunção. 16 de Setembro de 1848. *Archivo Nacional de Asunción*.

Tabela 2 – Efetivos Militares

País	Efetivos Militares em 1864
Brasil	17.600 ⁷⁸
Argentina	6.000
Uruguai	2.000
Paraguai	80.000

Fonte: Adaptado de Whigham (2002); Doratioto (2006) e Potthast (1999)

Como é possível aferir, o Paraguai era a única nação que havia construído uma capacidade ofensiva considerável no ano de 1864 quando a guerra irrompeu. No Relatório do Ministério da Guerra de 1868 encontra-se que entre dezembro de 1864 e Outubro de 1867 foram mobilizados 58.959 homens para a guerra. E entre Novembro de 1867 e maio de 1868 foram enviados 6.747 soldados. Esse somatório chega a 65.706 soldados, mas é preciso considerar os contingentes extras mobilizados que não constam no relatório⁷⁹.

Os números não são precisos, mas o que se nota no relatório é que houve dificuldade para equiparar o número dos efetivos militares brasileiros ao tamanho do exército paraguaio nos primeiros anos da guerra. Somente em 1868 houve certa paridade em termos de efetivos militares nos campos de batalha.

Enquanto o exército paraguaio era fortalecido não deixava de ser impressionante o desinteresse estratégico cultivado pelo Império do Brasil frente aquele que seria seu maior rival pelos próximos seis anos. Nos debates oficiais, por exemplo, quase não se falava no Paraguai e a visão sobre Solano López era a de um

⁷⁸ Thomas Whigham (2002, p.166) em sua avaliação do poder militar brasileiro destaca que a Guarda Nacional era uma força de reserva não mobilizada realizando funções policiais nas províncias. Não se tratava de uma tropa adestrada e disponível para o combate em prazo imediato.

⁷⁹ Ministério da Guerra. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, 1869.

excêntrico tartufo desprovido de argúcia⁸⁰. Isso decorre de uma falta de interesse brasileiro em compreender o que estava ocorrendo no país vizinho.

O diplomata brasileiro em Assunção, César Vianna de Lima, chegou a Assunção no fim de Agosto de 1864 (quando o Brasil já estava quase com um pé no Uruguai), não tinha condições de saber o que se passava no país. [...] Mesmo vigiado, dá para especular, com um pouco mais de observação; seria possível perceber que o país se preparava militarmente em várias frentes. O que encabula é o fato de ele não ter dado importância às ações e movimentações rumo a uma militarização, principalmente vindo de um representante diplomático (MENEZES, 2012, p.63).

Nas palavras do Visconde de Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, político e diplomata influente naquela casa política registra-se sobre as colônias militares na fronteira entre o Mato Grosso e o Paraguai o seguinte comentário: “deve-se exigir informações sobre esses embriões de colônias militares e tomar uma deliberação que acabe com aquelas que não sejam necessárias”⁸¹. O único documento oficial brasileiro a registrar alguma preocupação com a segurança do Mato Grosso foi o Relatório do Ministério da Guerra de 1864 ao sugerir que “No Mato Grosso devemos conservar uma força de linha; seria imprevidência reservar a sua remessa para quando as circunstâncias inesperadas o reclamassem”⁸².

A voz majoritária prevaleceu e a fronteira com os paraguaios permaneceu fortemente desguarnecida, pois a perspectiva estratégica dominante, de fato, dava pouca ou nenhuma importância ao Mato Grosso e a ameaça que López construía a passos largos. Impressiona como a defesa nacional brasileira estava desorganizada no limiar da Guerra do Paraguai. Como destacou Thomas Whigham (2002, p.167).

No papel, o exército regular do Brasil parecia impressionante, mas na prática era desorganizado e não tinham o material e armamentos que seus relatórios ministeriais indicavam. A maior parte de seus efetivos estava no sul, deixando vastas áreas

⁸⁰ Anais da Câmara dos Deputados. Brasília. 9 de Julho de 1862, p.10.

⁸¹ Anais do Senado. 1864.

⁸² Ministério da Guerra. Relatório de 1864. p. IV.

desguarnecidas. As elites brasileiras sentiam uma desconfiança instintiva dos militares.

Do mesmo modo o recrutamento era ineficaz com várias deserções e muitos dos alistados aceitavam o ingresso no exército para escapar da fome, do desemprego ou mesmo da lei. Ainda assim, é preciso dizer que, considerando a mobilização nacional, ou seja, o poder agregado, os recursos e capacidades brasileiras eram superiores com uma população e território cerca de vinte vezes maior que o Paraguai. Somente no final de 1866 o exército brasileiro conseguiu incorporar com os voluntários da pátria cerca de 136 mil homens (DORATIOTO, 2006). A essa altura a tragédia já havia avançado muito. Além disso, o poder naval brasileiro era bastante superior podendo estrangular esse país nas suas saídas para o mar.

Cabe perguntar se os custos valeram a pena? A tragédia com milhares de brasileiros, argentinos e uruguaios mortos foi evidenciada também em razão do Brasil não ter feito frente, isto é, contrabalançado poder com o Paraguai, uma nação muito menor, mas que construiu um exército mais numeroso que os do Brasil e Argentina somados. Nota-se, no mínimo, um descuido da inteligência militar brasileira em reunir informações acerca da elevação das capacidades ofensivas efetivadas por Solano López.

4.3.3. Intenções Agressivas

No realismo político o conceito de dilema de segurança é fulcral para o entendimento sobre a formação das ameaças nas Relações Internacionais. A preocupação de Stephen Walt em estudar a formação das ameaças de forma objetiva, ou seja, capaz de ser mensurada empiricamente por meio de fontes e dados, contribui para dar significado ao dilema de segurança e ao estudo sobre causas da guerra de forma geral.

Como foi ressaltado antes, tradicionalmente, os estudos teóricos sobre as causas da guerra tendem a projetar o poder como a variável essencial. Contudo, Walt

argumenta que apesar do estudo quantitativo e qualitativo do poder ser importante, este não é suficiente uma vez que “é mais acurado dizer que os Estados tendem a se aliar com ou contra a potência estrangeira que apresenta a maior ameaça” (WALT, 1987, p.21).

A família López poderia ter se aliado ao Brasil, praticando um movimento de balança de poder conhecido como *bandwagon* (acomodar interesses), isto é, seguir a onda da nação dominante (*hegemon*) em um determinado contexto histórico. No entanto, Solano López escancarou seu desejo de alterar o equilíbrio de poder do Prata em favor do Paraguai e em prejuízo do Brasil e Argentina. Em termos práticos decidiu forjar uma aliança com os *blancos* uruguaios e com os entrerrienses.

É nesse sentido que as intenções agressivas desempenham um papel crucial na análise das causas da guerra. Walt destaca que não se pode definir uma ameaça apenas com o poder nacional avaliado em uma circunstância de tempo, pois a intenção que informará como será usado tal poderio é mais importante em termos estratégicos. “Os Estados vistos como mais agressivos tendem a provocar alianças contra si”. (WALT, 1987, p.25). As ameaças percebidas por argentinos e brasileiros foram aumentando na medida em que Solano López empreendia seu projeto de alteração do *status quo* regional.

Quando os liberais consolidaram o poder no Rio de Janeiro e em Buenos Aires o poder naval brasileiro passou a ser percebido como uma ameaça menor, ou pelo menos, latente, à segurança argentina. Isso ocorreu porque D. Pedro II e Mitre tinham convicções próximas, similares acerca da distribuição de poder no Prata e suas intenções estavam sendo apresentadas de forma transparente na troca de informações diplomáticas. Quando Solano López passou a representar uma ameaça real às duas nações essa aproximação entre Brasil e Argentina foi reforçada.

De que modo Solano López passou a ser percebido como uma ameaça por seus vizinhos? É certo que bem antes de assumir o poder, pois quando servia a seu pai como líder nacional ele já apresentava suas ideias de transformação do Paraguai em uma nação poderosa. Sua inspiração na França de Napoleão III era evidente e

a ideia de *Gran Paraguay* só poderia ser estabelecida extirpando territórios do Brasil e Argentina. Ademais, López não seguiu o conselho de seu pai para manter o *status quo* como Brasil, decidiu unilateralmente modificá-lo por meio de uma longa e fastidiosa guerra internacional.

Algo que incomodava Solano López era o papel menor relegado a seu país nas questões internacionais. Ressentia-se fortemente do desdém que brasileiros e argentinos demonstravam por meio de algumas ações. Por exemplo, quando as chancelarias do Brasil e da Argentina recusaram sua mediação na Guerra Civil uruguaia em favor da escolha de diplomatas europeus. Os diplomatas brasileiros viam López como um líder inexperiente.

Ele [Solano López] ansiava pela estima dos líderes europeus e buscava honras dos líderes vizinhos, que raramente encontrava. Quando se sentia desrespeitado ou via sua nação desrespeitada ele agia impulsivamente. O desdém dos líderes brasileiros e argentinos era provocativo para ele (BRAY, 1996, p.118).

As percepções de honra e glória eram facialmente interpretadas como uma intenção agressiva no final do século XIX no sub-sistema micro-anárquico das relações internacionais do Prata. Nas palavras de tom ameaçador do próprio Solano López é possível notar o incômodo com a situação: “Minha voz não passará sem ser ouvida”⁸³ lembrava ele aos brasileiros e argentinos que não aceitaram seu papel como mediador nas negociações de paz para por termo à guerra no Uruguai.

Argentina e Brasil não eram amigos, mas eram aliados. Ambos reclamavam territórios que Solano López acreditava ser paraguaio. Ele [López] pensava no Brasil como principal ameaça. [...] os brasileiros, contudo, não estavam fazendo nenhum plano ofensivo de guerra contra ele, embora o presidente paraguaio pensasse o contrário (SAEGER, 2007, p. 101).

⁸³ Francisco Solano López. Discurso ao Povo Paraguaio Acerca do Conflito com o Brasil. 12 de Setembro de 1864.

Nacional de Asunción.

Também é importante ressaltar a conduta brasileira em relação as disputas territoriais com o Paraguai. Em nenhum momento na década anterior o Brasil usurpou território paraguaio mediante o uso da força, embora incursões de exploradores fossem recorrentes. O problema era que não havia uma definição clara de limites na maior parte das zonas disputadas. O historiador Roderick Barman (1999, p.197) reconhece que “Pedro II era um homem de paz que não favorecia uma política expansionista”.

A liberdade de imprensa no Brasil e na Argentina incomodava López e contratava com a realidade paraguaia onde os jornais eram todos dominados pelo governo. Os jornais buenaienses zombavam de sua honra e contavam com o suporte de muitos paraguaios exilados. López não enxergava as invectivas como sinal de uma sociedade aberta e livre, mas sim como exemplo de países com falta de poder unitário no comando, quase anárquicos segundo sua visão.

A simbiose entre uma sociedade homogênea politicamente, mantida pelo temor e pela força e admiração ao líder e o projeto de militarização construído no Paraguai foi surpreendente e escancarou as intenções agressivas de López para com seus vizinhos. Mesmo com todo esforço e ineficiência do governo imperial brasileiro em antever o potencial ameaçador proveniente de Assunção, López conseguiu romper com o isolamento do passado e a chamar a atenção para o potencial regional na qual conseguiu transformar seu país.

A coesão social e homogeneidade cultural formaram uma identidade nacional paraguaia cultivada como valor imarcescível pela família López. Esse foi um fator de poder intangível favorável ao fortalecimento e consolidação da família López no poder.

Enquanto a manutenção do poder por uma elite com poder econômico era normal e raramente questionada nas relações sociais da América do Sul, não havia ainda um senso comum de ideias entre brasileiros, argentinos e uruguaios. Não havia comunidade política que reunisse cada nacionalidade verticalmente por seu caráter compartilhado, mas sim uma autoridade estatal mantida horizontalmente. Somente no Paraguai havia algo do tipo presente graças a distinção da cultura hispano-guarani e o tamanho pequeno do país. O isolacionismo de Francia, seguido pelo recrutamento

obrigatório de Carlos López catalisaram um espírito nacional (WHIGHAM, 2002, p.70).

Esse espírito nacional unificado pela união cultural e pelo autoritarismo atingiu seu ápice no governo de Solano López. Foi ele, de fato, que concedeu o braço militar a esse espírito e apresentou à nação seus novos inimigos. O militar inglês, George Thompson (1869, p.20-21), testemunha ocular do Paraguai naquele período, descreve como essa unidade nacional era vigiada e mantida também pela força e temor.

As ordens governamentais no Paraguai geravam fervor! [...] todos, de classe alta ou baixa, eram obrigados a assistir as paradas militares sob a ameaça de serem reportados à política como antipatrióticos. [...] os manifestos em apoio ao governo deviam ser assinados por todos, oferecendo suas vidas e bens para sustentar a causa. Mesmo mulheres e crianças eram obrigadas a assinar esses documentos.

Uma nação militarizada, com forças armadas adestradas e preparadas para a guerra, com um discurso ofensivo e com uma população em sintonia, por amor ou temor, às causas do governo deveriam gerar alguma preocupação aos oficiais no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Contudo, mesmo com as informações dos brasileiros residentes em Assunção fornecidas aos seus compatriotas na capital do Império, não houve mais do que desídia e pouco caso diante dos acontecimentos no Paraguai. Alguns oficiais brasileiros ao lerem os relatos “davam gargalhadas” (MASTERMAN, 1869, p.89).

O mesmo discurso de intenções agressivas era verificado no suporte dado pelos uruguaios *blancos* ao governo de Assunção. De modo a sobreviver no governo diante do perigo da intervenção armada brasileira os *blancos* recorriam ao poder paraguaio. O medo de Montevideú tinha sentido, pois as exprobrações brasileiras já atingiam o grau de ultimato. A guerra batia a porta do Prata.

A aliança Assunção-Montevideú detinha uma postura estratégica revisionista em relação ao equilíbrio de poder regional. De modo a instigar uma ação proeminente dos paraguaios em defesa da soberania uruguia os *blancos* lançavam seu próprio

discurso ofensivo dizendo, por exemplo, que o presidente argentino representava uma ameaça ao Paraguai por querer a “reconstrução do seu antigo poder, com a incorporação de territórios insensatamente separados e formando hoje nacionalidades independentes” (HERRERA, 1919, p.399).

Outro chiste dos *blancos* era incentivar uma política que já estava presente na grande estratégia de Solano López: O *Gran Paraguay*. Desta forma, os representantes uruguaios no poder defendiam junto ao presidente paraguaio uma política externa conjunta onde não escondia praticar o *bandwagon*⁸⁴ com o Paraguai. As duas nações pretendiam aumentar seus territórios com “Entre Ríos, ligada a Corrientes, mais o Estado Oriental e o Paraguai, formassem uma nação conjunta” (MENEZES, 2012, p.22).

A já existente acrimônia nas relações entre os diplomatas paraguaios, argentinos e brasileiros às vésperas do conflito armado recrudesciu quando os paraguaios notaram que os argentinos enviavam ajuda aos *colorados*, rivais dos *blancos* no Uruguai, durante a guerra civil. José Berges, diplomata paraguaio, entregou ao presidente Mitre uma nota com queixas que dizia em síntese.

Que o governo do Paraguai considerava a independência do Estado Oriental uma condição *sine qua non* para o equilíbrio de poder regional; [...] que o Paraguai empregaria todos os esforços ao seu alcance para pôr fim à situação e, assim, restabelecer a paz e a tranquilidade das repúblicas do Prata (HERRERA, 1919, p.492).

A essa altura a guerra civil no Uruguai estava no seu momento crucial. Sendo o Paraguai o principal aliado estratégico dos *blancos* uruguaios que estavam prestes a serem depostos era, no mínimo, sensato esperar que o Império do Brasil e a Argentina estivessem atentos às movimentações e falas do presidente paraguaio. O cenário era claro, o Brasil ameaçava intervir no Uruguai e o Paraguai ameaçava retaliar. Contudo, as ameaças paraguaias não receberam o devido crédito. Em uma carta aos seus diplomatas Solano López torna inequívoca sua intenção agressiva

⁸⁴ Conforme explicado anteriormente, *bandwagon* significa acomodar interesses ou aliar-se ao mais poderoso na expectativa de colher os benefícios da vitória deste.

ao escrever que se o Paraguai não fosse ouvido não tardariam iniciar as hostilidades com o Brasil⁸⁵.

Do lado brasileiro os ânimos se inflamavam igualmente em relação aos *blancos* uruguaios, aliados de Solano López diante das violações dos direitos dos estancieiros residentes no Estado Oriental súditos do Império. O deputado gaúcho Amaro da Silveira expressou confrangido palavras contra a desídia do governo brasileiro em relação às provocações uruguaias e exortou também o caminho das armas.

O que pretende o governo de meu país? Pretende conservar-se na abstenção absoluta? Pretende deixar que aquela República nade em sangue? Em minha opinião o governo do meu país tem sido um pouco fraco com esses governicos que têm ludibriado a nossa nacionalidade⁸⁶.

Outro eminente deputado, Ferreira da Veiga, contagiou o ambiente com a animosidade que pairava sobre o Prata na iminência de uma intervenção brasileira no Uruguai. Veiga destacava que “o Império inteiro estremece ao saber como são tratados seus nacionais”. Ele pede que o governo “marche desassombrado, firme e vigoroso, para obter o desagravo de tantas ofensas”⁸⁷.

Embora o discurso ofensivo se verificasse em relação ao Uruguai o mesmo não era verdade no caso do Paraguai. Considerando a aliança político-militar entre o Paraguai e o Uruguai gera estranheza saber que quase não se notava o potencial de perigo proveniente desse Estado liderado pela família López organizado há, ao menos uma década, em torno de suas forças armadas.

Quando se fala em Paraguai nos discursos, sejam dos parlamentares ou de gente do governo, na quase totalidade das vezes, era como se falasse de algo de outro planeta. Não era possível não dar atenção maior a preparação militar do país, com ferrovia para campos de treinamentos; do telégrafo idem; do estaleiro e da pequena fundição voltada para a melhoria da

⁸⁵ Francisco Solano López para Cândido Bareiro em 6 de Agosto de 1864.

⁸⁶ Anais da Câmara dos Deputados. Brasília. 12 de Julho de 1861. p.13-4

⁸⁷ Anais da Câmara dos Deputados. Brasília. 15 de Abril de 1864. p.16

área militar. Ou não perceber a presença de técnicos, médicos e marinheiros ingleses trabalhando para o governo dali (MENEZES, 2012, p.63).

O preço a ser pago por essa falha de inteligência militar será altíssimo para todos os lados envolvidos na guerra. Como explica Hans Morgenthau, uma nação mal sucedida em sua política de prestígio coloca em risco a segurança nacional, pois “a política de prestígio usa demonstrações militares enquanto meios para atingir seus propósitos” (MORGENTHAU, 1993, p. 90).

O Paraguai adotou uma política de prestígio de vanguarda com demonstrações claras do seu novo poderio bélico. O que faltou, notadamente da parte do Brasil, foi levar a sério as ameaças por meio dos discursos e manobras militares. Do lado brasileiro a política de prestígio falhou gravemente em demonstrar seu poder militar, principalmente o poder naval, capaz de suprimir quaisquer tentativas de manter uma guerra ofensiva por parte do Paraguai. Ao falhar nessa demonstração o Brasil permitiu Solano López aventurar-se em uma invasão e a ratificar sua visão de que os brasileiros eram pusilânimes. Foram duas interpretações estratégicas equivocadas que resultaram em tragédia.

Enquanto o Brasil iniciava uma intervenção militar às pressas no Uruguai para defender os direitos dos seus nacionais o Paraguai já estava vivendo a atmosfera da guerra há anos. A intervenção brasileira no Uruguai foi a oportunidade que López esperava para ligar sua máquina de guerra já engatilhada. Em um de seus discursos pouco antes do conflito fica claro sua intenção de recorrer as armas contra o Brasil.

No desempenho dos meus primeiros deveres eu chamei a atenção do imperador do Brasil acerca de sua política no Rio da Prata. [...] O Paraguai não aceitará mais o desprezo que sempre foi feito por seus vizinhos nas causas internacionais que influenciam direta ou indiretamente a nação, prejudicando seus interesses. [...] Além disso, chegou a hora de descartar a papel humilde que temos desempenhado nessa parte da América, porque esse descaso sempre nos causou todo tipo de problema, prejudicando os interesses gerais do Paraguai⁸⁸.

⁸⁸ El Semanário. 28 de Agosto de 1864.

O líder máximo paraguaio continuava deixando claras suas intenções agressivas em uma mensagem ao Congresso do Paraguai no início de 1865 quando o conflito com o Brasil havia irrompido. O que se nota é uma tentativa de Solano López de colocar a responsabilidade do conflito sobre o Império e a Argentina acusando-os de vilipendiar a soberania uruguaia e atentar contra o equilíbrio de poder regional.

Los motivos de la ruptura de nuestras relaciones con el Imperio del Brasil, y del estado poco cordial en que han quedado con el Gabinete Argentino, son los sangrientos acontecimientos que hoy enlutan la República Oriental del Uruguay, y amenazan dislocar el equilibrio del Río de la Plata. Estas dos potencias, garantes de la independencia de aquel Estado, son las que hoy la atacan. [...] Ultrajada la honra y la dignidad nacional, y comprometida la seguridad e integridad de la República, el Gobierno se ha visto en la imperiosa necesidad de aceptar la guerra a que el Imperio le obligaba para sostener los principios de su vital interés, y labrar el honor patrio, tantas veces insultado por el mismo Imperio. Razones militares y políticas y la seguridad de nuestra frontera del Norte, aconsejaron al Gobierno la inmediata ocupación de una parte del territorio de Matto Grosso, que el Imperio había usurpado a la República⁸⁹.

A mensagem de Solano López oculta seus projetos expansionistas e revisionistas de equilíbrio de poder regional no Prata. Não comenta, por exemplo, que os súditos brasileiros sofriam no Uruguai as mais variadas violações de direitos. O presidente paraguaio considerava um insulto a intervenção brasileira no Estado Oriental, mas em nenhum momento as forças imperiais pretendiam anexar essa pequena nação como sugeria o líder guarani. Do mesmo modo, a acusação de usurpação do território do Mato Grosso como se fosse extirpado do Paraguai não se sustenta. O vasto território ocupado pelos paraguaios no Mato Grosso nunca pertenceu, de fato, ao Paraguai, tampouco as escassas guarnições brasileiras lá presentes poderiam representar algum tipo de ameaça como ficou provado com a fácil ocupação das forças militares de Solano López.

⁸⁹ Francisco Solano López. Mensagem ao Congresso Nacional Paraguaio. Mensaje del Presidente de la República del Paraguay al Congreso General Extraordinario en la Asunción. 5 de março de 1865. Proclamas y Cartas. *Nacional de Asunción*.

Havia, notoriamente, uma errônea percepção acerca dos interesses estratégicos do Brasil na questão. Antônio Paulino Limpo de Abreu, o visconde de Abaeté, presidente do Conselho de Ministros, expôs essa opinião ao dizer que o Brasil ainda era visto como uma nação imperialista.

O Governo sabe que em todas as Repúblicas do Prata há grandes preconceitos contra o Brasil. É geral no povo a crença de que o Governo do Brasil afaga e procura levar a efeito, desde muito tempo, o plano de anexação daqueles Estados, e não menos de mudança de suas instituições políticas. Os chefes de alguns desses Estados não estão isentos destes preconceitos. [...] Esteve já no Rio da Prata com caráter oficial e pode reconhecer e apreciar por si mesmo o que acaba de expor⁹⁰.

O projeto de nação do Paraguai passava pela guerra e os políticos brasileiros não captaram isso. Os sinais foram dados com a mobilização militar e catalisados pelo discurso ofensivo de seu presidente. Menosprezar o perigo potencial paraguaio mesmo após dez anos de modernização militar foi um equívoco grave do Brasil da mesma forma que subvalorizar o potencial de mobilização nacional muito maior do Brasil foi um erro de Solano López. Considerando o conceito de “intenções agressivas” de Walt (1987) para compreender o grau da ameaça percebida é possível concluir que o líder paraguaio havia dado publicidade às suas intenções militares e aos meios dos quais fazia uso para atingi-las.

4.4 A Importância da Geopolítica

Pode-se debater o papel da geografia nos conflitos mundiais na era contemporânea onde a tecnologia militar tornou alvos outrora inalcançáveis em pontos destrutíveis. Contudo, a geografia sempre teve importância nas guerras. No final do século XIX era evidente que as variáveis geográficas não só

⁹⁰ Atas do Conselho de Estado. 13 de Outubro de 1866. Senado Federal

influenciavam como também determinavam a conduta agressiva na política externa de muitas nações sul-americanas.

Buzan e Waever (2003) estudaram o papel da geografia nos conflitos internacionais demonstrando a recorrência das maiores guerras em zonas consideradas estratégicas em termos geopolíticos. As ameaças fluem mais rapidamente entre nações geograficamente vizinhas ou próximas, pois estas, necessariamente, precisam encontrar um *modus vivendi* para adequar seu espaço à política dos Estados que coabitam a região.

Em sua análise sobre a teoria da balança de ameaças Walt (1987, p. 23) também conclui que “a habilidade de projetar poder diminui com a distância”. Isso é especialmente verdadeiro para o fim do século XIX onde os contendores da região do Prata se enfrentaram com dezenas de discordâncias sobre a organização de seu espaço territorial.

O aspecto geográfico é, assim, de suma importância. A necessidade vital para os Estados de possuírem portos próprios por onde realizariam seu comércio exterior seria muito mais do que um pretexto para a guerra, constituindo-se num de seus fatores fundamentais. O modo como o Rio da Prata foi utilizado antes e durante o confronto corrobora esta ideia do dimensionamento espacial das relações internacionais (BERTONHA, 2000, p.206).

Diante da acrescida ameaça proveniente de Assunção os líderes do Brasil e da Argentina decidiram equilibrar poder com Solano López enquanto os líderes *blancos* do Uruguai decidiram acomodar interesses com ele (*bandwagon*) aceitando se submeter a uma nova zona de influência paraguaia.

A geopolítica, entendida como uma interpretação político-estratégica da geografia, estava em toda parte nos antecedentes da Guerra do Paraguai. Destacase a ideia geopolítica de Solano López de estabelecer um *Gran Paraguay* conforme citado anteriormente. Levar a cabo tal anseio significaria perda de território argentino e brasileiro. A reconfiguração geográfica pensada pelo presidente paraguaio significaria também uma ameaça significativa no Rio

Grande do Sul, terreno estratégico sensível para toda a política externa do Império do Brasil para o Prata.

A preocupação política do Rio de Janeiro com as violações de direitos de seus súditos no Uruguai era real e tratada com agrura, mas a geopolítica era ainda mais severa no cálculo brasileiro. O receio brasileiro era o de ver a escalada da guerra civil no Uruguai atravessar a fronteira e sublevar novamente os insatisfeitos com o Império. Conforme destaca o historiador Alfredo da Mota Menezes (2012, p.73). “A preocupação com o Rio Grande do Sul talvez fosse maior do que o que acontecia com os brasileiros no Uruguai”.

Confirma-se como primeiro elemento geopolítico crítico na região a província do Rio Grande do Sul. Com a política do Império tentando evitar insurgências e manter a unidade e com os uruguaios se rebelando com a maior presença de brasileiros gaúchos em seu território. Naquele período que antecedia a guerra contra o Paraguai é importante notar que as atenções brasileiras estava, de fato, voltadas para uma intervenção militar no Uruguai. Isso decorre da vasta penetração brasileira no Estado Oriental.

Em meados de 1860 cerca de vinte mil rio-grandenses tinham se instalado no norte do Uruguai levando seus escravos. Eles tinham comprado algumas das maiores fazendas do país, estabelecimentos que eram impressionantes em termos de investimentos (WASHBURN, 1871, p.504).

A configuração estratégica já estava montada com os brasileiros aliados de Venâncio Flores, líder uruguaio colorado que havia lutado do lado dos revolucionários farroupilhos no Rio Grande do Sul e agora apoiado pelo Império. Contra Flores, seu séquito e os brasileiros estavam os *blancos*, aliados do Paraguai, acusados pelo Império de desrespeitar a vida e o patrimônio de seus súditos no Uruguai.

Nunca é demais lembrar que o início informal da Guerra do Paraguai foi justamente a intervenção militar brasileira depois do ultimato não respondido da Missão Saraiva. Brasil e Argentina disputavam o Estado Oriental como zona de influência desde o final da Guerra da Cisplatina em 1828. Contudo, nesse

momento de convergência histórica o interesse estratégico desses dois países resultou em uma aliança anti-Paraguai.

Um segundo ponto a se considerar no cálculo geopolítico das causas da Guerra do Paraguai é a questão fulcral da livre navegação dos rios da Bacia do Rio da Prata. Trata-se do espaço que inclui o Paraguai e suas fronteiras com o Mato Grosso, as províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos e sua fronteira com o Rio Grande do Sul e, por fim, seu encontro com o oceano margeando Buenos Aires e Montevideú.

No mapa abaixo há uma visualização do Rio da Prata, o encontro com o mar separando Argentina e Uruguai; O Rio Paraná subindo pelo território argentino até se encontrar com o Rio Paraguay e seguir rumo à direita separando o território sul do Paraguai da Província de Corrientes na Argentina. Após a curva do Rio Paraná segue o Rio Paraguay cortando o país guarani, passando pela capital Assunção e chegando ao território brasileiro no Mato Grosso.

Mapa 3 – Bacia do Rio da Prata



Fonte: Fundación Nuestro Mar (2009)⁹¹

⁹¹ Disponível em http://www.nuestromar.org/noticias/mar_calmo_102009_26298_preparan_carta_de_los_rios_las
Acesso em 19 de Janeiro de 2015.

Os desentendimentos acerca da navegação e do controle dos afluentes desses principais rios regionais será uma das causas de conflitos entre brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios que não cessarão com as consultas diplomáticas. O primeiro e central desafio estratégico brasileiro era sua província do Mato Grosso, acessível, mais facilmente por navegação fluvial. O Paraguai tinha o potencial de negar o acesso brasileiro a essa região se quisesse. As fortalezas, como a de Humaitá, foram construídas para consolidar esse controle da navegação em uma época instável sobre o domínio dos rios.

A política paraguaia de direitos de navegação nos rios Paraná e Paraguay era logicamente inconsistente, argumentando uma posição com a Argentina e outra com o Brasil. [...] a navegação desses rios era a única maneira prática do Império alcançar o Mato Grosso e a única forma de enviar suprimentos e vende a única forma dos produtores de lá enviarem seus produtos ao mercado. O Paraguai, com efeito, pretendia vetar o poder brasileiro de enviar navios para o norte. Lopez pai e filho temiam não somente os navios de guerra no Rio Paraguay, mas também o estabelecimento de bases militares lá (SAEGER, 2003, p. 91-92).

As diatribes criadas pelo Paraguai pareciam não fazer sentido para a diplomacia brasileira. Não entendiam os brasileiros o porquê da política exterior do Paraguai ser tão astática no que tange aos rios. Em abril de 1856 o governo de Carlos António López havia chegado a um acordo com o Brasil para a livre navegação dos rios. O acordo de amizade e comércio foi firmado com uma cláusula de posterior negociação entre as partes sobre as questões de limites territoriais. No entanto, o acordo de 1856 foi sendo cada vez mais desrespeitado pelo Paraguai.

O presidente [Carlos López] atrasou a ratificação do acordo, mas o aprovou; contudo fez de tudo para frustrar sua observância. Ele cobrava taxas irregulares sobre os bens em trânsito para o Mato Grosso e suas sentinelas e fiscais de aduana eram orientados a serem exageradamente oficiosos com os navios estrangeiros (WILLIAMS, 1979, p.159).

Essa instabilidade gerava desconfiança e gerou uma questão pendente para as relações entre Brasil e Paraguai.

O governo paraguaio condicionava a livre navegação do Rio Paraguai à delimitação e respeito definitivos das linhas da fronteira. O imbróglio resultou na expulsão do encarregado de negócios imperiais em Assunção, o diplomata Felipe José Pereira Leal, em setembro de 1853. Ele entregou projeto de navegação e limites compreendido como verdadeiro ultimato pelo governo paraguaio. De modo imperial, o governo brasileiro respondeu com a diplomacia canhoneira (TEIXEIRA, 2011, p.3).

Essa instabilidade na política paraguaia acerca da navegação dos rios prejudicava o comércio e a logística brasileira para sua província do Mato Grosso. A questão só foi resolvida com a demonstração de força naval brasileira e a conclusão de um acordo em 1858 que dava liberdade de navegação ao Brasil. Contudo, a ação brasileira convenceu Solano López, comandante das Forças Armadas na época, que o Paraguai deveria avançar no seu projeto de potência militar e que o Brasil deveria era seu principal rival.

Desde então, a sensação era que o acordo de 1858 havia sido realizado à sombra de um conflito iminente entre paraguaios e brasileiros. As relações entre o Brasil e o Paraguai estavam rotas nesse período. O diplomata norte-americano lotado em Assunção comenta esse momento.

Os López querem a velha questão dos limites fronteiriços resolvida e reclamam que o Brasil está importunando a todo tempo e que não chegarão a um acordo. Reclamam que estão tomando seu território. Eles têm um ódio visceral dos brasileiros e costumam chamá-los de macacos⁹².

Apesar de todo sentimento hostil Carlos López recomendava prudência ao filho para não acutilar o Brasil. Ele acreditava na resolução diplomática tal como os brasileiros. Contudo, o maior problema era o fato do Brasil não estar preocupado

⁹² Charles A. Washburn para William Seward, Assunção. 22 de Abril de 1862. *Archivo Nacional de Asunción*.

com o Paraguai, mas sim com a situação uruguaia. É correto dizer que o Paraguai era secundário no cálculo estratégico do Império.

Sem dúvida, era perigoso deixar o Paraguai seguir adiante com suas movimentações militares. É nesse ponto que o terceiro aspecto geopolítico da Guerra do Paraguai entre em questão. As disputas territoriais entre os contendores. A começar por paraguaios e argentinos que não se entendiam desde que os espanhóis abandonaram seu Vice-Reinado do Prata e os argentinos se autoproclamaram seus herdeiros. No início Buenos Aires não reconhecia a independência paraguaia, mas mesmo depois de reconhecê-la as pendências territoriais permaneciam.

O maior temor paraguaio era a possibilidade de Buenos Aires fechar o estuário do Rio da Prata impedindo o comércio exterior do Paraguai com o resto do mundo. A Ilha de Martim Garcia, por exemplo, mantida sob controle argentino, se militarizada com canhões em uma fortaleza, poderia facilmente impedir a saída dos navios paraguaios para o Oceano Atlântico.

Na região do *Gran Chaco* as disputas eram severas. O mapa abaixo mostra as áreas em litígio entre o Paraguai e a Argentina. Por Argentina aqui se entende tanto o governo central da Confederação em Buenos Aires quanto o governo da Província de Corrientes e Entre Ríos com suas autonomias. Para os paraguaios o território controlado pelos argentinos entre o Rio Bermejo e o Rio Pilcomayo pertencia a eles. Outrossim, a região entre o rio Paraná e o Rio Uruguai na divisa com o Rio Grande do Sul e a Ilhota de Apipé controlada pela Argentina também era reclamada pelos paraguaios.

Mapa 4 – Áreas disputadas entre Argentina e Paraguai



Fonte: WHIGHAM (2002, p.140)

Na região do Chaco e nas margens do Rio Paraguay as fortificações paraguaias eram construídas com a intenção de controlar a navegação nos rios. Naquela época, tomando a navegação fluvial como uma necessidade de sobrevivência para o Império e sua província do Mato Grosso, era um perigo real permitir aos paraguaios impedir a navegação acima do Rio Paraná e ao logo do Rio Paraguai. A mesma lógica valia para os argentinos, pois somente via esses rios poderiam eles acessar os territórios de Misiones, Enre Ríos e Corrientes.

Um tratado de 1852 concluído entre a Argentina e o Paraguai dizia que a navegação do Rio Bermejo deveria ser completamente comum aos dois Estados. Contudo, não havia concordância sobre qual era o fim da área do Chaco. Para os paraguaios era o Rio Bermejo e para os argentinos a fronteira deveria ser bem mais ao norte desse rio. O congresso argentino recusou ratificar o tratado e as disputas prosseguiram e Solano López buscava fazer do Chaco um Buffer, ou seja, uma zona neutra de distensão entre dois países rivais.

As disputas territoriais com o Brasil também eram críticas para o líder paraguaio. Desde o período do governo de seu Pai, Carlos López, havia um forte incômodo

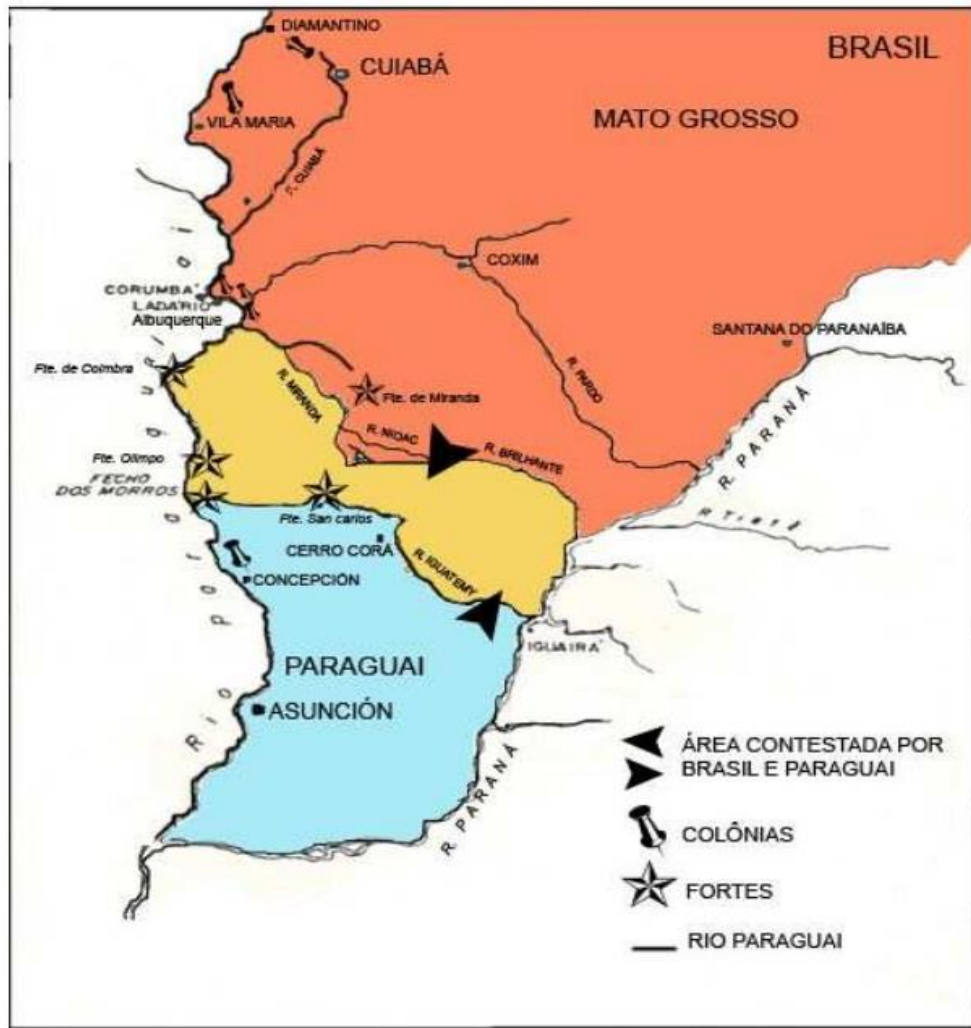
paraguaio com os exploradores brasileiros que invadiam o território paraguaio. As diferenças entre brasileiros e paraguaios na região que inclui o norte paraguaio e o sul do Mato Grosso são bastante antigas. É importante lembrar que o Rio Paraguai nasce em território brasileiro e corre para o sul por mais de dois mil quilômetros até desaguar na Bacia do Prata. É o segundo maior rio do continente sul-americano (REYNALDO, 2010).

Desde a derrota de Rosas, o líder argentino que não aceitava a independência paraguaia, notava-se uma clara intenção por parte do governo paraguaio em controlar a navegação do Rio Paraguai na parte que corta seu território. Para a família López seria perigoso permitir a livre navegação de navios estrangeiros, pois o curso do Rio corta o país bem no meio. Os governantes brasileiros e argentinos acreditavam que isso deveria ser resolvido mediante tratados. Contudo, o Paraguai fortalecia suas guarnições em torno desse rio.

Em 1852 o governante do Mato Grosso, Augusto Leverger, decidiu ocupar a região de Fecho dos Morros no lado oriental do Rio Paraguai. Isso irritou os paraguaios que se prepararam para um conflito. As questões foram resolvidas diplomaticamente na época, mas Solano López resgatou essas reivindicações. No mapa abaixo se vê as fortificações mais antigas brasileiras na região de Fecho dos Morros.

O Forte Olimpo, já na divisa com o território paraguaio e o Forte San Carlos, do lado paraguaio como resposta. A região entre o Rio Brilhante e o Rio Iguatemy, (marcadas com setas no mapa abaixo; região que hoje se situa no estado do Estado do Mato Grosso do Sul), eram reclamadas por ambos os lados. A parte em amarelo no mapa

Mapa 5 – Região de Disputa entre Brasil e Paraguai



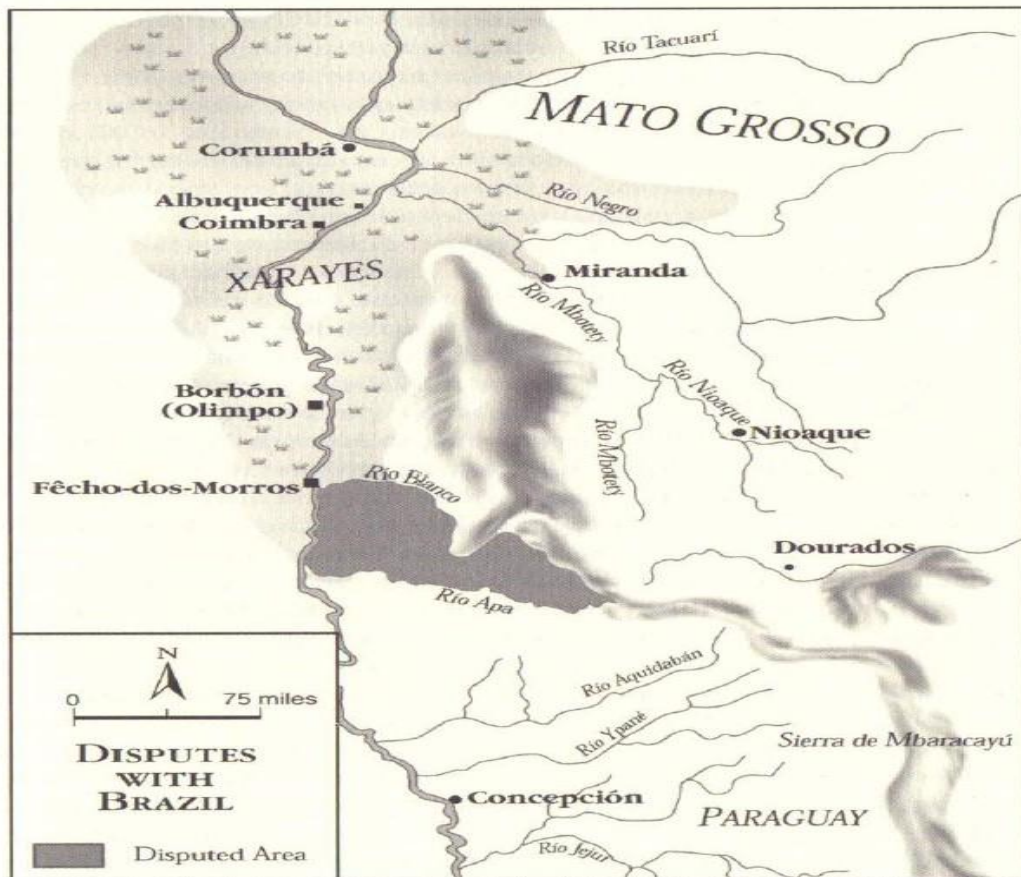
Fonte: REYNALDO (2010, p.04).

Outro ponto de destaque na disputa territorial entre Brasil e Paraguai era a região, também atualmente localizada no estado do Mato Grosso do Sul, entre os Rios Blanco e o Rio Apa. Nunca houve uma definição clara do território do Mato Grosso proveniente dos tratados anteriores como o de Santo Idelfonso de 1777. O tratado referido dispunha de termos vagos como “o rio mais próximo” que para brasileiros e paraguaios significavam rios diferentes.

No governo Solano López a certeza era que o território entre o Rio Balnco e Apa pertencia ao Paraguai era tanta que ele decidiu “fundar quatro guarnições com cem homens cada no banco esquerdo do Apa” (WHIGHAM, 2002,p.84). Para os

brasileiros era uma provocação, mas a ideia de López prosseguiu tentando ocupar um território vazio e ermo promovendo a migração. O mapa abaixo mostra essa região em litígio entre os dois países.

Mapa 6 – Região de Disputa entre o Brasil e o Paraguai



Fonte: WHIGHAM (2012, p.79).

Do lado brasileiro, no então Mato Grosso, a situação era precária para a defesa do território e manutenção da soberania nacional. Mesmo os fortes construídos eram pequenos se comparados a presença militar paraguaia na região. A geopolítica ensina que regiões pouco povoadas e pouco defendidas podem se tornar “vácuos de poder” e esses vácuos geralmente são preenchidos por outro poder destinado a controlar e povoar o território. Nos planos de Solano López seria uma guerra rápida.

O Mato Grosso tinha uma população pequena em meados de 1860 com menos de sessenta e cinco mil habitantes dos quais

vinte e quatro mil eram índios e outros seis mil eram escravos. A maioria vivia em comunidades pequenas e isoladas. Tão isoladas poucos brasileiros que ali viviam sentiram o perigo imediato proveniente do Paraguai (WHIGHAM, 2012, p. 193).

Enquanto as autoridades brasileiras se preocupavam com seus planos de intervenção no Uruguai em defesa da vida e propriedade de seus súditos e para manter sua zona de influência os agentes de Solano López trabalhavam para produzir informações de valor estratégico sobre o Mato Grosso.

Na região em disputa entre o Rio Apa e o Rio Blanco foram enviados agentes secretos paraguaios para prospectar informações sobre o terreno e sobre as guarnições brasileiras. Como recordou o historiador José Maia Guimarães (1964, p.54). “Um agente travestido de investidor era o Ten. Cel. Francisco Isidoro Resquín que tinha recebido ordens para reconhecimento da área em disputa”.

A geopolítica da região foi um elemento central nas causas da Guerra do Paraguai. No cerne das preocupações geopolíticas estavam a livre navegação dos rios e o perigo de bloqueio e também as disputas territoriais. O Brasil e a Argentina tinham a vantagem estratégica de poder cortar o fluxo de suprimento e armas para o Paraguai que, por sua vez, poderia prejudicar a navegação para cima do Rio Paraná realizada por barcos argentinos e brasileiros.

Houve, igualmente, um erro de cálculo geopolítico por parte dos estrategistas brasileiros que consideravam escassa a possibilidade do exército paraguaio vir em auxílio ao Uruguai em caso de invasão brasileira. Tal vaticínio era baseado na ausência de fronteira comum entre o Paraguai e o Uruguai, fato esse facilmente superado pela posterior invasão paraguaia da província de Corrientes na Argentina.

Em suma, as concepções de revisão de território que incentivaram ações militares agressivas por parte do Paraguai estavam todas alicerçadas em critérios geopolíticos como a ideia de *Gran Paraguay*, uma espécie de *lebensraum* paraguaio da mesma forma que argentinos e brasileiros pretendiam obter a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai e a neutralidade do Uruguai como um

separador de suas próprias rivalidades (*buffer State*) enquanto resultado de suas avaliações geopolíticas da Região do Prata.

4.5. A Ofensiva, a Defensiva e o Estopim da Guerra.

Outro estudo importante para o realismo político para a compreensão das causas da guerra está relacionado aos padrões de equilíbrio de poder e suas noções sobre os conceitos de ofensiva e defensiva. A postura ofensiva levada a cabo por um líder nacional é outra forma de explicar a percepção de ameaças conforme exposto por Stephen Walt (1987). Raymond Aron, em seu clássico do realismo político *Paz e Guerra entre as Nações*, explora os conceitos afirmando que é necessário entendê-las não somente no campo bélico, mas também em seus significados políticos.

Há um nível de abstração nessas noções que dá significado a distinção entre as potências ofensivas e defensivas. A primeira buscando impor sua vontade às outras e a segunda tentando resistir à imposição da vontade alheia (ARON, 2002). Trata-se de uma significação política dada ao campo militar em um período histórico determinado.

Numa determinada conjuntura, os Estados que se sentem satisfeitos (de modo geral, aqueles que ditaram os termos da paz, no fim da última guerra) desejam manter o *status quo*; os Estados insatisfeitos querem modificá-lo (ARON, 2002, p.141).

Essas definições dependerão de uma conjuntura histórica específica. O Paraguai de José Gaspar Rodríguez de Francia adotou o isolacionismo como política ao mesmo tempo em que fortalecia a unidade nacional, pode-se afirmar que era uma potência defensiva para os padrões da época, isto é, o início do século XIX. Solano López inverterá essa postura com sua política de *Gran Paraguay*, modernizando suas forças armadas, construindo fortes e assumindo um discurso mais agressivo em relação aos vizinhos. A distinção entre um Estado satisfeito e um Estado revisionista é tênue, pois “a iniciativa das hostilidades depende de um cálculo de forças, da possibilidade de êxito que se atribui cada Estado. A

satisfação raramente é integral” (ARON, 2002, p.142). O Império se enquadraria bem no parâmetro de Estado satisfeito ou potência defensiva, mas mesmo assim teve que assumir encargos de segurança regional ao intervir militarmente no Uruguai.

O acinte de ser ofensivo ou a prudência de ser defensivo não é uma ação autônoma do poder militar, depende da política, embora não esteja totalmente submetido a critérios políticos. A complexidade do jogo diplomático e estratégico entre os Estados faz com que a análise amplie seu escopo para a conjuntura. Solano López pensava que o grande vetor para elevar sua glória e a de seu país era a vitória militar, talvez seja essa postura a que defina com maior clareza sua conduta ofensiva. “o triunfo militar absoluto, mesmo que não seja indispensável à realização dos projetos políticos, aumenta o prestígio” (ARON, 2002, p.146).

Nas palavras de Hans Morgenthau o Paraguai de Solano López era um Estado revisionista, ou seja, adotava “uma política que visava derrubar o *satus quo* com uma reversão das relações de poder entre duas ou mais nações” (MORGENTHAU, 1993, p.57). Para obter tal resultado Solano López pensava em uma nova estrutura modificada da balança de poder regional. O Uruguai, sob ameaça de intervenção de um país rival do Paraguai no momento, o Império do Brasil, contava com o poder militar paraguaio para sua sobrevivência política. Manter a independência e sobrevivência de uma nação é uma função de um sistema de equilíbrio de poder.

Os *blancos* uruguaios confiavam em sua aliança com os paraguaios e também alimentavam essa vontade de Solano López de desempenhar um papel proeminente nas relações internacionais sul-americanas. O ministro do exterior uruguaio, Juan José de Herrera dizia em suas instruções ao seu enviado à Assunção para que este alimentasse o ânimo de Solano López por uma nova balança de poder regional. Dizia que “o sistema de equilíbrio de poder conserva a paz porque inspira o temor da guerra”.⁹³

⁹³ Juan José de Herrera para Lapido. 15 de Abril de 1864. In: Luis Alberto de Herrera, op. Cit., v. 2, p.429.

O espírito de manutenção de um equilíbrio de poder favorável aos interesses paraguaios era deixado claro por Solano López. Como exposto anteriormente, ele redigiu uma nota lida por seu ministro do exterior que afirmava “que o governo da República do Paraguai consideraria qualquer ocupação do território uruguaio por forças imperiais como um ataque à balança de poder dos estados platinos”⁹⁴.

Ocorre que o presidente paraguaio falhou em perceber que os interesses brasileiros eram os mesmos, ou seja, manter a independência uruguaia. A questão era: Quem controlaria o país? Aliados políticos de Solano López ou do Império? Essa era a luta real que resultará em conflito entre o Rio de Janeiro e Assunção. As percepções uruguaias e paraguaias acerca do Império eram rotas. Em um encontro entre o ministro do exterior uruguaio, José Herrera e o líder paraguaio notava-se a ascensão de um dilema de segurança em relação ao Brasil.

Ambos consideravam os brasileiros como expansionistas preparados a qualquer momento para engolir territórios em disputa. Ambos temiam também as maquinações de Mitre, o qual viam como um manipulador que colocava os povos do prata uns contra os outros para recolher depois alguns espólios (WHIGHAM, 2002, p.140).

A política externa dirigida por Solano López pretendia influenciar nações menores como o Uruguai e as províncias de Corrientes e Entre Ríos e, desta forma, ser o líder de uma nova aliança regional que equilibraria poder com o Brasil e a Argentina. Certamente a percepção do presidente paraguaio era entender o Brasil e a Argentina como ofensivos. O pai de Solano López, Carlos López, argumentava em favor de uma política defensiva que seu filho não seguiu.

É evidente que o governo paraguaio discordava da forma pela qual o Brasil tratava as questões de limites. Não se tratava de discordar do *uti possidetis* por exemplo, mas sim da forma que os brasileiros o interpretavam. Para Solano López havia uma agenda oculta expansionista em toda ação brasileira. Em um discurso

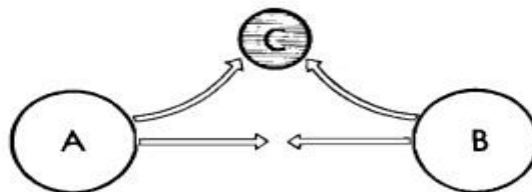
⁹⁴ José Berges para Vianna de Lima. Assunção. 30 de agosto de 1864. *Archivo Nacional de Asunción*.

para seus soldados Solano López alertava-os: “os brasileiros querem nos escravizar” (MASTERMAN, 1890, p.x).

Formava-se no Prata a configuração de uma balança de poder que só seria desfeita com a Guerra do Paraguai. A distribuição de forças na região ficou similar ao “padrão de competição” de equilíbrio de poder que Hans Morgenthau explica como um modelo no qual há uma precária estabilidade e segurança nas relações entre A e B e que mantém a independência de C. No entanto, “a independência de C é uma mera função das relações de poder existentes entre A e B” (MORGENTHAU, 1993, p.190).

Nesse exemplo do padrão de competição é possível incluir na balança de poder existente no início da Guerra do Paraguai o Paraguai como “A” junto com seus aliados *blancos* no Uruguai; “B” como o Brasil e seus aliados, a Argentina e os *colorados* no Uruguai; “C” representa o Uruguai sendo disputado por Brasil e Paraguai enquanto zona de influência geopolítica.

Figura 1 – Padrão de Competição da Balança de Poder



Fonte: Morgenthau (1993, p.190).

Nesse padrão de competição o pivô era o Uruguai e suas disputas internas. Apesar de criticar a intervenção brasileira os paraguaios faziam um jogo idêntico com a ajuda aos *blancos*. Solano López tentou até o início do conflito uma aliaça com Urquiza, o caudilho de Entre Ríos, mas o comandante entrerriense faz um cálculo racional no qual vislumbrou os perigos de acomodar interesses com uma potência vizinha em detrimento de Buenos Aires e o Império. Para ajudar o Uruguai os militares paraguaios precisariam necessariamente invadir o território argentino. Em nenhum momento era provável esperar que Mitre, em Buenos Aires, ou

Urquiza, em Entre Ríos, concedessem permissão para a passagem das tropas pelo território argentino.

Faz-se necessário adicionar também à análise conjuntural os apegos à honra e glória que os líderes nacionais possuíam. Pedro II defendia a glória de sua nação como a sua própria do mesmo modo que Solano López entendia em relação à nação paraguaia. Fazia parte da política de prestígio desses Estados. Solano López “concluiu que uma guerra traria a ele prestígio e honra” (SAEGER, 2003, p.108).

Como explica Raymond Aron (2002) a glória tem um potencial gerador de conflitos na medida em que seus significados não são compartilhados. A intervenção do Brasil no Uruguai ou simplesmente não querer ouvir Solano López negando sua mediação no conflito uruguaio foi visto como uma ofensa à glória da nação paraguaia. O intérprete da honra e glória paraguaias era Solano López, obviamente. Em um manifesto à Nação escrito logo após sua chegada ao poder o novo presidente paraguaio deixa evidente seu interesse em “conquistar abundante glória para a nação”⁹⁵.

Nesse aspecto a guerra vindoura parecia inevitável, pois os conceitos de glória pessoal e nacional dos líderes nacionais argentinos, uruguaio, paraguaio e brasileiros entravam em choque em muitos pontos. Em 1864 o Uruguai era uma zona de influência no sentido geopolítico para o Brasil. Em contraste, para o Paraguai, o governo uruguaio *blanco* era seu aliado político e uma intervenção militar seguida de golpe de Estado que os retirassem do poder em Montevidéu. Uma causa central da guerra já estava instalada e a glória e honra de um dos contendores seria fatalmente ofendida com a manutenção ou com a retirada dos *blancos* do poder.

⁹⁵ Francisco Solano López. Manifesto Para a Nação. Assunção. 13 de Setembro de 1862. *Archivo Nacional de Asunción*.

Foi possível identificar até aqui as origens da Guerra do Paraguai analisadas dentro de um referencial teórico do realismo político. Os conceitos de dilema de segurança, balança de poder, balança de ameaças e suas variáveis, poder agregado, capacidades ofensivas, proximidade geográfica e intenções agressivas foram conectados com os processos históricos nos campos político, estratégico e militar. Não há uma causa única ou evidente nessa que foi a maior guerra da América do Sul, mas sim uma evolução das percepções de ameaças que resultaram em um conflito de larga escala.

Por essa razão foi exposta uma compreensão ampliada incluindo os vários atores políticos e os processos históricos principais. Da mesma forma que Tucídides, no século V a.C. privilegiou em seu estudo clássico sobre as causas da Guerra do Peloponeso a compreensão das percepções de ameaças considerei necessário identificá-las no caso da Guerra do Paraguai. Enquanto Esparta se sentia ameaçada por Atenas, mesmo que essa última não possuísse intenções agressivas e expansionistas, mas as percepções espartanas consideravam os atenienses como um perigo real.

O Paraguai de Solano López identificava no Brasil, conforme exposto anteriormente, uma ameaça iminente e não havia pudor em chamá-lo de inimigo, embora a doutrina estratégica brasileira não fosse expansionista e privilegiasse a defensiva e a manutenção do *status quo* regional. As percepções costumam estar erradas e quando os erros acabam em guerras de longa duração os efeitos são trágicos.

A Guerra do Paraguai tem, ao menos, três eventos que podem ser identificados como causas imediatas de um conflito já anunciado pela elevação das tensões. Os dois primeiros tem relação direta com a Guerra Civil entre *blancos* e *colorados* no Uruguai. Em primeiro lugar, é preciso considerar o fracasso das negociações diplomáticas da Missão Saraiva em 1864 (vide tópico 4.1) que buscava evitar a

intervenção militar no Uruguai. Em outubro de 1864 as tropas brasileiras invadiram o território uruguaio apoiando Venâncio Flores, líder colorado que os brasileiros queriam colocar no poder em Montevidéu. Solano López reagiu elevando o tom de ameaça em defesa dos uruguaios.

El Paraguay no debe aceptar ya por más tiempo la prescindencia que se há hecho de su concurso, al agitarse en los estados vecinos cuestiones internacionales que han influído mas ó menos diretamente en el menoscabo de sus mas caros derechos [...] vuestra union y patriotismo, y el virtuoso ejercito de la Republica, han de sostenerme en todas las emergencias para obrar cual corresponde á una nacion celosa de sus derechos y llena de su grandioso parvenir⁹⁶.

A invasão foi resultado direto da negação dos uruguaios em aceitar o *ultimatum* brasileiro que requeria, entre outras coisas, a punição dos agentes públicos que haviam cerceado os direitos dos brasileiros residentes no Uruguai. Nas vésperas da intervenção militar brasileira o poder naval di Império já se impunha na forma da diplomacia das canhoneiras (*gunboat diplomacy*), uma forma de dissuasão e demonstração de poder para acelerar um acordo.

O vice-almirante Tamandaré bloqueava o porto de Montevidéu e ameaçava bombardear a cidade. O relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros descreve esse momento crítico que iniciaria uma guerra envolvendo todas as nações do Prata. O *Ultimatum* brasileiro foi rejeitado pelos uruguaios e o Império recorreu às armas para defender o direito de seus súditos.

O presidente Aguirre tudo subordinou ao espírito do partido, frustrando assim os esforços tão nobremente empregados para salvar o país da crise gravíssima na qual se encontrava. Em tais circunstâncias, o governo imperial, compreendendo a inutilidade de insistir falar à razão e a consciência do governo oriental, ordenou ao seu ministro, em 21 de Julho, que regressasse a Montevidéu e ali intimasse ao seu respectivo governo um prazo dentro do qual desse este satisfações, que exigíamos, sob pena de passarmos a fazer pelas nossas próprias mãos a justiça, que nos era negada. Expirado aquele prazo,

⁹⁶ Discurso de Solano López de 2 de setembro de 1864. Apud, PARANHOS, nota 2. In: SCHNEIDER, op. cit., vol I, p. 101.

devia-se retirar-se a missão especial, depois de haver anunciado ao governo da República o começo das represálias⁹⁷.

Em segundo lugar, o Paraguai, na figura de seu presidente e aliado dos *blancos* uruguaios se sentiu fortemente ofendido com a intervenção brasileira e decidiu retaliar aprisionando o navio civil brasileiro *Marquês de Olinda* que fazia a rota comercial até Cuiabá em novembro de 1864. O ataque ao navio brasileiro surpreendeu o Império, embora as intenções agressivas paraguaias tivessem sido expostas há pelo menos uma década (DORATIOTO, 2006).

O líder paraguaio chega a comentar em carta ao seu general Isidoro Resquín que não entendia a razão de um navio brasileiro estar em águas paraguaias “[...] ‘depois que o Brasil nos declarou guerra’ [...]”⁹⁸. López se referia ao fato de tropas brasileiras ingressarem no território uruaio. Ocorre, contudo, que o Paraguai não havia declarado guerra ao Brasil, tampouco o Brasil havia feito isso.

O governo paraguaio falsificou as ações do início do conflito afirmando que foi o Brasil que iniciou as hostilidades. O ministro paraguaio em Londres e Paris comunicou o estado de guerra entre o Império e o Paraguai, devido a “[...] ‘hostilidades iniciadas pelo Brasil sem prévia declaração de Guerra’, dando a entender, em evidente falsificação, que houvera um ataque brasileiro a alvo paraguaio”⁹⁹.

Uma carta do ministro brasileiro Vianna de Lima em Assunção ao sair do país depois da apreensão do navio *Marquês de Olinda* expressava a surpresa com a agressão paraguaia. “[...] o Governo Imperial está longe de esperar a triste notícia que lhe vou dar do ato de perfídia e pirataria praticado pelo presidente López.”¹⁰⁰

Venâncio Flores, o líder uruaio aliado do Império envia nota de repúdio à ação paraguaia e reafirma seu apoio ao governo imperial.

⁹⁷ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relatório. 1864. p. 13

⁹⁸ LÓPEZ. Carta de López de 15 de novembro de 1864. Apud, DORATIOTO, op. cit., p. 66

⁹⁹ PARAGUAI. Nota de Candido Bareiro a Russel, de 1º de fevereiro de 1865.

¹⁰⁰ BRASIL. Ofício de Vianna de Lima ao ministro de Estrangeiros, de 7 de dezembro de 1864. Apud, MELLO, op. cit., p. 135.

Um empenho sagrado nossa aliança com o Brasil na guerra deslealmente declarada pelo governo do Paraguai, cuja ingerência nas questões internas da República do Oriental é uma pretensão ousada e injustificável¹⁰¹.

E, por fim, em dezembro de 1864 o duro golpe ao Império quando tropas paraguaias levaram adiante um plano de invasão previamente forjado por Solano López e seus assessores de invasão do Mato Grosso. A Argentina foi levada a guerra por uma razão geográfica inescapável aos paraguaios.

Para chegar ao Uruguai em auxílio aos seus aliados eles precisavam, necessariamente, passar pelo território argentino. E fizeram isso sem autorização atacando a cidade de Corrientes e Lataí. O mapa abaixo identifica as agressões paraguaias no Mato Grosso, tomando o território em disputa entre o Rio Apa e o Rio Branco e ao sul, invadindo o território argentino em Corrientes e Missões, para chegar à Uruguaiana, no Rio Grande do Sul.

¹⁰¹ URUGUAI. Nota de Flores ao plenipotenciário imperial de 28 de janeiro de 1865. In: SCHNEIDER, op cit., vol I. Apêndice, nº 42 pp. 61-62

Mapa 7 – A Ofensiva Paraguaia



Fonte: Doratioto (2006, p.176).

O ataque paraguaio foi visto com agrura e consternação. Na imprensa nacional os jornais lembravam a ingratidão do Paraguai, uma vez que o Brasil foi a principal potência que patrocinou e defendeu sua independência contra os anseios expansionistas do argentino Juan Manuel de Rosas. O editorial do *Diário do Rio de Janeiro* foi enfático.

Surpreendeu o atentado paraguaio contra a soberania e dignidade do Império. [...] López, esquecendo-se de quanto deve ao Império e postergando todas as regras do direito das gentes [direito internacional] viesse subitamente, em pleno século XIX, restaurar uma prática das guerras da Idade Média, aprisionando, sem prévia declaração de hostilidades, um navio de comércio cujo a bordo ia de passagem um alto funcionário público revestido de caráter político. [...] para auxiliar nesse empenho de honra a que tão diretamente se prendem os destinos da civilização e da liberdade no Prata, deve-se esperar e contar

com a coadjuvação efetiva do ilustrado governo da Confederação Argentina, que confiado às mãos do partido que nessas regiões representa o elemento liberal e civilizado, não pode deixar, por seu próprio interesse, de se aliar ao Brasil em uma guerra destinada a acabar de uma vez com a influência perniciosa e ameaçadora que pôs em risco a paz e progresso dessa região¹⁰².

O agravo do discurso era seguido de uma interpretação voltada a manutenção da honra nacional com termos como “civilização” contra “barbárie”. A mesma indignação é percebida nos documentos oficiais brasileiros. No Senado o sentimento patriótico foi sublimado nas palavras do imperador Pedro II.

O presidente na República do Paraguai, contra todas as regras de direito internacional, mandou apresar o vapor brasileiro Marques de Olinda, que, à sombra da paz, se dirigia para o Mato Grosso, e levava o presidente nomeado para essa província, o qual, assim como outros brasileiros, ainda hoje se acha preso. As tropas paraguaias invadiram depois, por modo inaudito, a mesma província do Mato Grosso. O governo brasileiro, no firme empenho de vingar a soberania e a honra nacional ultrajadas, tem empregado todos os meios ao seu alcance na organização do Exército da Armada para a guerra a que fomos provocados por esta República. [...] a justiça da causa; o patriotismo da nação; e o brio de nossos soldados afiançam-nos o mais completo triunfo¹⁰³.

Como se nota, “era inabalável a resolução do monarca de prosseguir a guerra contra López, enquanto ele estivesse no Paraguai” (RODRIGUES, 2009, p33). Por sua parte, a imprensa paraguaia controlada pelo governo usava o mesmo maniqueísmo identificando o Império como bárbaro. Definiam a Tríplice Aliança como. “Exterminadora, bárbara, monstruosa, fratricida, injusta, un crimen de lesa libertad”. [...] la alianza no atacaba solamente a Paraguay sino a la civilización y a las luces.” [...] Muerte a la Triple Alianza¹⁰⁴. Tentavam, igualmente, incutir na população a ideia que o Brasil era uma nação imperialista.

¹⁰² Diário do Rio de Janeiro. 1º de janeiro de 1865

¹⁰³ Anais do Senado. 1865.

¹⁰⁴ El Centinela, Assunção, 5 de Setembro de 1867.

La desaparición de una República por el poder absorbente de la corona de Braganza, no sino el primer paso que su fuerza y diplomacia preparara para dirigir su alevoso ataque contra sus propios aliados, primero, y el resto de América después.¹⁰⁵

No caso brasileiro, o discurso do imperador no Senado teve forte repercussão nacional. Tal como o líder paraguaio o imperador também compartilhava significados sensíveis de honra e glória ultrajadas. A cobrança de retaliações crescia e o imperador representava esse espírito de revolta com a agressão paraguaia. O relatório do Ministério da Guerra seguia na mesma linha.

Nossos soldados aparecerão no teatro de guerra com o valor e o arrojo que se admiram nos melhores exércitos das nações cultas. [...] Acerca da agressão que o Paraguai fez ao Império, a quem deve existência política; que de nós recebera instrução, armamento e planos de defesa; que nos deve ter se libertado do déspota argentino que procurava esmagar aqueles povos, devo dizer-vos que a indignação, de que nos possuímos, correspondeu à gravidade da afronta e das atrocidades cometidas na província de Mato Grosso. [...] não tardará, porém, a hora, em que reconhecerão que impunemente não se ultraja uma nação briosa¹⁰⁶.

Impressiona também o lugar que o Paraguai ocupava nas preocupações estratégicas do Império antes de ter seu território invadido. Nos relatórios do Ministério da Guerra e do Ministério dos Negócios Estrangeiros quase não se falava sobre o Paraguai. Com exceção dessas poucas linhas que se encontram nesse relatório ministerial de 1864 comentando o protesto do governo paraguaio contra a intervenção brasileira no Uruguai. “O governo do Paraguai havia protestado solenemente contra qualquer ocupação do território oriental por forças imperiais, como um atentado contra o equilíbrio das Repúblicas do Prata”¹⁰⁷.

Logo após o relatório volta a discorrer sobre a Missão Saraiva e a situação interna do Uruguai sem levar em consideração o perigo iminente que vinha sendo preparado há anos pelas forças paraguaias por intenção de seu líder máximo, Solano López. Estranha ler, por exemplo, outra solitária citação ao Paraguai na

¹⁰⁵ "La guerra de la triple alianza contra el Paraguay", Cabichuí, Paso Pucú, 10 de junio, 1867, 2

¹⁰⁶ Ministério da Guerra. Relatório de 1863. p. III

¹⁰⁷ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relatório. 1864. p. 21

página seguinte: “Achavam-se rotas as relações entre o Brasil e o Paraguai, havendo fundado receio de que pudessem vir dali auxílios para o governo oriental”¹⁰⁸.

Se haviam preocupações e se os oficiais brasileiros tinham todos os indícios do potencial ameaçador do Paraguai por que não se preocuparam com o Paraguai? O Relatório somente afirmar que o Império não possuía boas relações com esse país temporariamente sem nada a declarar sobre as intenções agressivas do país vizinho. Os erros estratégicos cometidos em relação ao Paraguai ajudam a explicar essa situação.

Provavelmente não acreditavam os políticos brasileiros no poderio paraguaio que havia sido construído na última década. Em um discurso na Câmara dos Deputados em 1862 percebe-se essa falta de interesse e menosprezo pelo “perigo paraguaio”. Em um raro discurso incluindo o Paraguai no assunto o deputado Martinho Campos dizia sobre as disputas por limites territoriais com essa nação. “Não sei por que temos que recear quando tratamos como uma nação mais fraca que qualquer de nossas províncias de segunda ordem”¹⁰⁹.

Foi apresentado anteriormente como o Paraguai desenvolveu seu poder militar com um projeto de nação à revelia do interesse brasileiro que permanecia equivocado em sua percepção acerca do vizinho menor. As forças paraguaias em dezembro de 1864 eram mais numerosas e adestradas que as brasileiras. Conforme ressalta o historiador Alfredo da Mota Menezes.

Não se encontra nos documentos, debates no Congresso, jornais, dados que mostrem uma atuação adequada da diplomacia brasileira no país guarani. Uma falha que trará consequências dramáticas para o Império (MENEZES, 2012, p.163).

A rápida conquista do Mato Grosso enfureceu os brasileiros que, na prática, quase nada conheciam sobre Solano López e o Paraguai. Alguns políticos importantes

¹⁰⁸ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relatório. 1864, p. 22

¹⁰⁹ Anais da Câmara dos Deputados. Brasília. 9 de Julho de 1862, p.10.

do Império como Zacarías de Gois, presidente do Conselho de Ministros, até sabiam das intenções agressivas relatadas por brasileiros que visitavam ou trabalhavam no Paraguai. Contudo, não foi levada a sério a ameaça por não acreditarem os oficiais brasileiros no potencial militar ofensivo do Paraguai.

Quanto aos equívocos estratégicos de Solano López deve-se recordar de dois principais. O primeiro era confiar na aliança com Urquiza, o líder entrerriense, que no fim acabou se aliando aos seus compatriotas argentinos e também graças ao cálculo racional de que se aliar ao Brasil traria mais benefícios já que o Paraguai tinha menos recursos. Além disso, muitos militares brasileiros e argentinos tinham experiência de combate enquanto os paraguaios não.

A empreitada militar de Solano López contava com o apoio de Urquiza, que em fim não veio, e com uma Argentina neutra, o que também não ocorreu depois que as tropas paraguaias invadiram Corrientes. Os argentinos, por sua vez, também se equivocaram ao pensar que os paraguaios se deteriam com a recusa da permissão de passagem por seu território. Ao contrário, Solano López ratificou suas intenções agressivas após a intervenção brasileira no Uruguai afirmando aos uruguaios *blancos*: “reconquistaremos seu território”¹¹⁰.

O mais lógico nessa situação era esperar que a Argentina se aliasse ao Brasil em seu esforço de guerra no caso de violação do território argentino, mas Solano López em vez disso elevou o tom de ameaças agora contra o presidente argentino Mitre afirmando que “se eles [buenoairenses] me provocarem eu irei adiante com tudo” (VICTORICA, 1865, p. 487).

Em segundo lugar e o erro mais importante de Solano López, o poder agregado brasileiro, sendo uma nação com uma população muito maior e, portanto, com um exército mobilizado que certamente viria a ser muito mais numeroso que o paraguaio, mesmo que isso levasse quase dois anos para acontecer como ocorreu, de fato. O poder naval brasileiro era superior não somente em relação ao Paraguai,

¹¹⁰ Francisco Solano López para Cândido Barreiro, Assunção. 1º de Fevereiro de 1865. *Archivo Nacional de Asunción*.

mas também em toda América do Sul. “A Marinha brasileira era a mais poderosa da América do Sul em meados de 1860” (WHIGHAM, 2002, p.170).

As características de uma guerra em larga escala e de longa duração na região do Prata deve levar em consideração o poder naval, pois a única saída logística, militar e comercial viável para o Paraguai era navegar abaixo nos Rios Paraguai e Paraná até o oceano. Logo no início da guerra a Marinha brasileira bloqueou o Paraguai estrangulando seu comércio para repor armas. Pouco tempo depois a Marinha Paraguaia foi praticamente destruída na batalha naval do Riachuelo. Em outras palavras, o Paraguai iniciou uma guerra ofensiva em dezembro de 1864 e já no início de 1865 teve que se colocar em uma guerra defensiva.

Os planos estratégicos e geopolíticos do Brasil e do Paraguai entrariam em choque em relação ao Uruguai e a livre navegação dos rios. O Brasil entendia o Uruguai como zona de influência e o Paraguai também passou a desejar o Estado Oriental para seus interesses próprios. O Brasil não levou a sério a competição e quando acordou já estava invadido em seu território. Em setembro de 1864 o Brasil enviou cerca de 12 mil soldados ao Uruguai. Em resposta o Paraguai aprisionou o vapor brasileiro Marques de Olinda em novembro do mesmo ano e em dezembro invadiu o território brasileiro no Mato Grosso.

Não é objetivo desse trabalho discorrer sobre as batalhas da guerra, mas sim esmiuçar as origens do conflito. Contudo, a Guerra do Paraguai também é importante como estudo de caso de erros estratégicos no campo da inteligência militar. Estima-se que cerca de 50 mil brasileiros perderam a vida naquela tragédia bélica. Quanto ao Paraguai a estimativa é ainda mais perturbadora com redução de cerca de 60% da sua população. Foram mortos mais de 140 mil paraguaios segundo os estudos de Whigham e Potthast (1999) ao final do conflito. Em 1864 eram 420 mil paraguaios. O sonho de *Gran Paraguay* de Solano López acabou por tornar-se um pesadelo materializado na maior das guerras do continente sul-americano.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até aqui foram analisadas as possíveis causas da Guerra do Paraguai em um esforço de conectá-las com o realismo político, uma teoria das Relações Internacionais voltada, majoritariamente, para o estudo das guerras e suas origens. Buscou-se aqui, igualmente, uma compreensão ampliada dos processos históricos que levaram os principais atores da Região do Prata a se digladiarem em uma guerra de longa duração.

A historiografia da Guerra do Paraguai foi apresentada até o período presente em tradições que não haviam buscado conectar as causas da guerra com os conceitos de uma teoria de Relações Internacionais que estuda as motivações dos conflitos armados entre as nações e seu ambiente regional. Preencher essa lacuna era uma tarefa importante que precisava ir além das correntes historiográficas existentes.

Logo após o término da guerra em 1870 a primeira corrente limitava-se a descrever as batalhas no campo da história militar; a corrente revisionista dos anos 1960 e 1970, por sua vez, adicionou um elemento ideológico que privilegiou um materialismo histórico insuficiente para abranger as várias causas gerais e imediatas do conflito apresentadas nesse trabalho; afirmar apenas que a guerra foi um resultado do interesse econômico inglês que usou o Brasil enquanto laçao de sua política imperialista anti-Paraguai é um reducionismo e já foi refutado por trabalhos como o de Doratioto (2002) e Menezes (2012).

Por fim, também foi ressaltado que a mais recente corrente historiografia pós-1990, por alguns chamada de neo-revisionista, ampliando as fontes e buscando superar os materialistas históricos, contribuiu fortemente para compreensão ampliada do conflito. Contudo, não houve nessa corrente uma ligação entre as causas identificadas e os conceitos teóricos apresentados aqui como o dilema de segurança, a teoria da balança das ameaças, anarquia internacional, os três níveis de análise de Waltz e as variáveis geopolíticas.

O contexto da Guerra do Paraguai e seus significados peculiares estimulavam uma conexão com o realismo político na medida em que os países da região se identificavam com os conceitos realistas nas suas políticas exteriores e nas suas

doutrinas estratégicas. Tanto o Paraguai quanto o Império do Brasil privilegiavam uma interpretação sensível da honra e glória nacionais que ao serem feridas, geralmente, significava recorrer às armas na América do Sul do último quartel do século XIX.

As disputas territoriais entre os contendores da Guerra do Paraguai foram aqui apresentadas e ligadas a sua importância regional. Em um período onde a livre navegação significava necessidade de sobrevivência da província do Mato Grosso e ao Paraguai controlar essa navegação era similarmente essencial para os anseios expansionistas de Solano López conclui-se que seria fraturada uma análise das causas da guerra sem o elemento geopolítico.

Do mesmo modo as disputas pendentes da região platina abundavam principalmente entre brasileiros, paraguaios e argentinos conforme esse trabalho apresentou. Não havia acordo e a diplomacia foi insuficiente para alcançar um arranjo entre os futuros contendores. Nesse aspecto, entender os conceitos de “Estado Satisfeito”; “Estado Revisionista”; “Política de *Status Quo*” e os padrões de equilíbrio de poder foram contribuições profícuas do realismo político.

Em 1864 os territórios do Brasil, Argentina e Paraguai não estavam totalmente consolidados. É a política que determina o Estado e seu território, muitas vezes com seu vetor de poder militar e não somente a diplomacia. O Paraguai, principalmente após a chegada ao poder de Solano López em 1862 declarou abertamente um desejo estratégico ofensivo e expansionista que não de encontro a consolidação diplomática brasileira de seu território no Oeste. A diplomacia era feita à sombra das armas.

O Uruguai, apesar de desempenhar um papel menor durante a guerra, foi peça fundamental na engrenagem que acionou o conflito. A Guerra Civil no país, visto como um *Buffer State*, Estado Tampão, por Brasil e Argentina, ou seja, um espaço separador de sua rivalidade histórica, entraria em outro cálculo estratégico ao ser adicionado como zona de influência do Paraguai aliado do governo Blanco em Montevideu. O barril de pólvora estava colocado em uma relação trilateral de balança de poder envolvendo o a influência política sobre o Estado Oriental.

As disputas internas no Uruguai entrelaçavam interesses estratégicos dos três principais atores envolvidos na guerra. De fato, muitas violações dos direitos dos brasileiros residentes no Uruguai são relatadas e não seria a primeira intervenção militar brasileira nesse país. Ademais, uma aliança histórica inédita foi possível diante da chegada ao poder de grupos políticos liberais no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. O governo *Blanco* pretendia fortalecer sua aliança com o Paraguai visando alterar a distribuição de poder regional, ou seja, um novo equilíbrio de poder. Nesse aspecto a aliança com o Uruguai estava na ponta de lança do projeto geopolítico paraguaio de *Gran Paraguay*.

Finalmente, a intervenção brasileira no Uruguai foi retaliada pelos paraguaios sem declaração formal de guerra e irrompeu o conflito. Nesse momento apenas o Brasil percebeu, com a invasão de seu território, que havia um forte desafiante ao seu domínio regional com uma doutrina ofensiva, forças armadas bem equipadas e adestradas e com um moral nacional elevado para a guerra. Hans Morgenthau (1993, p.149) define o conceito de Moral Nacional como um fator humano qualitativa na mensuração do poder nacional. “O moral nacional é o grau de determinação no qual a nação apoia a política externa de seu governo em tempos de paz ou guerra”.

Não foram percebidas as movimentações paraguaias por parte de seus vizinhos. O mais importante: havia um projeto de nação em busca de mais poder e reconhecimento e uma doutrina ofensiva em curso. Para isso o sistema educacional do país; o controle das instituições e da imprensa por parte da família López instaurou no país um moral nacional elevado e guerreiro sedento por glória e pronto para seu destino histórico que só poderia ser alcançado por meio da guerra. Leon Tolstói, em seu clássico *Guerra e Paz*, dá uma vívida análise sobre a importância do moral nacional para o sucesso militar.

Na guerra a força dos exércitos é o produto da massa multiplicada por alguma coisa a mais, um X desconhecido. [...] X é o espírito do exército, o desejo maior ou menor de lutar e de

enfrentar perigos. [...] o espírito do exército é o fator que multiplicado pela massa resulta no produto da força¹¹¹.

Esse espírito guerreiro na sociedade militarizada paraguaia era proeminente no início da guerra. O fator X descrito por Tólstói depende do grau de suporte que a nação concede ao seu governo, isto é de um moral nacional elevado. E a massa, ou o número, o poder agregado paraguaio, contava com efetivos superiores para surpreender os adversários. Evidentemente que o moral nacional paraguaio declinou quando seus soldados perceberam que não havia conexão entre o discurso de glória de Solano López e o poder material de seu país. Em uma carta durante a guerra o presidente paraguaio expõe sua crença de lutar até o último homem pela glória pátria.

Estou disposto a continuar combatendo até que Deus e nossas armas decidam a sorte definitiva de nossa causa. [...] Ela [a pátria] me impôs esse dever, e eu me glorifico de cumpri-lo até a última extremidade. Só a Deus devo conta e se o sangue tem que correr, contudo, ele tomará contas sobre quem tenha pesado responsabilidade¹¹².

O editorial do jornal *Semana Ilustrada* refletia, do lado brasileiro, as mesmas noções da glória maculada pelas agressões paraguaias.

Cidadãos! Sanhudo barbarismo açula-se contra nós lá das plagas ao Sul do Império. Um fato inaudito de selvageria acaba de ser praticado contra a integridade do Brasil. [...] esses imprudentes se atreveram a provocar o Gigante Sul Americano. Que o sangue desses salteadores mancha e polui, mais do que lava. Que lave o solo vil do Paraguai o ainda mais vil sangue paraguaio. [...] López, tresloucado ambicioso, que sonhaste a irrisória dominação do Prata, cavaste teu próprio abismo; faça a oração dos moribundos que teus dias são breves¹¹³.

O discurso de agressividade entre as partes era constante e buscava também manter esse espírito guerreiro. No entanto, à parte dos elementos qualitativos do

¹¹¹ Leon Tolstói. Guerra e Paz, Parte XIV, Cap. II.

¹¹² Francisco Solano López para Comando da Tríplice Aliança. Quartel General de Pikysry. 24 de Dezembro de 1868. In. Maracaju (1922, p.66).

¹¹³ *Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro. 25 de dezembro de 1864.

poder nacional é preciso ressaltar o poder naval brasileiro como fator preponderante para o bloqueio da nação guarani e para a elevação do moral brasileiro após a quase destruição da Marinha Paraguaia. Quando o território paraguaio foi invadido e o país deixou a ofensiva para se ocupar da defensiva o moral nacional estimulado por Solano López foi quebrado. O Paraguai havia sobrevalorizado seu poderio e subvalorizado o poder de seus rivais.

Concluiu-se, da forma similar, que um estudo sobre as causas da Guerra do Paraguai seria enriquecido se organizado em suas variáveis concernentes às percepções de ameaças. Os indicadores de poder material e sua distribuição regional em uma balança de poder são úteis, mas precisam ser analisados em conjunto com a forma pela qual os tomadores de decisão percebem as ameaças ao seu redor.

O elemento subjetivo está presente nas consciências individuais. Contudo, foi possível identificar variáveis objetivas com o auxílio da teoria da “balança de ameaças” onde o poder agregado, as capacidades ofensivas, a proximidade geográfica e as intenções agressivas foram separadas para fins analíticos e apresentadas nesse trabalho de modo a dar sentido à escalada das tensões entre os contendores da Guerra do Paraguai.

O projeto de fortalecimento e modernização militar paraguaio data de, pelo menos, dez anos antes do início da guerra e suas características foram fundamentais para consolidar o poder material e a coesão social necessários às ambições geopolíticas do líder paraguaio. O poder agregado brasileiro, por sua vez, deve ser analisado em seu potencial de mobilização e recursos superiores ao que o Paraguai poderia conquistar, mas inferior ao que o Paraguai possuía para iniciar a guerra.

Dentro da escalada de tensões e das percepções de ameaças as capacidades ofensivas paraguaias foram desenvolvidas com pouco interesse estratégico do Brasil. O preço cobrado seria caro pela desatenção. A militarização da sociedade, a construção de fortes em torno da fronteira com o Brasil e a rápida aquisição de armamentos dotaram o Paraguai de uma doutrina estratégica capaz de impor severo dano aos seus vizinhos.

Os discursos de Solano López citados nesse trabalho comprovam suas intenções agressivas. O Paraguai não foi armado para manter o *status quo*, mas sim para alterá-lo ao seu favor e a desatenção brasileira permitiu que Solano López levasse adiante seus anseios sem uma objeção política real. O discurso agressivo do presidente paraguaio só se sustentaria mantendo um inimigo à vista para retroalimentar sua identidade nacional.

As causas da Guerra do Paraguai aqui apresentadas foram entendidas dentro de um contexto de rivalidades regionais e disputas territoriais intensificados dentro de um projeto expansionista levado a cabo por Solano López. A maior das guerras para paraguaios, argentinos, brasileiros e uruguaios foi o último grande movimento para a consolidação de seus territórios nacionais. Ao mesmo tempo, foi a maior tragédia para essas nacionalidades e um marco no processo histórico para consolidação de suas identidades.

REFERÊNCIAS

Livros

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 14. ed. São Paulo Saraiva, 2000.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. FUNAG; Editora UnB Brasília. 2002.

BACKHEUSER, E. **Geopolítica e Geografia Política**. Revista Brasileira de Geografia. v.4, n.1, 1942.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Expansionismo Brasileiro; o papel do Brasil na Bacia do Prata**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

BAPTISTA, Fernando. **Madame Lynch, mujer de mundo e de guerra**. Buenos Aires. ECÉME Editores, 1997.

BARROSO, Aparecida. **Pensando a Guerra do Paraguai : representações simbólicas**. 1v. 120p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - HISTÓRIA. Orientador(es): Christina da Silva Roquette Lopreato. 2005.

BARMAN, Roderick J. **Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-1891**. Stanford, CA. Stanford University Press, 1999.

BARROSO, G. A. **A Guerra do Rosas: contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina – (1851-1852) – 1ª ed**. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1929.

- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: Rioux & Sirinelli (Org.) **Para uma História Cultural**. Lisboa. Estampa. 1998. pp. 350, 351.
- BETHEL, Leslie. **História da América Latina**. Vol. III. São Paulo:Edusp 2004.
- BEVERINA, Juan. **La Guerra del Paraguay: las operaciones de la guerra em el territorio argentino e brasileño**. Tomo 3. Buenos Aires. Estabelecimento Gráfico Ferrari Hnos. 1973.
- BOBBIO, Norberto. et. al. **Dicionário de Política**. Vol.1. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRAY, Arturo. **Solano López: soldado de la gloria y del infortunio**. Asunción. Editorial Lector. 1996.
- BROWN, Chris. NARDIN, Terry. **International Relations in Political Thought: Texts from the Ancient Greeks to the First World War**. Cambridge University Press. 2002.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo, Unesp, 1992
- BUZAN, Barry. WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge University Press, 2003.
- BURTON, Richard Francis. **Cartas do Campo de Batalha do Paraguai**. Tradução e Notas de José Olívio Dantas. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- CAMPOS, Pinto. **Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias**. Rio de Janeiro : Imprensa nacional, 1938.
- CARR, Edward Hallett, **Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001

CARVALHO, José Murillo. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume - Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murillo de Carvalho. **D. Pedro II.** [coordenação Elio Gaspari e Lilia M.Schwarcz]. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai.** Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1980. p. 46

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERVO, Amado. BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Editora Universidade de Brasília. 2002.

CHAVES, Júlio César. **El Presidente López: Vida e Gobierno de Don Carlos.** Buenos Aires. Ediciones Depalma, 1968.

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: A verdadeira história da Guerra do Paraguai.** São Paulo. Editora Brasiliense. 1979. p. 10

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War.** National War College (U.S.). Infantry Journal Press, 1953.

CONSELHO DE ESTADO 1842-1889: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros. **Câmara dos Deputados:** MRE, 1978.

DORATIOTO, Francisco. A Guerra do Paraguai. In: **História das Guerras.** MAGNOLI, Demétrio. (org.) Editora Contexto. São Paulo. 2006.

DORATIOTO, Francisco. **Caxias na Guerra do Paraguai.** Revista Da Cultura. Ano III, N. 5. 2008.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra.Uma nova história da Guerra do Paraguai.** Cia das Letras. São Paulo. 2002.

DORATIOTO, Francisco. **O Visconde do Rio Branco: Soberania, Diplomacia e Força.** In: SÁ PIMENTEL, José Vicente. (org.) Pensamento Diplomático Brasileiro. Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964). Vol. 1. Brasília. FUNAG.2013.

DOUGHERTY, J. PFALTZGRAFF, Jr , R. **Relações Internacionais As Teorias em Confronto.** Lisboa: Gradiva, 2003

ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquia oriental en la Cisplatina.** Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1970 p. 21

FALCON, Francisco. História e Poder. In: **Novos Domínios da História.** Ronaldo Vainfas & Ciro Flamarion Cardoso. Elsevier. Campus. Rio de Janeiro. 2011. p. 61

FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Com a Palavra o visconde do Rio Branco; a política exterior no parlamento imperial.** Brasília. CHDD/FUNAG, 2005.

GILPIN, Robert. **War and Change in International Politics,** Cambridge. Cambridge. University Press, 1981

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas.** São Paulo. Ed.Cia das Letras,1987.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As Fronteiras do Brasil**. Brasília. FUNAG. 2013.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **A Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras**. Campo Grande. Instituto Histórico de Geográfico do Mato Grosso do Sul. 2000. p. 13

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HERRERA, Luis A. **Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay**, Edición Homenaje; 2, Buenos Aires, 1943.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton, Princeton. University Press. 1976.

KENT, George O. **Bismarck e Seu Tempo**. Editora : UNB - Editora Universidade de Brasília. Ano: 1982.

KINDLEBERGER, Charles. **Power and Money**. New York and London. Basic Books, 1970

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEUCHARS, Chris. **To The Bitter End: Paraguay and the War of the Triple Alliance**. Westport, CT. Greenwood Press, 2002.

LUNA, Feliz. **Bartolomé Mitre**. Grandes Protagonistas de la História Argentina. Editorial La Nación. 2004.

MADUREIRA, Antônio Sena. **Guerra do Paraguai: Resposta ao Senhor Jorge Thompson, autor da “Guerra do Paraguai e os anotadores argentinos**. Brasília. Editora UnB. 1982 [1ª edição 1870] p. 10

MAÍZ, Fidel. **El Mariscal Francisco Solano López**. Asunción: Junta Patriótica, 1926.

MALATIAN, Teresa. **A Biografia e a História**. Cadernos CEDEM. Vol.1 N.1. 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2010.

MARQUES, Maria Eduarda. **A Guerra do Paraguai: 130 anos depois**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1995.

MASTERMAN, George. **Seven Eeventful Years in Paraguay: A Narrative of Personal Experience Amongst the Paraguayans**, 2 ed. London. Samson Low, Son and Marston, 1890.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York, Norton, 2003

MENEZES, Alfredo da Mota. **A Guerra é Nossa. A Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai**. Editora Contexto. São Paulo. 2012.

MESSARI, Nizar. NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.

MICELI, Paulo. **O Mito do Herói Nacional**. São Paulo. Editora Contexto. 1988.

- MORAES, E. Vilhena. **O Duque de Ferro - Novos Aspectos da Figura de Caxias**. Editora Biblioteca do Exército.2003.
- MORGENTHAU, Hans. **Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace**. New York. McGraw-Hill, 1993.
- MOTA, Carlos Guilherme. **História de um Silêncio: A Guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois**. Estudos Avançados. 9 (24), 1995.
- NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império; Nabuco de Araújo**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, s.d.
- PARANHOS, José Maria da Silva. **Cartas ao amigo ausente**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008.
- PARENTE, Paulo André L. **A Construção de uma Nova História Militar**. Revista Brasileira de História Militar. Ano 1. N.1. Agosto de 2009.
- PARET, Peter. **Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age**. Oxford University Press. 1986
- PLÁ, Josefina. **Hermano Negro: Los Británicos en el Paraguay. 1850-1870**. Madrid: Paraninfo, Asunción: Arte Nuevo, 1984.
- POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. Edusp. São Paulo. 2003.
- POMER, León. **La Guerra del Paraguay: Gran Negócio!** Global Editora. 1981.
- PROST, Antoine. **Doze Lições sobre a História**. Cia das Letras. Sao Paulo. 1999.
- REIS, José Carlos. **História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.

REYNALDO, Ney I. **Guerra do Paraguay: Um Conflito Anunciado (1852 a 1864)**. Anais do 9º Encontro Internacional da ANPHLAC. 2010.

RICUPERO, Rubens. Relendo a Introdução às Obras do Barão do Rio Branco, de A. G. de Araújo Jorge. In: JORGE, A. G. de Araújo. **Introdução às obras do Barão do Rio Branco**. Brasília: FUNAG, 2012.

SABATO, Hilda: **Historia de la Argentina. 1852-1890**. Buenos Aires. Siglo XXI Editores. 2012.

SAEGER, James S. **Francisco Solano López and the Ruination of Paraguay: Honor and Egocentrism**. Rowman & Littlefield Publishers., INC. New York. 2007.

SAEGER, James. **Survival and Abolition: The Eighteenth Century Paraguayan Encomienda**. TAM 38. N. 1. Julho/1981.

SEEBER, Francisco. **Cartas Sobre La Guerra do Paraguay**. 1865-1866. Nabu Press. 1923.

SEIXAS, Luiz Felipe. **Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná). Diplomacia e Poder no Prata**. Brasília. FUNAG. 2013.

SKINNER, Quentin. Interpretations and the Understanding of Speech Acts. In: **Visions of Politics: Regarding Method**. Cambridge. Cambridge University Press. 2002. pp.111-113.

SOUZA, José Antonio Soares de. **“Duarte da Ponte Ribeiro, Um Diplomata do Império”** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

SPYKMAN, N., **America's Strategy in World Politics**, Harcourt, Brace and Company, New York, 1942.

- THOMPSON, George. **The War in Paraguay with a Historical Sketch of the Country, Its People, and Notes upon the Military Engineering of the War.** London. Logman, Green, and Co., 1869
- TOLSTÓI, Leon. **Guerra e Paz.** MARTINS Fontes. São Paulo. 2010.
- TOSTA, Octávio. **Teorias Geopolíticas.** Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. 1984.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso,** 4ª ed., Brasília: UNB, 1986.
- TWINAM, Ann. **Public Lives, Private Secrets: Gender, Honor, Sexuality and Illegitimacy in Colonial Spanish America.** Stanford. CA. Stanford University Press. 1999.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília: Ed. UnB, 1998.
- WALT, Stephen. **The origins of alliances.** Ithaca. Cornell University Press. 1987.
- WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics.** New York. McGraw-Hill, 1979.
- WALTZ, Kenneth. **The Man, the State and War: A theoretical analysis.** New York: Columbia University Press, 2001.
- WASHBURN, Charles A. **The History of Paraguay, with notes of Personal Observations and Reminiscences of Diplomacy under Difficulties.** Boston: Lee and Shepard, 1871.
- WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional.** Brasília, IPRI – Ed. UnB. 1992

WEHLING, Arno. Caxias e o Imaginário Nacional. **Revista Da Cultura**. Ano III, N. 5. 2008.

WHIGHAM, Thomas. **The Paraguayan War. Causes and Early Conflict**. Vol.1. University of Nebraska Press. 2002.

WHIGHAM, Thomas. **The Politics of River Trade. Tradition and Development in the Upper Plata, 1780-1870**. Albuquerque: UNiversity of New Mexico Press, 1991.

WHITE, Richard Alan. **La Primera Revolución Popular en América. Paraguay [1810-1840]**. 2. ed. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1989.

WILLIAMS, John Hoyt. **The Rise and Fall of the Paraguayan Republic, 1800-1870**. Austin: Institute of Latin American Studies, University of Texas, 1979.

WINOK, Michel. As Idéias Políticas. In: **Por uma Outra História Política**. Editora FGV. Rio de Janeiro. 1996. p. 273.

Artigos

BATISTA VAS, BRAZ. **Guerra do Paraguai: a saída de Caxias, a indicação do Conde d'Eu e suas repercussões (1868-1870)**. Anais da Anpuh, 2011.

Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300550982_ARQUIVO_TextoCompletoANPUH2011BrazBatistaVas.pdf

- BERTONHA, João Fábio; MOSCATELI, Renato. Imperialismo ou realpolitik? Uma análise da produção histórica recente sobre a Guerra do Paraguai. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 43, n. 2, Dezembro. 2000
- CARVALHO, José Murillo. **Brasileiros, uni-vos!** Folha de S. Paulo. 2000.
- HERZ, John D. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**, 2, pp 157-180. 1950.
- JOHANSSON, María Lucrecia. Paraguay contra el monstruo antirrepublicano. El discurso periodístico paraguayo durante la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870) **Historia Critica**. Bogotá , n. 47, Junho 2012 .
- RONSAVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 15.. nº 30. 1995.
- ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, Vol. 51, No. 1. Oct., 1998.
- SÁ, Jackson. Pesquisa Documental: Pistas Teóricas e Metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano I, N. I. Julho de 2009.
- SILVA, Ricardo. O Contextualismo Lingüístico na História do Pensamento Político. Quentin Skinner e o Debate metodológico contemporâneo. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Vol. 53, nº2, 2010. p. 304.
- SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**. Vol. 8, nº3. 1969. pp. 7-28.
- TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. Uma Estratégia Contestada: A Missão Imperial ao Paraguai em 1854-5. **Revista Brasileira de História Militar**. Ano I, N.I. Agosto, 2011.

VAN EVERA, Stephen. Hypotheses on Nationalism and War. 18(4) **International Security**. 1994.

WOHLFORTH, William. The Stability of a Unipolar World. **International Security**. 24, no. 1. Verão, 1999.

Teses e Dissertações

MONTEIRO, Alexandre Borella. **A Grande Guerra: história e historiografia do conflito no Prata (1864-1870)**. 1v. 199p. Mestrado. UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO - HISTÓRIA. Orientador(es): Mário José Maestri Filho. 2010.

GOMES, Enrico Diogo Moro. **Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju**. 1v. 86p. Profissionalizante. INSTITUTO RIO BRANCO - DIPLOMACIA. Orientador(es): Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. 2010.

SILVA, Fabiana Luiza. **Solano López e Duque de Caxias nos discursos historiográficos sobre a Guerra do Paraguai (1893-2003)**. 1v. 140p. Mestrado. UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA - HISTÓRIA. Orientador(es): Eduardo Scheidt. 2010.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai : os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento**. 1v. 337p. Doutorado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - HISTÓRIA SOCIAL. Orientador(es): Darío Horácio Gutiérrez Gallardo. 2009.

SQUINELO. Ana Paula. **A guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003)**. 1v. 257p. Doutorado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - HISTÓRIA SOCIAL. Orientador(es): NANCI LEONZO. 2006.

Documentos

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/publicacoes-e-estudos>

BRASIL. Anais do Senado. Senado Federal. Brasília.

Disponível em:

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp

BRASIL. Atas do Conselho de Estado. Senado Federal. Brasília.

Disponível em:

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Brasília. 1850-1865.

Disponível em: <http://biblioteca.itamaraty.gov.br/>

BRASIL. Relatórios do Ministério da Guerra. Biblioteca Nacional. Brasília.

Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>

LÓPEZ, Francisco Solano. **Proclamas y Cartas del Mariscal López**. Assunção.

Archivo Nacional de Asunción.